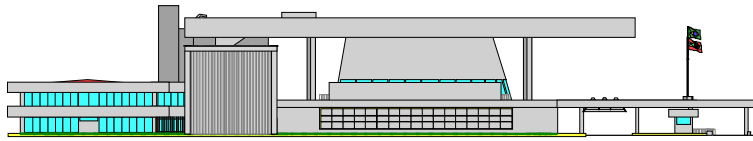


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 22 DE NOVEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.358

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

DIRETORIA LEGISLATIVA	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	 <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2358 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>Atos da Mesa Ata da Mesa DL 2 Atos da Mesa 2</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas 3 Ata da Coordenadoria de Documentação 23 Ata de Comissão Permanente.. 23 Avisos de Resultado..... 23 Ofícios..... 24 Portaria 24 Projetos de Lei 24</p>

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 061-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 24 a 26 de novembro e de 1º a 03 de dezembro do corrente ano, a fim de participar de atividades da União de Parlamentares Sul Americanos e do MERCOSUL-UPM, em Buenos Aires/Argentina e Montevideu/Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de novembro de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 387, de 22 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR MIRIAM ZOMER FRANCISCO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 388, de 22 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a republicação por incorreção do Ato da Mesa nº 489, de 29/10/2010, que concedeu aposentadoria ao servidor MARCO ANTONIO BARCELOS DA ROCHA, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 389, de 22 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo Nº 2449/2010, de 09/12/2010,

RESOLVE:

RETIFICAR o Ato da Mesa nº 489, de 29 de outubro de 2010, que concedeu aposentadoria ao servidor **MARCO ANTONIO BARCELOS DA ROCHA**, matrícula nº 1896, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "..., no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62,....";

LEIA-SE: "..., no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63,....".

Deputado **GELSON MERISIO**

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 390, de 22 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2017/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **JOSE ILTON PEREIRA**, matrícula n.º 0764, no cargo de Agente Legislativo, código PL/PL/AGL-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 391, de 22 de setembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2071/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula n.º 1705, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, a contar de 29 de setembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 392, de 22 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 1517/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR O AFASTAMENTO DE EXERCÍCIO ao servidor **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, Matrícula nº 1149, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para frequentar o curso de pós-graduação em Estudos Estratégicos em Administração Pública, ministrado pela Escola Nacional de Administração - ENA Brasil, até 31 de outubro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 393, de 22 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 1582/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR O AFASTAMENTO DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA JOSE WERNER SALLES**, matrícula nº 1530, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para frequentar o curso de pós-graduação stricto sensu em Literatura Brasileira, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis, concedido pelo Ato da Mesa Nº 239, de 18/11/2008, por 18 meses, a contar de 21 de setembro de 2011.

A servidora continuará vinculada às atividades e área de atuação, por período e carga horária igual a do afastamento, incluindo eventual prorrogação, conforme disposto no Decreto nº 235, de 03/05/2007, Art 6º, inciso IV, alínea "b".

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUÁ, REALIZADA NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14H, EM ARARANGUÁ.

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2011, às 14h, no Clube Grêmio Fronteira, em Araranguá (SC), realizou-se audiência pública da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para discutir a situação do Hospital Regional de Araranguá, proposta pelo Deputado Estadual José Milton Scheffer. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, abriu a audiência pública desejando boas-vindas a todos e convidou para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual José Milton Scheffer, proponente da audiência pública; o Deputado Estadual Dóia Guglielmi; o Deputado Estadual José Nei Ascari; o Deputado Estadual Manoel Mota; o Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão de Saúde da Alesc; o senhor Mariano Mazzuco Neto, Prefeito de Araranguá e presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc); o senhor Sandro Roberto Maciel, Vice-Prefeito de Araranguá; o Vereador José Hilson Sasso, Presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá; o senhor Heriberto Afonso Schmidt, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá; o Promotor de Justiça Diógenes Viana Alves, representando o Ministério Público de Santa Catarina; o senhor Cláudio Alberto Damo, presidente da Associação Empresarial do Vale do Araranguá (Aciva); a senhora Elizabeth Minatto, representando a Secretaria de Estado da Saúde; a senhora Marlei Paulo, Secretária Municipal de Saúde de Santa Rosa do Sul e presidente do Colegiado de Gestão Regional - Macrorregião Sul/Extremo Sul; e a senhora Rita de Cássia Premoli, diretora-superintendente do Hospital Regional de Araranguá. Em seguida, traçou um panorama dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Saúde, afirmando que várias audiências vêm sendo realizadas pelo Estado com o objetivo de avaliar a real situação da saúde em Santa Catarina.

Informou que mais de 90% dos problemas de saúde podem ser resolvidos através da rede de Atenção Básica em Saúde, como o Estratégia de Saúde da Família, as Unidades de Pronto Atendimento, advertindo que se a rede não funcionar adequadamente, os hospitais acabam sendo prejudicados, pois se transformam em porta de entrada do sistema de saúde. Comentou que a primeira audiência pública ocorreu no Município de Criciúma em março de 2011 foram convidados Araranguá, Tubarão e região e que depois se constatou que as audiências tinham que ser realizadas em separado e visando a questões específicas de cada região, exemplificando que da audiência pública realizada em Criciúma, depois de audiências com o Secretário de Estado da Saúde e com o Governador do Estado, se conseguiu encaminhar importantes pontos, inclusive em relação ao Hospital Materno-Infantil Santa Catarina. Citou os Municípios nos quais a Comissão de Saúde já tinha realizado audiência pública (Lages, São Miguel do Oeste, Rio do Sul, Itajaí, na Grande Florianópolis, Taió) e afirmou que várias outras reuniões também estavam ocorrendo pelo Fórum dos Pequenos Hospitais, que, junto com a Comissão de Saúde, já tinha realizado reuniões em São Miguel do Oeste e Ituporanga. Deu ciência da avaliação dos Deputados em marcar as reuniões em dias diferentes, para um assunto não interferir no outro, por isso esta audiência debaterá a situação do Hospital Regional de Araranguá e no próximo dia 26, às 9h, na sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, estarão novamente em Araranguá para discutir a situação dos pequenos hospitais da região da Amesc. Avaliando que o trabalho feito pelos hospitais comunitários e filantrópicos é importante para a saúde, ressaltou que os Municípios estavam assumindo a maioria dos pequenos hospitais, pois apesar da obrigação em aplicar 15% em saúde, a maioria aplicava até 20%, às vezes mais, o que os deixava exauridos e sem condições de assumir sozinho os hospitais. Destacou que o trabalho que a Comissão de Saúde vem fazendo pelo Estado é realizado suprapartidariamente, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e com o governo do Estado, a fim de que em conjunto sejam resolvidos os problemas que envolvem a área, registrando que a partir de audiências com o

Secretário e com o Governador algumas questões já haviam sido resolvidas, como o mutirão de cirurgias eletivas, concretizado com recursos do Revigorar III, obtidos da cobrança de dívida ativa, estimando uma arrecadação de até R\$ 200 milhões. Salientou que um dos principais debates a ser feito com o Governador e com o Secretário de Estado da Saúde diz respeito não só a recursos para financiamento dos hospitais (construção, reforma, ampliação, equipamentos), mas também a recursos para custeio (despesas com água, luz, telefone, pessoal, despesas administrativas), tendo em vista existir mensalmente um déficit a ser coberto, avaliando ser necessário que o Governo do Estado também assuma a sua responsabilidade. Reportando-se ao compromisso de campanha do Governador Raimundo Colombo com a saúde, registrou que já teve a oportunidade de lhe dizer que se a intenção dele era colocar a saúde em primeiro lugar, precisaria discutir o custeio dos hospitais, salientando que não seria sanado o problema dos grandes hospitais se a questão da rede de pequenos hospitais não fosse resolvida, assim como não seria resolvido o problema de todos os hospitais se não fosse resolvido o problema da Atenção Básica. afirmou que em todos os lugares por onde passa o principal problema levantado refere-se ao financiamento da saúde, que é uma responsabilidade tríplice - do governo federal, do governo do Estado e de cada Município - e que os Municípios estão fazendo muito mais do que podem, salientando que embora o Estado esteja no seu limite, ele que pode contribuir mais, e, para exemplificar essa possibilidade, relatou que o Estado retirou dos 12% destinados à Saúde a folha dos servidores inativos dessa área, significando isso mais uma parte de dinheiro a entrar. Registrou que a grande esperança de todos é que no segundo semestre de 2011 o Congresso Nacional vote a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trata do financiamento da Saúde, ou seja, do percentual que os Municípios, os Estados e a União têm que aplicar na Saúde, ressaltando que a importância da regulamentação se dá pelo fato de ser fixado o percentual de 10% para a União, que atualmente é variável e definido conforme a variação nominal do Produto Interno Bruto. Complementando, disse que se essa aprovação acontecer e a União entrar com a sua cota-parte, mais bilhões serão acrescentados ao financiamento da Saúde, o que possibilitará o desenvolvimento de mais ações na área. Contou que no dia anterior esteve com o Ministro Padilha, da Saúde, e soube que o Ministério da Saúde estava lançando vários programas, como o Programa Rede Cegonha e a Rede de Urgência e Emergência, ou readaptando os existentes, como o Estratégia de Saúde da Família, informando que o Município que a ele aderir terá 20%, podendo chegar a 100%. Sobre a tabela do SUS, disse ser importante a sua correção, principalmente pela defasagem existente na tabela da média complexidade, como era o caso do Hospital Regional de Araranguá, que tinha um grande atendimento nessa parte. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*] Comentou tratar-se de uma luta que enfrentarão ao longo do segundo semestre de 2011 para garantir a regulamentação da Emenda Constitucional 29. Em seguida, cumprimentou o público do Vale do Araranguá pela massiva participação e os servidores da Alesc pela presteza nos serviços. Em seguida, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual José Milton Scheffer**, que destacou ser finalidade da audiência construir um entendimento sobre o futuro do Hospital Regional e unir forças. Justificou a presença dos representantes da Assembleia Legislativa e afirmou o seu intuito de ouvir, dar sugestões e fomentar o debate para que, ao final, seja extraído um documento oficial que norteará o trabalho dos Deputados e chegará às mãos do Secretário da Saúde. Falou que o Vale do Araranguá precisa de um hospital que seja referência em atendimento médico hospitalar no extremo sul de Santa Catarina, complementando que quem fará isso serão os próprios cidadãos de Araranguá, em parceria com órgãos do governo do Estado e entidades sociais, comerciais e empresariais. afirmou que tanto o Secretário de Estado da Saúde quanto o Governador Raimundo Colombo têm boa vontade com relação ao Hospital Regional de Araranguá e reiterou que o Vale está vivendo um momento único de união de forças empresariais e políticas. Agradeceu a participação dos presentes e desejou a todos uma audiência proveitosa, com grandes ideias e bons resultados para todos. Na sequência, o **senhor Presidente** registrou a presença de Wagner da Rosa, Prefeito de Maracajá e presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amesc (CIS/Amesc); Evandro Scaini, Prefeito de Balneário Arroio do Silva; Jonnei Zanette, Prefeito de Meleiro; Agenor Biava, diretor-geral da

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá; Vereador Euclides Manoel Marcos, de Sombrio; Vereador Jacinto Dassoler, de Araranguá; Vereador Edir Batista (Tico), de Araranguá; Vereadora Marli Alves Mastrascusa, de Balneário Arroio do Silva; Vereador Ademir Bendo, de Jacinto Machado; e Vereador Luiz Brás Paulino (Lulu), de Araranguá. Feito o registro, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Manoel Mota**, que disse almejar para o Hospital Regional de Araranguá um trabalho de qualidade, com atendimento de média e alta complexidade. afirmou que se 1993 cometeu um erro, foi com a melhor das intenções, lembrando que conseguiu a aprovação de uma emenda para entregar o Hospital de Araranguá a uma universidade, imaginando-o um hospital universitário que servisse de modelo para toda a região sul do Estado. Complementou que a Fucri e a Unesc vêm prestando o seu trabalho e salientou que se não alcançaram o objetivo, ao menos estão fazendo tudo o que podem, informando que o Conselho definiu que não vai mais ficar com o Hospital. Concluiu, dessa forma, que a missão é muito grande, sendo necessário ouvir a comunidade ligada ao Hospital Regional em nome da qualidade da saúde do Vale do Araranguá. Fazendo uso da palavra, o **Deputado Estadual Valmir Comin** externou a sua satisfação de poder fazer-se presente em um momento tão importante como aquele, que envolve cerca de duzentas mil pessoas do extremo sul de Santa Catarina em torno de uma reivindicação de mais de três décadas. Observou que toda essa movimentação vem ao encontro dos propósitos do próprio governo do Estado, que vem trabalhando acentuadamente para tentar amenizar o sofrimento dos que necessitam do trabalho da saúde, e mencionou que o importante exemplo do Hospital Regional de Chapecó Lenoir Vargas deve ser seguido e copiado. Citou o projeto Revigorar III, aprovado na Assembleia Legislativa, que destina uma arrecadação mínima de R\$ 150 milhões e máxima de R\$ 250 milhões para o custeio de instituições hospitalares. Concluiu a sua manifestação anunciando que, num somatório de esforços, ajudará a levar os encaminhamentos retirados da audiência ao Secretário da Saúde e ao Governador do Estado, para que a situação do Vale do Araranguá seja resolvida de uma vez por todas. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença do Vereador Paulo Humberto Borges, de Sombrio; do Vereador Lourival João (Cabo Loro), de Araranguá; do Vereador Edmilson Aguiar da Silva, de Balneário Arroio do Silva; do Vereador Natival José Recchia, de Meleiro; do Vereador Anísio Henrique Premoli, de Araranguá; do Vereador Paulo de Souza, de Balneário Arroio do Silva; do Vereador Eduardo Merêncio (Chico), de Araranguá; do Vereador João Abílio Pereira, de Araranguá; do Vereador Rony da Silva, de Araranguá; e do Vereador Enivaldo Duminelli, de Meleiro. Informou que o Deputado Estadual Dóia Guglielmi não pôde aguardar a sua vez para manifestar-se na audiência em virtude de um compromisso assumido anteriormente e passou a palavra ao **Deputado Estadual José Nei Ascarl**, que cumprimentou todos, especialmente o Deputado Volnei Morastoni, por desenvolver um brilhante trabalho na área da saúde. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.*] Considerou que o momento é de unidade, opinando que só serão alcançados os objetivos na área da saúde e nas demais áreas da região se houver união da classe política, da classe empresarial, das lideranças comunitárias e da imprensa. Fazendo um comparativo entre as regiões do Estado, disse que a região sul é a mais atrasada, que embora tenha muitas conquistas, tem também muitas necessidades, por isso é fundamental o debate. Lembrando que audiência pública é para ouvir e definir metas, ações, parabenizou a Comissão pela organização do evento e a comunidade pela participação. Finalizou desejando que brevemente seja encontrado o caminho que todos desejam para a Saúde na região. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, registrou a presença de Milton Rosa da Silva, presidente da Associação dos Funcionários do Hospital Regional de Araranguá; do Vereador Izaqueu Borges Mota, Presidente da Câmara de Vereadores de Sombrio; Valdir Valdivino dos Santos, representando o presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas de Araranguá; Carmen Yone Raiser da Cruz, Secretária Municipal de Saúde de Praia Grande; Jucélia Costa Corrêa, diretora da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social e Habitação de Araranguá; Osmar Minatto, diretor do Hospital São Judas Tadeu, de Meleiro; Ricardo Ghelere, diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amesc; Vilmar Leandro, Secretário Municipal de Saúde de Maracajá; Wanderley Luiz Amboni, Secretário Municipal de Saúde e

Saneamento de Jacinto Machado, representando o Prefeito Antônio João de Faveri; e Adeodato Tramontin, representando o Hospital São Roque, de Jacinto Machado. Feito o registro, passou a palavra ao **senhor Mariano Mazzuco Neto, Prefeito de Araranguá e presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc)**, que registrou a importância da audiência pública, visto que é imprescindível achar um caminho seguro para o Hospital Regional o mais breve possível, salientando que o governo do Estado precisa considerar a opinião da população da Amesc para dar um bom encaminhamento ao Hospital, que em 25 anos pouco cresceu. Deixou claro que não é sua intenção criticar ninguém, acrescentando que na sua visão a solução tem que nascer da sociedade. Terminou sua manifestação dizendo que como presidente da Amesc conta com o apoio dos Prefeitos no sentido de a solução para o Hospital sair do seio da sociedade. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, registrou a presença de Keite Coelho De Lavechia, Secretária Municipal de Saúde de Ermo; José Luiz Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Bem-Estar Social de Balneário Arroio do Silva; Gislaíne Dias da Cunha, Secretária Municipal de Saúde de Sombrio; Wanda Grisard da Silva, da Casa da Amizade - Rotary Club de Araranguá e da Associação Comunitária Vila São José; Lídia Beatriz Perico Pirola, do Conselho Municipal de Saúde; Cleber Ricardo da Silva Cândido, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Criciúma e Região (Sindsaúde); Evelyn Elias, Secretária Municipal de Saúde de Araranguá; Viriato Afonso, Secretário Municipal de Administração de Araranguá; Leonardo Tiscoski, Secretário Municipal de Planejamento de Araranguá; e Sílvio Rogério Caldas, representando o Lions Clube de Araranguá. Em seguida, passou a palavra ao **Vereador José Hilson Sasso, Presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá**, que cumprimentou todos, especialmente o Deputado Estadual José Milton Scheffer, proponente da audiência pública, e manifestou o seu apoio ao movimento encabeçado pela Aciva, considerando ser inadmissível as pessoas se deslocarem para outros Municípios, como Criciúma e Tubarão, para fazer qualquer tipo de exame de baixa e média complexidade. Lamentou a situação em que se encontra o Hospital em questão, visto que leva o nome de uma pessoa que muito trabalhou pela região, o ex-Deputado Afonso Ghizzo. Declarou ser desejo de todos que uma entidade da região, uma Oscip, administre o Hospital, enfatizando que se o governo não aceitar que assim seja, que ele de fato assumira o Hospital, porque a saúde das pessoas não pode esperar. Dirigindo-se aos Deputados presentes, agradeceu o apoio, afirmando que são eles que vão forçar o governo a olhar com mais atenção para a região mais pobre de Santa Catarina. Prosseguindo, contou que os Vereadores sempre recebem reclamação da comunidade em relação ao atendimento no Hospital, especificando que para as pessoas com melhores condições de vida o atendimento é muito bom e para os tem têm menos condições é muito difícil. Dirigindo-se ao Deputado José Milton Scheffer, agradeceu novamente a atenção dos Deputados, lembrando que nas eleições sempre podem contar com o apoio da região. Finalizou apelando aos Deputados que informem ao Governador o desejo da população de o Hospital ser administrado por uma organização civil de interesse público da região. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, registrou a presença de Martinho Ghizzo, ex-Deputado Estadual e médico do Hospital Regional de Araranguá; Wolni José Walter, presidente da Sicoob-Credijá; Andréa Silva, do Conselho Municipal de Saúde de Ermo; José Luiz Bez Batti, representando o presidente da Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense, de Turvo; Luiz Celso Frigo, Secretário Municipal de Obras de Araranguá; José Antônio Tiscoski da Silva, Prefeito de Sombrio; e Mário Sebastião Pedro, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Balneário Gaivota. Em seguida, passou a palavra à **senhora Evelyn Elias, Secretária Municipal de Saúde de Araranguá**, que informou que iria apresentar o documento que subsidiou o projeto elaborado pela Aciva e outras entidades. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.]* Afirmou que os dados a ser apresentados haviam sido levantados em parceria com a diretora-superintendente do Hospital Regional de Araranguá, Rita de Cássia Premoli. Contou, utilizando os recursos do PowerPoint, da história do Hospital Regional, que foi construído com recursos de banco alemão em parceria com o Governo Federal em 1979, sendo concluído em 1986, com área total de quase 50 mil metros quadrados e uma área construída de 14 mil metros quadrados. Disse que o Hospital

havia sido inaugurado com 106 leitos e que atualmente contava com 126 leitos, acrescentando que houve um avanço em dez leitos na UTI e seis na infectologia. Associou o financiamento do Hospital Regional ao financiamento SUS e disse que essa era a contratualização do Hospital desde o dia 30 de abril de 2011, cuja arrecadação totalizava R\$ 1,35 milhão. Em seguida, mostrou números em relação aos itens assistência hospitalar e ambulatorial bem como em relação às AIHs, com média de R\$ 800,00 por AIH e perfazendo um total de R\$ 370 mil. Observou que embora o Hospital gastasse muito mais que isso em internações, só possuía pactuadas 450 AIHs. Comentou sobre os incentivos fixos, citando o Incentivo Hospitalar e o Integrasus, além do custeio da Secretaria Estadual da Saúde, que perfazem um total de R\$ 1,35 milhão. Sobre as internações custeadas por AIHs, disse que estavam divididas em clínicas cirúrgicas, clínicas médicas, obstetria e pediatria. Apresentou o custeio do ambulatório, destacando as consultas de urgência e emergência, além dos procedimentos realizados em nível de pronto socorro, e disse que o Hospital ainda podia faturar R\$ 80 mil em cirurgias de catarata, cirurgias-gerais hospitalares e de ortopedia, havendo aí fixado um teto pós-produção, ou seja, só se recebe mediante produção. Apresentou, ainda, dados sobre o custeio e a taxa de ocupação do Hospital, lembrando que a equipe do Hospital era composta para atender 100% dos leitos e afirmando que esses dados deveriam ser utilizados como critério para o planejamento de novas especialidades. Sobre os atendimentos de emergência, mostrou que 2.700 consultas estavam compactuadas em nível de pronto socorro e 4.849 em consultas de urgência, ressaltando que o Hospital vinha atendendo além desses números, o que demonstra a sua utilidade, pois vem suprindo ações que deveriam ser da Atenção Básica. Logo após, falou o **senhor Diógenes Viana Alves, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público de Santa Catarina**, que afirmou que o Ministério Público vinha acompanhando desde 2006 a situação do Hospital Regional de Araranguá, dizendo que havia feito levantamento na Promotoria e identificado a existência de um inquérito civil, instaurado em 2006, cujo objetivo era o de apurar as deficiências estruturais no atendimento do Hospital. Disse que, passados cinco anos, a resposta do MP era que muito ainda teria que ser feito, ressaltando que apesar disso muitos problemas já haviam sido sanados. Destacou que o Ministério Público apoiava a iniciativa da Alesc, pois era parceiro do Poder Público na resolução dos problemas do Estado, e lembrou que muitos projetos e leis eram bem elaborados mas ficavam somente no papel, pedindo a todos que lutassem para que os frutos daquela audiência pública se tornassem realidade para dar condições ao Hospital Regional de Araranguá prestar os serviços que a população necessita. Finalizando a sua manifestação, colocou a Promotoria à disposição e disse confiar que as decisões e os encaminhamentos decididos na audiência representariam a vontade da comunidade de Araranguá e da região. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, registrou a presença do senhor Flávio Colombo, presidente da Associação Comercial e Industrial de Balneário Gaivota; do senhor Saulo De Luca, representando a Loja Maçônica Pedro Cunha; do senhor Neri Francisco Garcia, diretor de Administração do Deter de Araranguá; do senhor Laércio Peres da Rosa, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Rosa do Sul; e da senhora Soraia Lummerz, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Araranguá. Feito o registro, passou a palavra ao **senhor Cláudio Alberto Damo, presidente da Associação Empresarial do Vale do Araranguá (Aciva)**, que disse ter a sociedade organizada do Vale do Araranguá comparecido à audiência com a esperança de ver resolvidos os seus anseios e as suas necessidades, informando que mais de vinte entidades estavam envolvidas naquele processo e que elas se reuniam frequentemente no sentido de garantir o funcionamento do Hospital Regional de Araranguá. Dito isso, leu na íntegra o editorial elaborado pela Aciva pela implantação de uma organização social, comunitária e regional, para administrar o Hospital Deputado Estadual Afonso Ghizzo: *“Esta é uma oportunidade única para a região da AMESC encontrar a solução definitiva para o problema do Hospital Regional Afonso Ghizzo. Todos sabemos que a saúde é um dever constitucional do Estado, e que há enormes dificuldades para bem atender este serviço público. Em Santa Catarina, dos 19 hospitais públicos, somente 5 são atendidos diretamente pelo Estado. Os demais são administrados por organizações sociais, mediante repasses de verbas para custeio. O Hospital Regional de Araranguá foi implantado há 25 anos, e até agora*

não foi encontrado a melhor forma de atender às necessidades da população. Pois bem, a sociedade civil organizada, depois de exaustivos debates, em avaliando as inexitosas tentativas de encaminhamento da solução, decidiu tomar para si a responsabilidade de contribuir neste processo. Uma delegação regional foi a Chapecó e constatou o exemplo de sucesso da solução adotada para o Hospital Lenoir Vargas Ferreira, através de uma organização social, comunitária e regional, constituída paritariamente pelas forças vivas da sociedade, sem vinculação a partidos políticos, nem interesses pessoais e econômicos diretos, e vinculada ao Governo catarinense mediante convênio. Se lá foi possível, aqui também será. Se lá a comunidade abraçou a causa, aqui também haverá a união de esforços necessários. É isto que pretendemos fazer, senhores e senhoras! Assumir os destinos do Hospital Regional de Araranguá através de uma associação em convênio com o Estado. Que o Governo de Santa Catarina, empregando os meios legais possíveis, viabilize a constituição de uma organização social, uma associação beneficente, para administrar o Hospital Regional Affonso Ghizzo. Esta organização será composta por representações de todos os segmentos sociais da região, que, unidos amplamente, saberão melhor avaliar e decidir o que fazer e como fazer. Até este momento é seguro dizer que, além da unanimidade das administrações municipais com mandatos vigentes e dos Secretários Municipais de Saúde, a posição ora exposta representa a vontade das entidades e seus milhares de associados, a seguir identificadas, cujos representantes aqui presentes também ratificarão individualmente suas posições." Em seguida, pediu que levantassem e acenassem ao público os representantes da União das Associações dos Moradores de Araranguá (Uama); da Câmaras de Diretores Lojistas de Araranguá; das Associações Comerciais e Industriais dos Municípios de Balneário Gaivota, Sombrio, Turvo e Jacinto Machado; do Consórcio Intermunicipal de Saúde/Amesc; do Rotary Club de Araranguá; do Lions Club Araranguá Centro; do Lions Club Araranguá Sul; do Lions Club Águas Verdes; das Cooperativas do Sul do Estado: da Cersul, do Cejama, do Cooperja, do Sicoob Credija e da Coopersulca; da Loja Maçônica de Pedro Cunha; da Loja Maçônica Perseverança e Fidelidade; do Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Araranguá (Sincovale); do Sindicato dos Contabilistas de Araranguá (Sindicont); do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea); da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC); do Lar Beneficente São Vicente de Paula. Finalizou a sua manifestação apresentando os representantes da Aciva, na pessoa do seu presidente e da diretoria, tendo sido aplaudido pela plenária. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.] A **senhora Evelyn Elias, Secretária Municipal de Saúde de Araranguá**, deu continuidade à apresentação do presidente da Aciva apresentando, em PowerPoint, o projeto de revitalização do Hospital Regional de Araranguá, informando que foram elaborados quatro projetos em conjunto com todas as entidades. Mostrou que o primeiro projeto estava relacionado à recuperação do pronto-socorro do Hospital Regional, que tem 25 anos e nunca sofreu uma adequação, complementando que antigamente a população era de 150 mil habitantes e hoje é 300 mil habitantes, o que demonstra que o hospital está totalmente inadequado à situação que se encontra para o Sistema Único de Saúde. Disse que o objetivo da reforma é humanizar o serviço de pronto atendimento aos usuários do SUS na unidade de Urgência e Emergência do Hospital Regional, atentando para o fato de que quando se fala em humanização, não está implícito acolhimento, e sim tecnologia e recursos humanos. Continuando, apresentou o segundo projeto, relacionado à aquisição de equipamentos para lavanderia, UTI, esterilização, equipamentos complementares aos que já existem, raio-X, laboratório de análises clínicas, centro cirúrgico, salientando a necessidade de se ativar mais salas de cirurgias, pronto-socorro e unidade neonatal. Sobre o terceiro projeto, referente à reforma da unidade de administração, da biblioteca e do auditório, esclareceu que pelo fato de haver universidades ali instaladas, inclusive a Universidade Federal de Santa Catarina, o Hospital deve estar habilitado para campo de estágio para vários universitários, que trarão qualidade de atendimento às pessoas que se utilizarem da estrutura. Apresentou, em seguida, o quarto projeto, que trata da implantação dos serviços ambulatoriais de média complexidade nas especialidades médicas em Urologia, Ginecologia, Cardiologia, Otorrinolaringologia, Anestesiologia, Cirurgia Geral, Ortopedia e a inclusão de mais um médico que fizesse 12 horas num pronto-socorro, além do que hoje existe, com o objetivo

de evitar o deslocamento para Florianópolis, Criciúma e outros Municípios. Explicou que esses projetos teriam por objetivo maior buscar os serviços de alta complexidade para a região, haja vista que eles trazem equilíbrio financeiro e de assistência à instituição. Por fim, disse que o Hospital Regional, pelo seu caráter de regionalização, tem a missão de fazer um serviço regionalizado de média e alta complexidade para oferecer assistência especializada e integrar os pacientes da região, podendo também ser referência para a região de Criciúma e Tubarão, objetivando fazer prevenção, promoção e a recuperação das pessoas que procuram sua estrutura. Retomando a palavra, o **senhor Cláudio Alberto Damo, presidente da Associação Empresarial do Vale do Araranguá (Aciva)**, passou às mãos do Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni, o editorial e também o projeto, que já faz parte do material de trabalho para apoiar a causa. O **senhor Presidente**, afirmando já existir uma proposta concreta, disse que as demais propostas serão incorporadas à audiência pública e que irão agendar uma reunião com o Secretário de Estado da Saúde e com o Governador Raimundo Colombo para apresentar os encaminhamentos ali tirados. Registrou que a universidade não tem mais interesse em prosseguir na administração do Hospital e que cabe ao Estado, então, administrar diretamente os seus hospitais ou ceder a administração deles para terceiros. Dito isso, explicou a metodologia de trabalho dizendo que abriria a palavra ao público intercalando-a com as manifestações dos membros da mesa. Inicialmente, usou da palavra o **senhor Cleber Ricardo da Silva Cândido, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Criciúma e Região (Sindsaúde/Criciúma e Região)**, que disse estar representando todos os trabalhadores do Hospital Regional de Araranguá. Informou que hoje o Hospital possui um quadro em torno de 310 funcionários, os quais, além de terem dedicado muito tempo àquele ambiente hospitalar, têm dependentes, entre eles filhos, netos, pais e cônjuges, perguntando qual será a postura e a ação da Comissão de Saúde, se irá defender esses funcionários para que recebam seus empregos de volta na nova administração. Prosseguindo, lembrou que hoje a política interna da Fucri, que administra o hospital, por ser filantrópica, ou seja, sem fins lucrativos, permite que seus funcionários e seus dependentes, depois de um ano, recebam uma bolsa de estudo, contando que no Hospital Regional em Araranguá há mais ou menos oitenta estudantes bolsistas que agora, por motivos políticos, terão os seus sonhos abruptamente ceifados se perderem essas bolsas de estudo. Citando alguns programas que oferecem bolsas aos estudantes, como o Artigo 170 e o ProUni, afirmou que nenhum deles oferece o mesmo benefício que a Unesc e perguntou o que a autoridade política pretende fazer a esse respeito. Por fim, perguntou como vai ser o acompanhamento da nova administração do Hospital Regional e qual vai ser a posição dela em relação ao complemento das normas regulamentadoras, como a NR 32 e as resoluções dos conselhos. O **senhor Vicente Marcon, da Oscip federal MAEMC**, por sua vez, perguntou quais os critérios a ser utilizados para a escolha da entidade que administrará o Hospital Regional de Araranguá. O **senhor Presidente** retomou a palavra para registrar a presença de Sandra Mary de Souza, presidente da Região do Lions Clube; Maria Nair, presidente do Rotary Club de Araranguá; Arlindo Manente, presidente da Coopersulca de Turvo; Francisco Balthazar, engenheiro, representando o Crea de Araranguá; e Solene Feltrin, presidente da União das Associações de Moradores de Araranguá. Em seguida, passou a palavra ao **professor Celso de Souza, membro da executiva do Sinte Regional**, que informou que o orçamento federal este ano está em torno de R\$ 1,944 trilhão, afirmando que desse montante R\$ 954 bilhões são somente para pagar banqueiro, enquanto o percentual para a Saúde é 3,5%. Deixou bem claro que se esse percentual não mudar, a Saúde não vai ter solução, porque não é prioridade para o Estado brasileiro, lembrando que a Saúde não foi prioridade no governo FHC, no governo Lula e não está sendo no governo Dilma. Destacou o efeito midiático na televisão tanto para saúde como para educação e enfatizou que saúde passa por prevenção, educação, saneamento e que isso tudo tem que entrar em todos os debates. Dito isso, manifestou a sua tristeza por ver que depois de trinta anos ainda se discute o Hospital Regional. Afirmou que a Evelyn é uma profissional honesta e que quer fazer acontecer e conjecturou que a própria Unesc deve ter largado a administração do Hospital por ela não ter dinheiro, argumentando que no sistema em que

se vive as coisas não são feitas sem dinheiro. Disse que a nossa Constituição é rasgada todos dos dias em relação ao que diz o seu artigo 1º, segundo o qual todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, e perguntou se o povo foi ouvido, por exemplo, em relação a fazer a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil, afirmando que é contra esses eventos serem feitos aqui porque, de modo geral, eles são para uma minoria, já que o povo vai continuar assistindo tudo pela televisão. Reiterando que o povo não é ouvido nas suas prioridades, citou um exemplo local, afirmando que não foram ouvidos com relação à ponte da barranca. Em seguida, disse acreditar na força, na vontade e no interesse das entidades que tomaram a iniciativa de realizar a audiência, pois elas têm as pessoas em primeiro lugar, e perguntou ao Deputado Volnei Morastoni se já haviam construído alguma policlínica ou algum centro de excelência. Finalizando, deixou registrada, como professor, a sua indignação pelo fato de a Assembleia ter rasgado o plano de cargos e salários dos professores ao aprovar o projeto, advertindo que se mantiver essa postura, a Saúde vai continuar do mesmo jeito. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Heriberto Afonso Schmidt, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá**, que, afirmando que o governo do Estado quer buscar o melhor para o Hospital Regional, reafirmou o compromisso do Governador Raimundo Colombo em ter a Saúde em primeiro, segundo e terceiro lugar. Contou que os Deputados Manoel Mota e José Milton estiveram segunda-feira em Lages conversando sobre esta audiência pública e que aquela região está unida em buscar um administrador para o Hospital, como uma associação, uma representação de base, acrescentando que o Secretário da Saúde é favorável a isso e que se juridicamente isso for possível, o governo também é, caso contrário, irão buscar da melhor forma possível um administrador. Declarou não ter autoridade para responder algumas perguntas e, abordando a situação dos 314 funcionários do Hospital, disse que vai ser feita uma rescisão, que o novo administrador, a associação ou quem vier administrá-lo vai recontratar ou não todos eles. Explicou que deverá ser feito um credenciamento e que a própria Fucri poderá dar referência do trabalho desses funcionários a serem reaproveitados dentro do critério de quem for o gestor. *[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.]* A respeito da pergunta sobre bolsas de estudo, informou que o novo administrador terá de fazer as devidas avaliações, porque envolve recursos; que como a Fucri/Unesc tem um hospital, o sistema é diferente; e que esse assunto terá que ser bem estudado e com busca de alternativas. Contou que na semana passada houve audiência com o Secretário Dalmo de Oliveira, o Deputado Manoel Mota, a senhora Marlei e a senhora Patrícia, gerente de Saúde da SDR de Araranguá, e aproveitou a oportunidade para convidar todos para no dia 1º de setembro discutirem o edital de contratação do novo gestor. Posto isso, informou que a Secretaria da Saúde contratou um consultor de saúde especializado para discutir o que será colocado nas cláusulas da contratação de uma associação, local ou não, registrando que a sua preferência é que seja uma associação local e que todos serão comunicados do local e horário onde isso será feito. Reiterou que nesse debate já se discutirá o que se será colocado na cláusula e observou que já é certa a saída da Unesc porque o contrato com ela vai até abril do próximo ano, informando que a intenção da Secretaria de Estado da Saúde é publicar isso até final de setembro e definir a situação. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, registrou a presença de Pedro Paulo Pereira, mestre da Loja Maçônica Perseverança e Fidelidade, de Araranguá; Jadna Zenilda Farias, presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Araranguá; Gerson Luiz Barbosa, presidente da Associação de Moradores do Bairro Alto Feliz, de Araranguá; Robson Adriano da Silva, representando o Lyons Araranguá Centro; Adalberto Simon, representando a gerente de Saúde da SDR de Araranguá, Patrícia Paladini; Adão Manoel de Oliveira, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Araranguá; Paulo Joel Bernhardt, presidente da Associação Mantenedora do Hospital Timbê do Sul; Cristiane Felisberto, representando a Secretaria Municipal de Saúde de Meleiro; Hélio Rocho de Matos, diretor do Hospital São Joaquim, de Sombrio; e Vereadora Ana Maria Back Machado, de Jacinto Machado, representando a Associação das Voluntárias do Hospital São Roque. O **senhor Jorge Pereira da Cruz, servidor público estadual e sargento do Corpo de Bombeiros**, contou que conduz praticamente todos os dias diversos enfermos até o Hospital Regional de Araranguá e enfatizou ser

importante a nova administração continuar a oferecer acesso à universidade aos funcionários do Hospital, advertindo que se o novo gestor não reassumir essa função, vai haver grande problema de ordem social, porque muitos funcionários estarão com metade da faculdade em andamento sem existir nenhuma garantia de que eles poderão dar prosseguimento à sua formação universitária. Encerrando, reiterou a importância do assunto e disse esperar uma solução nesse sentido. Fazendo uso da palavra, o **Deputado Estadual José Milton Scheffer** pediu sugestões de encaminhamento de todos, lembrando que isso será bom para Araranguá, para o Hospital. Sobre a questão dos funcionários, disse que não há como se ter resposta definitiva no momento mas que lutarão para defender os interesses deles e para que haja o máximo possível de aproveitamento desses funcionários, registrando que o senhor Milton, da Associação dos Funcionários, participa da audiência e que isso vai ser construído. Sobre o financiamento da Saúde, citado nesta audiência, afirmou que realmente o governo federal tem que cumprir a obrigação dele. Disse que os Prefeitos cumprem isso, que o governo do Estado também cumpre e que o governo federal coloca somente 3,5% no recurso da Saúde, reforçando a importância de ser votada a Emenda Constitucional 29. Afirmou que a Aciva e as demais entidades são corajosas e que todos têm que ajudar a encontrar uma solução, reiterando que gostaria de ouvir sugestões de encaminhamento, entre elas, que especialidade as pessoas acham que o Hospital pode cumprir na região e o que pode ser feito nesse sentido. Dando seguimento à audiência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, considerando as mais de duas horas de reunião, pediu a colaboração e atenção de todos porque ainda iriam ouvir dois inscrites e o membros da mesa antes de a reunião ser encerrada. Dito isso, passou a palavra ao **senhor José Ézio De Lucca, presidente da Associação de Moradores do Centro de Araranguá**, que ao presidente do Sindicato dos Funcionários dos Hospitais disse que como cidadão, como pessoa que usa a saúde pública, se preocupa com a situação de todos, acrescentando que falava em nome dos moradores da Associação que preside, que sabem o que se vive nesse momento. Solidarizou-se com as palavras do professor Celso quando falou da visão do cidadão sobre a saúde pública do Brasil e do sentimento do professor, lembrando a todos que o objetivo da audiência hoje é tentar encontrar um novo caminho para a gestão do Hospital Regional. Nesse sentido, apelou ao Deputado Morastoni, como Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, e ao Secretário Regional Heriberto Afonso Schmidt, como representante do Governador, para que a sociedade civil organizada do sul catarinense dessa vez tivesse oportunidade de gerir o seu próprio destino através dessa comissão que está sendo encabeçada pela Aciva e que conta com o apoio das mais diversas representatividades do sul catarinense. Finalizando a sua manifestação, reforçou o pedido aos representantes das pessoas que decidem as coisas em Santa Catarina de intercederem como for possível para que realmente se encontre uma maneira de passar a administração do Hospital Regional para essas entidades do sul catarinense. Ato contínuo, foi passada a palavra ao **senhor Sandro Roberto Maciel, Vice-Prefeito de Araranguá**, que, refletindo sobre os três entes federados, quais sejam, Municípios, Estados e governo federal, afirmou que nesse ponto específico tem que se falar do Estado porque o Hospital é do Estado, observando que há muito tempo esse ente federado tem fugido da sua responsabilidade, assim como o Hospital Regional e outros órgãos estaduais. Reiterando que o Hospital é do governo do Estado de Santa Catarina e que a discussão dos problemas não vem de hoje, ilustrou essa afirmação contando que a sua filha de 20 anos é turvense de nascimento porque há vinte anos o Hospital de Araranguá estava fechado. Em seguida, disse que os Municípios ajudam a pagar a Epagri, os hospitais, a polícia, os bombeiros, entre outros; que já começou a municipalização da educação e que todo o ensino fundamental passará para os Municípios. Lamentou que o Estado esteja deixando de lado o seu papel de gerir aquilo que consta na Constituição e avaliou que é muito mais fácil entregar, ou privatizar, ou terceirizar, ou "oscipizar as Oscips". Abordando a questão dos funcionários do Hospital, disse que é outra razão social que virá para administrá-lo e que torcerão para que eles permaneçam, salientando que se tem uma coisa de que não existe é reclamação com relação ao grupo de funcionários do Hospital. Considerou uma bela política a de recursos humanos da Unesc, entendendo que isso não sensibiliza as pessoas neste momento

porque agora se está tratando da gestão propriamente dita. afirmou que não estava na audiência somente para criticar, constatou serem muito fortes o movimento social, o movimento popular e o movimento empresarial de Araranguá e do Vale, dizendo não saber se há no Estado de Santa Catarina uma organização tão forte, crítica e participativa como há nessa região. Sobre o Plano Diretor, contou que o debatem, há mais ou menos dois anos, toda semana, destacando que é um grupo muito forte, muito organizado e muito crítico que participa desse debate, na sua grande maioria, de maneira voluntária. Prosseguindo a sua manifestação, enfatizou, na linha do que a Associação Empresarial levanta, em conluio com todas essas entidades destacadas na audiência, que os movimentos comunitário, popular, empresarial do Vale do Araranguá precisam ter papel de relevo na condução dos destinos do Hospital Regional, argumentando que, embora haja o aspecto técnico, não interessa à população local que alguém venha para Araranguá de paraquedas e comece a dizer o que tem que se fazer com o Hospital Regional, considerado por eles um patrimônio muito importante. Finalizando, solicitou que tanto a proposta da Associação Empresarial como as das demais entidades sejam vistas com muito carinho e tenham papel fundamental na condução dos destinos do Hospital Regional. [Taquígrafas-Revisoras: Almerinda L. Thomé e Denise V. Silva.] Em seguida, a palavra foi concedida à senhora **Soraia Lummertz, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Araranguá**, que iniciou dizendo que não iria fazer nenhum relato histórico porque todos já estavam cansados de saber o que acontece no Hospital Regional de Araranguá há trinta anos. Deixou claro que as entidades do Vale do Araranguá, que tem 200 mil habitantes, não têm medo de administrar o Hospital Regional, pois têm competência, qualidade e profissionais para exercer esses cargos. O **senhor Presidente** leu um documento pré-elaborado e assinado pelos Deputados Estaduais e demais autoridades municipais presentes, o qual será levado ao Governador, ocasião em que solicitarão uma audiência para apresentar os encaminhamentos tirados desta audiência pública. Ato contínuo, passou a palavra ao senhor **Diogo Oliveira, funcionário do Hospital Regional e técnico em Radiologia**, que, em relação ao o edital para a próxima administração, perguntou o valor dos recursos que serão repassados e depois implementados no planejamento que vai ser feito em longo prazo. Indagou ainda qual a posição do governo sobre os valores a serem repassados e informou que hoje é repassado cerca de R\$ 650 mil como ajuda de custeio, fora o faturamento que o Hospital já tem pactuado. O **Deputado Estadual José Milton Scheffer** respondeu que a audiência que está sendo solicitada com o Governador é para discutir esse financiamento e que o valor não dá para precisar porque depende do que vai ser feito no Hospital. Elogiou a colocação do Diogo e disse que essa preocupação quanto ao aumento de repasse dos recursos tem que ser colocada como sugestão, informando que, embora insuficiente, foi garantido neste ano, num trabalho que envolveu várias lideranças, o repasse de mais R\$ 150 mil. Lembrou ser o fator financeiro um dos maiores problemas da Saúde e prometeu que irão brigar pelo aumento de recursos para custeio, ampliação e construção do prédio, que também está pequeno, considerando que para isso é necessário apresentar justificativas. A **senhora Marlei Paulo, Secretária Municipal de Saúde de Santa Rosa do Sul e presidente do Colegiado de Gestão Regional - Macrorregião Sul/Extremo Sul**, salientou que quando o direito é um bem comum, os esforços convergem, afirmando que todos estão ali reunidos em prol do funcionamento correto do Hospital Regional de Araranguá e que esse é um anseio de todos os Secretários, da população e principalmente dos pacientes, que necessitam de atendimento. Registrou que em abril o colegiado de Secretários começou a elaborar um documento que foi contemplado no projeto apresentado pela Evelyn e que, por precaução, esse documento também será entregue ao Secretário de Estado da Saúde quando estiver na região. afirmou que o único desejo dos Secretários é que o Hospital funcione e que a população seja atendida, avaliando que grande parte dos anseios da sociedade será solucionada se for resolvida a questão sobre a administração do Hospital. Dito isso, solicitou que fosse levada a palavra dos Secretários ao Secretário de Estado para que desta vez deslanche o atendimento e a administração do Hospital Regional de Araranguá. O **Vereador Eduardo Merêncio (Chico), de Araranguá**, manifestou o seu entendimento de que, pelo acompanhamento feito, ainda não teve alguém que passasse total confiança. Disse que há um

grupo de entidades proveniente de movimentos populares que não vai deixar que os funcionários do Hospital fiquem desamparados e que não acredita que o Governo do Estado vai deixá-los assumir esse Hospital, solicitando aos Deputados que olhem com carinho para esse grupo de entidades que quer administrar o Hospital Regional de Araranguá. A **senhora Rita de Cássia Premoli, diretora-superintendente do Hospital Regional de Araranguá e representando a Fucrí**, salientou que o momento é de discutir uma nova administração, ressaltando que não vai defender a administração da Fucrí porque considera importante o direito de as pessoas pensarem, sobre o que realmente deverá ser feito. afirmou que mesmo com essa transição que acontecerá em abril de 2012, quando o Hospital será entregue a uma nova administração, a equipe profissional do Hospital está trabalhando, cumprindo a sua árdua tarefa, complementando que essa equipe tem o compromisso de entregar o Hospital à nova administração em pleno funcionamento e que tem competência técnica para isso. Contou que trabalha no Hospital desde 1986, que passou por todas as administrações e que está muito preocupada com o pessoal da região e com o funcionamento do Hospital, lembrando que nenhuma entidade funciona sozinha mas que também não adianta vir uma ou duas entidades sem respaldo, por isso espera que a nova entidade que assumir tenha isso. O **senhor Mariano Mazzuco Neto, Prefeito de Araranguá e presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc)**, disse que a Amesc, através de estudos feitos, pautou para trabalhar o Hospital Regional de Araranguá. Contou que as entidades conversaram com a Unesc e a Fucrí, já que naquele momento estavam para pactuar o novo convênio com o governo estadual, e que envidaram todos os esforços para que elas permanecessem e mudassem o modelo de administração a fim de receberem todos os recursos suficientes para mudar a resolutividade do Hospital. Comentou que como a Fucrí não vai ser mais a mantenedora do Hospital, surgiu com mais força esse movimento em Araranguá que quer e deve administrar o Hospital. Registrando que foi observar o funcionamento do Hospital Regional de Chapecó e que gostou da maneira pela qual foi organizada aquela entidade, comentando a nota que o jornalista Moacir Pereira escreveu em sua coluna sobre a gestão do Deputado Volnei Morastoni à frente da Comissão de Saúde da Alesc, na qual citou hospitais que tiveram sucesso e hospitais que não tiveram sucesso. Quanto à questão financeira, enfatizou que um dos maiores desafios é bem gerir o Hospital. [Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis Melo.] Seguindo esse raciocínio, disse que a associação que quer administrar o Hospital Regional de Araranguá é composta por pessoas de alta responsabilidade e conhecimento e que, com certeza, terão êxito nisso. Aproveitando a ocasião, reforçou que a Amesc e os quinze Prefeitos do Vale do Araranguá são favoráveis à iniciativa e apoiam que o Hospital seja administrado por uma associação da comunidade que conheça os problemas de Araranguá e em relação à Saúde naquele Município. afirmou que o Hospital Regional é o cerne da saúde pública e que dele vai depender também a saúde administrada no Município e em outros hospitais menores localizados no Vale do Araranguá. Finalizou parabenizando a Assembleia Legislativa pela audiência pública e reforçando que o governo do Estado, em todas as conversas que aconteceram, sempre demonstrou muito interesse em resolver a questão do Hospital Regional de Araranguá. O **senhor Heriberto Afonso Schmidt, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá**, disse que o Governador Raimundo Colombo, o Vice-Governador Eduardo Moreira e o Secretário Dalmo estão abertos ao diálogo, afirmando que se houver uma associação forte da região, o governo do Estado será favorável que ela assuma o Hospital, cabendo à Secretaria da Saúde fixar as normas de funcionamento. Defendendo o seu posicionamento de que seja uma associação da região, declarou que isso só não ocorrerá se não houver uma associação forte para assumir o Hospital ou no caso de haver algum impedimento jurídico, salientando que a região tem empresas, indústrias e comércio que crescem cada vez mais e gente com capacidade de formar uma associação e contratar um bom administrador hospitalar para o Hospital Regional de Araranguá. O **Deputado Estadual Manoel Mota** agradeceu aos Deputados e a todos os demais que se somaram em busca do melhor para a região. Contou que há 28 anos, quando era Prefeito, para credenciar o Hospital Regional não teve outra opção se não descredenciar o Hospital Bom Pastor, registrando que de lá para cá várias entidades administraram o Hospital Regional de Araranguá. Disse que sempre defendeu que para o

Hospital ter sucesso era necessário que o Vale do Araranguá, os Prefeitos, e os Secretários Municipais de Saúde participassem da construção dele e informou que o Governador do Estado, Raimundo Colombo, e o Vice-Governador, Eduardo Moreira, assumiram o compromisso de investir no resgate da saúde pública do Vale do Araranguá. Ressaltou que a audiência pública não era para tratar de associação *a*, *b* ou *c*, e sim para oportunizar ao Vale do Araranguá a administração do Hospital, acrescentando que a Aciva é uma grande organização e lembrando que o doutor Martinho Herculano Ghizzo, que já foi Secretário da Saúde e Deputado, sente no coração o problema. Encerrando, reiterou que todos vão buscar o caminho que seja melhor para o Vale do Araranguá. O **Deputado Estadual José Milton Scheffer**, abordando as sugestões feitas durante a reunião, disse que o Deputado Volnei iria colocar alguns encaminhamentos para a apreciação da plenária, como a questão da associação, que precisa da aprovação dos presentes antes de ser levada ao Governador, e a questão dos funcionários, que tem que constar na ata, lembrando que outro item a ser pensado diz respeito à média e alta complexidade, que pode ser referência em outras áreas, como já é em Ortopedia, além das cirurgias bariátricas, que têm valor agregado grande e podem ajudar financeiramente na manutenção do Hospital. Reforçou os posicionamentos sobre não haver problemas para os atuais funcionários, profissionais com experiência e úteis para o Hospital. Sobre os encaminhamentos tirados desta audiência, disse que serão entregues ao Governador em uma reunião a ser agendada por ele e pelos Deputados Mota e Morastoni, para a qual também serão convidados os Prefeitos, a Aciva, o Secretário Dalmo, que tem boa visão do Hospital, ocasião em que entregarão as reivindicações da comunidade. Dito isso, disse que as suas expectativas foram superadas, que o objetivo era ouvir, que a oportunidade foi dada e que crê que, enquanto Assembleia Legislativa, todos estão cumprindo com o seu papel de ouvir e lutar para representar a população. Salientou que a presença de todos na reunião, além de mostrar que esta audiência era necessária, mostra que há união de forças para se encontrar uma solução. Por fim, parabenizou a Aciva pela proposta, pelo encaminhamento junto com as instituições. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, colocou para a apreciação da plenária as duas propostas concretas tiradas da audiência, quais sejam, que em audiência com o Governador e com o Secretário da Saúde seja apresentada a proposta de implantação de uma organização social comunitária e regional para a administração do Hospital Regional de Araranguá e um projeto de revitalização desse Hospital, as quais foram aprovadas por unanimidade. Comentou que como médico e como Deputado pelo quarto mandato já havia participado de debates sobre saúde outras vezes e que sempre houve esses embates nas questões dos hospitais. Disse que a sua posição pessoal é que o Estado deveria assumir os seus hospitais próprios, comentando que a situação vivida hoje pelo Hospital de Araranguá e por outros hospitais do Estado deve-se ao fato de os governos nunca terem assumido a Saúde com prioridade. Citou que a Lei Orgânica da Saúde, a Lei nº 8.080, que em um de seus artigos trata dos hospitais regionais de alta complexidade, avaliando que possivelmente esse será o destino do Hospital Regional de Araranguá. Registrou que estão sendo feitas audiências públicas pelo Estado para discutir a necessidade de descentralizar a alta complexidade, de tirá-la da Capital, ou do eixo Joinville-Blumenau, lembrando que se a alta complexidade para adultos está relativamente descentralizada no Estado, para a pediatria está muito pouco descentralizada, fazendo com que uma criança portadora de câncer precise se deslocar daqui até Florianópolis para fazer quimioterapia. A respeito da situação em foco, disse entender perfeitamente a preocupação da comunidade, das entidades, dos Municípios e dos Prefeitos de todo o Vale do Araranguá, já que fica um vácuo quando a própria Universidade se retira e o Governo do Estado não manifesta nenhuma intenção real e concreta de assumir ele próprio os destinos do Hospital. afirmou que procede a preocupação da comunidade com essa abertura, por isso pode atrair gente de todos os lados pela simples razão de vislumbrarem lucro com a administração do Hospital, avaliando ser importante a comunidade se organizar e tomar conta dele, para que o Hospital funcione e revigore-se. Prosseguindo, reiterou o seu entendimento de que o Estado é que teria que profissionalizar a gestão dos seus hospitais e afirmou que não é porque pensa assim que irá criar qualquer dificuldade para o encaminhamento que a comunidade está

tirando neste momento, pelo contrário, disse que como Presidente da Comissão irá encaminhar aquilo que a maioria de cada região do Estado decidir. Reportando-se aos presentes, salientou que a Comissão de Saúde será parceira deles e que estará junto com os Deputados da região e com outros para poder discutir com o governo do Estado essa situação e encontrar a melhor solução. Enfatizou que o Estado deveria assumir mais a responsabilidade com o custeio dos hospitais e ter um programa de aperfeiçoamento de gestão hospitalar, mencionando que muitas vezes o problema não é de recursos, e sim de gestão, ou então é conjugado: de gestão e de recursos. Finalizando, trouxe à tona novamente a necessidade de ser regulamentada a Emenda 29 para que o governo federal possa aplicar muito mais recursos do que todos estão defendendo na Saúde. Nada mais havendo a tratar, parabenizou todos pela mobilização e por tudo que foi apresentado e encerrou a audiência pública. [Taquígrafas-Revisoras: Almerinda L. Thomé e Denise V. Silva.]

**DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI MORASTONI
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE**

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA AVALIAR A SITUAÇÃO DA SAÚDE E DOS HOSPITAIS DO VALE DO RIO TIJUCAS, REALIZADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DA UNIVALI, CAMPUS III, MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

Aos dois dias do mês de setembro do ano de 2011, às 9h, no auditório da Univali, campus III, Município de Tijucas, realizou-se audiência pública da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) com o objetivo de avaliar a situação da Saúde e dos Hospitais do Vale do Rio Tijucas. O **Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, presidindo a audiência pública, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos que acolheram o convite da Alesc nesse périplo de audiências públicas que a Comissão de Saúde está realizando por todo o Estado, bem como à equipe da Assembleia Legislativa, à TVAL, à Coordenadoria de Taquígrafia das Comissões, à Rádio Alesc Digital, à imprensa, aos jornalistas, aos repórteres, ao cerimonial da Casa Militar e ao apoio recebido do Município, especialmente dos Vereadores Adalto e Plácido, que ajudaram na organização do evento. Em seguida, chamou para compor a mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Dado Cherm, membro da Comissão de Saúde da Alesc; Prefeito Elmis Mannrich, de Tijucas; Prefeito Aderbal Manoel dos Santos, de São João Batista; Prefeito Orivan Jarbas Orsi, de Nova Trento; Prefeito Zelásio Angelo Dell'Agnollo, de Major Gercino; senhora Dirlene Pereira, Secretária Municipal de Saúde de Canelinha, representando o Prefeito Antônio da Silva; Vereadora Elizabete Mianes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Tijucas; Vereador Plácido Vargas, de São João Batista; Maurício Pessutto, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão de Santa Catarina; senhor Marco Antônio Schutz de Medeiros, Promotor de Justiça da Comarca de Tijucas, representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina; senhor Braz Vieira, diretor Executivo da Associação e Federação dos Hospitais de Santa Catarina; senhora Ivonir Zanatta Webster, gerente de Saúde da Regional de Brusque, representando a Secretária de Desenvolvimento Regional de Brusque, Sandra Regina Eccel; irmã Enedina Sacheti, presidente da Sociedade Divina Providência, representando os hospitais da região. Na sequência, o senhor Presidente lembrou que além das audiências públicas que a Comissão de Saúde está realizando por todo o Estado, o Fórum dos Pequenos Hospitais está fazendo outro circuito de audiências públicas em São Miguel do Oeste, Ituporanga, Araranguá, faltando realizá-las ainda em Chapecó e na região de Canoinhas. Adiantou que, independentemente das informações que serão coletadas nesta audiência pública para o Fórum dos Pequenos Hospitais, será enviado um formulário a todos os hospitais da região, para ser devolvido em até duas semanas, contendo informações específicas para o referido Fórum. Sobre as mais de uma dezena de audiências públicas realizadas com o objetivo de levantar dados concretos sobre a verdadeira situação da saúde no Estado, disse que todo esse trabalho está sendo acompanhado pela Secretaria de Estado da Saúde e que o próprio Governador tem conhecimento desse trabalho que a Assembleia Legislativa está fazendo, que não deixa de ser um trabalho em cooperação com o governo estadual, para que se tenha em mãos um verdadeiro diagnóstico, lembrando que na Medicina há uma premissa que diz que o melhor tratamento é o diagnóstico. Destacou ser necessário que os dados em relação à saúde sejam coletados diretamente com a comunidade, com Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais de Saúde, dirigentes hospitalares, lideranças da

comunidade, os quais depois serão sintetizados em um documento a ser levado ao Secretário de Estado da Saúde e ao Governador, a fim de que os problemas apontados tenham solução. Destacou que os problemas na saúde vieram se acumulando por muitos anos por várias razões e que esses problemas são do Município, do Estado, da União. Salientou que o SUS é uma tríplice aliança, uma das maiores conquistas sociais do povo brasileiro e o maior plano de saúde do mundo, lembrando que nos planos privados, que atendem uma parcela da população, quando chega na hora de exames de alto custo, de cirurgias, é o SUS que banca. Continuando, assinalou que no mundo ocidental, no mundo capitalista, nenhum outro país tem um plano de saúde de referência como o Brasil, afirmando que o SUS não é um problema, e sim a solução do problema, que tem que ser equacionado. Adiantou que neste ano, após todo esse périplo que está sendo feito pelo Estado com o objetivo de analisar a situação da saúde nos Municípios, a ordem do dia é o financiamento da saúde, a ser definido pela Emenda Constitucional 29, que deve ser votada pelo Congresso Nacional até o final deste mês ou neste semestre, discorrendo sobre os percentuais a ser aplicados por Municípios e Estados. Informou que através de um projeto do Deputado Dado Cherem, a partir de janeiro deste ano o governo de Santa Catarina já retirou do cálculo dos 12% a serem aplicados na saúde a folha de pagamento dos inativos nessa área, que soma mais de R\$ 50 milhões por ano, e reforçou que a regulamentação da Emenda 29 vai disciplinar questões dessa natureza, ou seja, o que é e o que não é gasto com saúde, além de determinar um percentual para a União, que hoje aplica um valor que é uma variável nominal do PIB, que não é um valor fixo definido, mencionando que a proposta é que seja 10% do que a União arrecada de impostos, assim como os Estados e Municípios, o que significa injetar na saúde mais R\$ 60 bilhões por ano. Disse que a Presidente Dilma pediu que o Congresso definisse uma fonte de recursos para a saúde, advertindo que se for para criar uma nova contribuição, que seja exclusivamente para essa área, para não acontecer como aconteceu anteriormente com a CPMF, cujos recursos não iam todos para a saúde. Afirmando que ao serem apresentadas as propostas para o Governador, o Estado terá que tomar uma decisão política e abraçar o custeio dos hospitais, contando que tem ouvido pelo Estado afóra que se pequenos hospitais receberem do governo do Estado R\$ 15 mil, R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil por mês, poderiam sobreviver com os encargos que têm. Concluindo as suas considerações iniciais, disse que toda a audiência vai ser registrada pela taquigrafia e que o documento dali tirado irá somar-se aos documentos das demais audiências feitas em todo o Estado. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Dado Cherem**, que frisou que a sua função era ouvir e dividir a angústia com todos os Prefeitos, gestores, Vereadores, Secretários Municipais que fazem saúde pública. Falou que não tem dúvida de que a Atenção Básica, de responsabilidade do Município, está sendo feita, disse que não tem Prefeito hoje que invista menos de 18%, 20% ou 25% em saúde pública e afirmou que os Municípios estão fazendo a lição de casa, considerando que a grande dificuldade, tanto na média como na alta complexidade, é o subfinanciamento da saúde. Avaliou que embora haja controle legal da Câmara de Vereadores e controle social dos Conselhos Municipais e do próprio Ministério Público, está na hora de ser feita alguma coisa diferenciada nesse sentido, pois o sofrimento pelo qual passam os Municípios se reflete na população que não tem acesso ao SUS. Disse que ele e o Deputado Volnei, em nome dos demais membros da Comissão de Saúde, estavam ali para fazer um diagnóstico e levar ao Governador as propostas possíveis de serem executadas no Orçamento do Estado. Finalizando, disse que a audiência pública trará uma contribuição muito grande à saúde pública do Vale do Rio Tijucas. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, registrou que esta audiência pública estava sendo realizada por proposição do Vereador Adalto Gomes, que apresentou proposta via Câmara Municipal de Tijucas, e do Deputado Estadual Jorge Teixeira, que justificou a sua ausência por estar em viagem no Exterior. Justificou, em seguida, a ausência dos Deputados Estaduais Aldo Schneider e Ciro Roza; do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Luiz Herbst; do Presidente do Tribunal de Justiça, Trindade dos Santos; e do Presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina. Em seguida, registrou a presença do senhor Sérgio Murilo Cordeiro, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas; do senhor Juliano Petter, diretor do Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas; do Vice-Prefeito Elias Germano Mafeçoli, de São João Batista; do Vereador Moacir Batisti, Presidente da Câmara de Municipal de Major Gercino; do senhor Godofredo Luiz Tonini, Secretário de Saúde do Município de Nova Trento. Feito o registro, passou a palavra ao **senhor Braz Vieira, diretor Executivo da Associação e Federação dos Hospitais de Santa Catarina**, que justificou a ausência dos presidentes da Associação e da Federação, os quais se revezando nessa maratona de audiências públicas que a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Saúde e do Fórum dos Pequenos Hospitais,

está desenvolvendo no Estado, para que em todos os eventos haja a presença da Associação e da Federação. *Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo.* Disse entender que se está fazendo uma mexida no fundo do aquário num momento em que a discussão ampla e profunda da saúde é necessária, porque está passando do prazo. Iniciando a apresentação de PowerPoint, mostrou que dos 221 hospitais do Estado, 20% são públicos, 20% privados e 60% comunitários/filantropicos, hospitais que têm obrigação de atender os usuários do SUS e estão pedindo socorro porque não conseguem atender a demanda com os recursos de que dispõem. Sobre a representatividade em estabelecimentos de saúde, citou que 44,05% representam serviços de saúde, 8,02% representam serviços de laboratório, 45,23% representam serviços de clínica e 2,71% representam serviços de hospitais, sendo 182 hospitais representados pela Associação e Federação dos Hospitais. Quanto à natureza jurídica, informou que 82,35% são privados/filantropicos, 11,31% são municipais, 6,33% são estaduais e 0,45% são federais. Quanto à distribuição de leitos, mostrou que dos 15.191 leitos no Estado, 77% são representados pela Ahesc-Fehoesc e 7.891 são representados pela rede privada/filantropica. Citando a máxima "saúde não tem preço, mas tem custo", comentou que o custo da saúde ao longo dos anos tem sido absurdamente alto em relação à sua receita. Em seguida, mostrou que os hospitais estão cada vez mais com dificuldades justamente pela tabela SUS, informando que para uma cirurgia de apendicite, o SUS paga apenas 40% do custo, e para uma cirurgia de pulmão, o SUS paga 42,8% do custo. Mencionando a polêmica que existe no Estado sobre as UTIs, disse que a construção de uma UTI custa R\$ 2 milhões e gera R\$ 100 mil de despesa por mês. Explicou que esse é um investimento fixo e que o custeio é difícil, o que faz com que em dois anos todo o investimento que o governo fez nesses hospitais se dilua só com a despesa que o hospital tem para atender essa demanda. Em seguida, mostrou que para uma broncopneumonia o SUS paga 52% do custo; que para uma cesariana o SUS paga 55%, salientando que cada hospital atende um percentual de cesarianas por mês proporcional aos partos normais e que não recebe nos casos em que as cesarianas são feitas acima da média, porque o SUS bloqueia esse pagamento. Prosseguindo, mostrou que para o parto normal, que custa R\$ 582,00, o SUS paga R\$ 412,00; que para um raio-X de crânio o hospital recebe R\$ 7,52; para uma consulta médica, R\$ 10,00; para um hemograma, R\$ 4,11; para um exame de urina, R\$ 1,89; para um raio-X de tórax, R\$ 9,50. Em seguida, comparou os valores pagos pelo SUS com o valor cobrado em outras áreas: uma visita de técnico em informática custa R\$ 70,00, um corte de cabelo custa R\$ 25,00, e um serviço de engraxate sai por R\$ 5,00. Avaliou que os encargos estão cada vez maiores e os investimentos cada vez menores, situação que gera uma problemática para a região de Tijucas porque a alta complexidade está se deslocando para a Capital, que não tem capacidade para atender toda a demanda. Afirmando que a rede hospitalar da região está na expectativa de que esse processo seja revertido, disse que a região do Vale do Rio Tijucas tem 4 hospitais e 164 leitos, comentando que a estrutura hospitalar de Tijucas poderia desafogar a Capital, criando uma alternativa de viabilidade e evitando a "ambulacioterapia". Salientou que não há falta de leitos no Estado, mas que estão mal distribuídos, que há uma grande concentração de hospitais de pequeno porte e que 50% da rede tem menos de 50 leitos. Destacou que os investimentos nas UPAs e na PSF estão sendo feitos com propriedade pelos Municípios, que os hospitais precisam ser vocacionados e que é preciso haver uma definição mais clara para que a atuação dos hospitais seja específica. Disse que embora haja uma nuvem escura em cima das prestadoras de serviços de saúde, que embora a tendência seja os hospitais terem cada vez mais dificuldades, a Assembleia está avançando a passos largos para encontrar uma solução para isso. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, registrou a presença das seguintes autoridades: senhor Luís Henrique da Cunha, Secretário de Saúde de Major Gercino; senhor Sálvio Osmar Tonini, Secretário de Saúde de São João Batista; Vereador Valdecir Marchi, de Major Gercino; Vereador Marcos Aurélio, de São João Batista; Vereador Saul Reitz, de São João Batista; Vereador Gian Francisco Voltolini, de Nova Trento; Vereador Pedro Gattis, de Major Gercino; Vereador Carlos Francisco da Silva, de Major Gercino; Vereador Salmir Benoni Zunino, de Major Gercino; Vereador Mário José Gomes, de São João Batista; senhor Evaldo Godinho de Jesus, diretor do Hospital Monsenhor José Locks, de São João Batista; senhora Kátia Oliveira, representando o Sindicato dos Empregados no Comércio de Brusque; senhora Marilitta Michele Gonçalves, diretora da Fundação Hospitalar do Município de Canelinha; senhor Luiz Carlos de Souza, representado o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Vereadora Marilu Duarte Carvalho, de Tijucas; e Vereadora Lialda Lemos, de Tijucas. Feito o registro, passou a palavra ao **Vereador Adalto Gomes, de Tijucas**, que cumprimentou os presentes e parabenizou o trabalho que a Comissão de Saúde está fazendo em todo

o Estado, levantando a situação da saúde. *[Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.]* Disse que quando propôs na Câmara Municipal de Tijucas a realização de audiência pública no Município, tinham claro que haveria muitas dificuldades e que não poderiam ficar parados esperando por uma solução. afirmou ser necessária não só a melhoria na rede de atendimento imediato mas também a qualidade desse atendimento e convocou todas as autoridades e representantes da população para participarem de uma conversa preliminar com a intenção de melhor conhecer os problemas do Vale do Rio Tijucas, salientando que todos conheciam os graves problemas da região. Registrou que uma das melhorias essenciais diagnosticadas foi que o Hospital São José se tornasse uma unidade de referência, já que dispunha de instalações adequadas para atender as necessidades da população, lembrando que se o Hospital prestasse serviços de uma unidade de referência, desafiaria o número excessivo de indivíduos deslocados até os hospitais de Florianópolis. Comentou sobre o vocacionamento dos hospitais, dizendo que foram proposições da comunidade que o Hospital de Tijucas deveria ser vocacionado em traumas, pois ficava próximo à BR-101 e à SC-411, locais de muitos acidentes; que o Hospital de São João Batista deveria ser vocacionado em obstetria, pois possuía estrutura adequada para tal; e que o Hospital de Nova Trento deveria ser referência em psiquiatria, salientando que tão importante quanto a instrumentalização dos hospitais era a manutenção das unidades existentes. Salientou o apoio unânime à regulamentação da Emenda 29 e disse que a comunidade estava reivindicando uma UTI móvel do Samu para prestar atendimento na região, que ainda não contava com aquele serviço. afirmou, em seguida, que o Movimento do Vale do Rio Tijucas, junto com a Comissão de Saúde da Alesc e as autoridades locais, estava lutando para que os problemas relacionados à Saúde fossem sanados da região e entregou ao Presidente o documento contendo as reivindicações da região. O **senhor Presidente** disse que os documentos entregues à Comissão de Saúde serviam como norteadores para as ações e para os encaminhamentos pertinentes ao tema. Finalizando a sua manifestação, o Vereador Adalto Gomes propôs que fosse constituída uma comissão formada por representantes da classe política e da sociedade local para representar o Vale do Rio Tijucas e acompanhar as ações do referido Movimento. Na sequência, usou da palavra o **Vereador Plácido Vargas, de São João Batista**, que afirmou ter sido produzido documento demonstrando apoio à Emenda 29, que foi enviado aos Deputados Federais e aos Senadores de Santa Catarina objetivando que eles pressionassem as autoridades políticas no sentido de aprovar aquela emenda, acrescentando que todo o Vale do Rio Tijucas estava unido politicamente naquele sentido. Disse que acreditava no novo governo que estava começando em Santa Catarina, apesar da desilusão existente em relação à classe política, e afirmou que se todos lutassem unidos e com perseverança, os problemas relativos à saúde no Estado seriam solucionados. Em seguida manifestou-se o **Prefeito Elmis Mannrich, de Tijucas**, que frisou a importância do movimento que a Comissão de Saúde da Alesc vinha fazendo. Ao mesmo tempo, criticou a falta de representantes políticos da esfera federal, como os Deputados Federais do Estado, comentando o percentual dos repasses de recursos oriundos da arrecadação: 64% ao governo federal, 23% aos governos estaduais e 13% aos municípios. Sobre a obrigação de os gestores municipais aplicarem 15% dos recursos em saúde pública, disse que todos os Municípios da região gastavam muito mais que isso, citando que o Município de Tijucas aplicava 23,8% em saúde. Sendo assim, pediu que os políticos catarinenses lutassem pela aprovação da Emenda 29, pois a conta não estava fechando. Salientou que a região sentiria muito se o Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti fosse fechado, pois ali eram atendidos muitos pacientes provenientes de outros Municípios, inclusive fora do Vale do Rio Tijucas, declarando que a Prefeitura não tinha condições de manter aquela instituição. Informou que em mais de 80% dos Municípios do Estado havia menos de 20 mil habitantes, e como existia um contato direto da população com os políticos locais, disse que cabia aos Prefeitos e aos Vereadores o ônus de explicar ao cidadão o porquê das coisas e ouvir da população as críticas. Avaliou que enquanto não houver um pacto federativo no sentido de melhor redistribuir os recursos arrecadados, cada vez mais aumentariam as dificuldades administrativas e financeiras dos Municípios, pois tudo estourava na base, ou seja, nas Prefeituras e Câmaras Municipais. afirmando que o SUS era muito importante, salientou que o foco naquele momento deveria ser aprimorar a transferência de recursos aos hospitais, principalmente para as cirurgias. Reforçou que os Municípios daquela região não poderiam continuar sendo apenas um corredor por onde levam (e trazem) pacientes a serem atendidos nos já saturados hospitais de Florianópolis. *[Taquígrafa-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]* O **senhor Presidente** agradeceu a participação do Prefeito Elmis e teceu comentários acerca da partilha de impostos entre os entes federados, informando que os Municípios ficam com

12%, os Estados com 22% e a União com 65% da arrecadação. Ressaltou que a aprovação da Emenda 29 será um passo importante para a saúde, avisando que até o final de 2011 serão realizadas as Conferências Estaduais da Saúde e a 14ª Conferência Nacional da Saúde, o que demonstra ser este um ano em que a saúde estará em discussão em todo o cenário nacional. O **Prefeito Aderbal Manoel dos Santos, de São João Batista**, cumprimentou as autoridades, os representantes das entidades e comentou ter sido feita uma reunião em São João Batista bastante produtiva, no último dia 26, para tratar dos assuntos que seriam debatidos na audiência pública. Falou que tanto os Prefeitos como os Vereadores de pequenos Municípios enfrentam dificuldades no seu dia a dia, pois os municípios, que conhecem a rotina de seus representantes, sabem onde moram e os lugares que frequentam, muitas vezes os interpelam para que intercedam em casos mais graves de saúde de algum familiar ou quando é necessário fazer ou uma ressonância magnética ou uma cirurgia de alta complexidade, por exemplo. Declarou que de São João Batista saem vários veículos em direção a Florianópolis para que as pessoas sejam atendidas nos hospitais da Capital, ocorrendo o mesmo com os Municípios de Canelinha, Major Gercino, Tijucas e Nova Trento. Relatou que quando assumiu a administração municipal de São João Batista, em 2005, o Hospital estava com o centro cirúrgico e a lavanderia interditados, acrescentando que receberam apoio, na época, do então Secretário Dado Cherem e também do ex-Governador Luiz Henrique da Silveira. Registrando que nesses sete anos como Prefeito tinha participado de todas as marchas de Prefeitos em Brasília em apoio à Emenda Constitucional 29, disse que a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) tem feito um grande debate sobre a Emenda 29 mas que não acredita que ela seja aprovada, a não ser que se crie um novo imposto, informando que leu no Diário Catarinense do dia anterior uma entrevista em que o Ministro Alexandre Padilha pedia que não aprovasse a Emenda 29 se não houvesse a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS). Em seguida, convidou seus colegas Prefeitos e os Vereadores para mais uma mobilização da Confederação Nacional dos Municípios em Brasília, nos dias 13 e 14 de setembro, para reforçarem o movimento. Parabenizou todos pela iniciativa da audiência pública e pediu que as autoridades maiores e as pessoas que realmente podem contribuir assim o façam, para que os municípios recebam mais recursos e atenção dos governos estadual e federal, o que amenizaria o sofrimento da população do Vale do Rio Tijucas. Na sequência, fez uso da palavra o **Prefeito Orivan Jarbas Orsi, de Nova Trento**, que saudou os presentes e informou que, em Nova Trento, o Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição foi administrado por oitenta anos pela Congregaçã das Irmãs da Imaculada Conceição, cuja fundadora é Santa Paulina, contando que em maio de 2010 participou de uma reunião com as irmãs e seus advogados, momento em que foi comunicado que as irmãs estavam dissolvendo a entidade e que em sessenta dias o Hospital estaria fechado. Comentou que o Hospital havia sido uma das maiores discussões em sua campanha eleitoral, justamente porque não funcionava e, principalmente, porque Nova Trento, que tem uma população de 12 mil habitantes e recebe, aproximadamente, 60 mil pessoas por mês por causa do santuário, não tinha atendimento de Urgência e Emergência 24 horas, complementando que ficar sem atendimento hospitalar nessas condições significa correr um risco muito grande, pois há dias em que almoçam cerca de 10 mil pessoas no Município e se houver qualquer problema, como um surto de salmonela, não há o que fazer. Registrou que quando a Prefeitura assumiu o Hospital, em seu mandato, recebia R\$ 12 mil por mês para repassar àquela instituição, que conseguir aumentar o valor para R\$ 45 mil e, posteriormente, para R\$ 120 mil, acrescentando que o orçamento da Prefeitura teve que se moldar aos novos custos do Hospital. Informou que o Hospital tem 31 leitos do SUS, havendo capacidade para 64 leitos, e comentou que embora tenha havido certo investimento do Estado em credenciar o Hospital para a psiquiatria, as irmãs não prosseguiram com o credenciamento na época e tudo ficou parado, tendo sido a reforma da ala psiquiátrica um dinheiro gasto em vão. Contou que apenas 20% dos 32 leitos estão sendo ocupados porque a possibilidade de o Hospital resolver problemas é muito pequena, ficando apenas com cirurgias mais simples, como de hérnia e vesícula, acrescentando que procedimentos mais complexos são tratados pela "ambulancioterapia", isto é, todos os dias dois carros vão lotados para os hospitais de Florianópolis em busca de atendimento. Contou, ainda, que de Tijucas a Nova Trento, em um raio de 30 quilômetros, há quatro portas de hospitais abertas com Urgência e Emergência, salientando que isso representa um custo altíssimo. Comentou que Nova Trento despende 70% de seu orçamento na urgência e emergência e que, após ter assumido a Prefeitura e ainda como Vice-Prefeito, os médicos passaram a receber R\$ 63,00 por hora trabalhada, sendo que, desde então, esses profissionais não faltam mais ao serviço. Ponderando que nenhum hospital deve ser fechado e que a discussão precisa ser feita em níveis estadual e

federal, perguntou o que deverão fazer com os quatro hospitais da região, pois em muitas situações o dinheiro está sendo colocado no ralo, já que muitos problemas existentes não estão sendo resolvidos. Referindo-se à educação, disse que a Prefeitura não é procurada para resolver problemas de falta de vagas em salas de aula porque a educação tem orçamento próprio e forte em relação a todo o orçamento do Município, enquanto que na saúde o mesmo não acontece. Disse que Nova Trento tem direito a uma ressonância por mês, pelo SUS, para tratar 12 mil pessoas, e que a saída, então, são os políticos intercederem para tentar conseguir os exames, ou então pagarem do próprio bolso para que o cidadão seja atendido. Opinou que o SUS é o melhor sistema do mundo no papel, lembrando que é um sistema recente e que ainda está se adequando. Acrescentou que a população precisa ser conscientizada a não recorrer ao SUS sempre que tiver qualquer problema simples, como dor de garganta, pois isso faz com que aumente o número de pessoas na fila e dificulta o atendimento daqueles que realmente enfrentam problemas graves e urgentes de saúde. Finalizando seu pronunciamento, disse que o problema não é somente falta de dinheiro, que também é necessário gerir melhor o sistema de saúde. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** ressaltou que se dá muita ênfase apenas à questão do financiamento, lembrando que gestão e financiamento andam de mãos dadas. O **Prefeito Zelásio Angelo Dell Agnolo, de Major Gercino**, afirmou que o único Município do Vale que não tem hospital é Major Gercino, por isso quando os cidadãos precisam de atendimento, é preciso levá-los de carro para São João, Tijucas ou Florianópolis. Disse ter visto uma reportagem com a Presidente Dilma desabafando que ninguém faz saúde sem dinheiro e indagou o que um Município pequeno pode esperar se a própria Presidente, que é quem mexe com a máquina pública, diz isso, avaliando que a saída é irem a Brasília unir forças para tentar conseguir mais recursos. Finalizou afirmando que os Prefeitos têm obrigação de ajudar por serem os gestores dos Municípios e que fica difícil fazer alguma coisa se não houver dinheiro. *[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.]* Em seguida, parabenizou o Vereador Adalto pelo projeto que fez para o Vale do Rio Tijucas, avaliando que isso foi muito bom para o Vale. Perguntou como vão resolver o problema do dinheiro se o governo federal não sabe onde vai buscar recurso e se vão criar mais um imposto para obter recurso para a saúde. Disse que era preciso fazer uma lei, porque a situação é muito difícil, e advertiu que fazer um projeto que não seja válido de nada adianta, porque o dinheiro não viria para construir ou reformar um hospital, ou para comprar equipamentos. Observou que é muito difícil explicar isso ao povo e que quem acaba respondendo pela falta de atendimento são os Prefeitos, os gestores, os Vereadores. Manifestou que sua cidade tem aproximadamente três mil habitantes e que se sente muito triste de ver o que está ocorrendo com a saúde, que é prioridade de todos. Prosseguindo, perguntou como vão trabalhar com a saúde se a própria Presidente Dilma disse que não sabe onde vai buscar dinheiro para essa área. Finalizando, disse que os Deputados estão ali para ajudar a população e enfatizou que o dinheiro tem que vir do governo. O **senhor Presidente** agradeceu ao Prefeito Zelásio pela sua manifestação e avaliou que toda a angústia demonstrada por ele era o sofrimento de todos ali, até pela prioridade que a área da saúde tem. Considerando que o Prefeito é o para-choque no contato direto com a população, que cobra diuturnamente uma solução, lembrou que a questão central da audiência pública é o problema do subfinanciamento, da falta de dinheiro. Com relação à Emenda 29, avaliou que terá que haver uma mobilização conjunta dos Prefeitos, dos Vereadores, dos Secretários de Saúde, dos hospitais e de todo o povo brasileiro no sentido de pressionar os Deputados Federais para a aprovação dela. Nesse sentido, contou que estão percorrendo todo o Estado para colher um abaixo-assinado em apoio à Emenda e também para informar o povo do que ela trata. Lembrou que, quando em campanha, a Presidente Dilma assumiu o compromisso de ajudar a saúde com o repasse de verbas, disse que é preciso saber de onde elas vêm e comentou as possíveis fontes desse recurso para a saúde. Dito isso, abriu espaço para a manifestação da plenária, concedendo inicialmente a palavra ao **senhor Maurício Pessutto, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão de Santa Catarina**, que destacou ser o Sistema Único de Saúde uma conquista do povo brasileiro e um sistema que garante avanço significativo em saúde pública, complementando que ele é preconizado por princípios muito importantes, entre eles a universalidade, a integralidade do tratamento e a equidade. Reiterou que o SUS é brilhante no papel mas que na prática ainda há muito trabalho a ser desenvolvido para que haja o aperfeiçoamento dele. Disse que embora existam vários problemas, o Sistema Único de Saúde precisa, sim, ser valorizado, implementado e aperfeiçoado todo dia, observando ser ele um sistema público que trabalha com a complementaridade privada. Em seguida, declarou que os problemas do Sistema Único de Saúde são essencialmente dois, o financiamento e a responsabilidade nos gastos dos recursos públicos, reiterando que os

recursos são de fato poucos e limitados diante da imensa demanda por serviços. Lembrou que o Sistema Único de Saúde surgiu a partir da mobilização social, quando houve a grande reforma da saúde pública no Brasil, destacando que a 8ª Conferência Nacional foi um marco para a instalação do SUS no País. A seguir, cumprimentou o Deputado Estadual Volnei Morastoni pelo comprometimento da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa com a mobilização social em prol da saúde pública no Estado, acrescentando que o ciclo de audiências públicas tem sido fundamental para isso. Afirmou que tem tido dificuldade em acessar os núcleos mais federalizados do Sistema Único de Saúde e comentou que o Deputado Volnei sabe da dificuldade que eles têm tido para integrar o Ministério da Saúde nas outras audiências públicas previstas para o Estado de Santa Catarina. Considerou fundamental a mobilização social e disse que agora é o momento de se buscar a implementação da Emenda Constitucional 29, lembrando que a par do financiamento, tem que estar a responsabilidade e a competência no gasto. Em seguida, comentou alguns casos do dia a dia do seu trabalho no Ministério Público Federal, mencionou que às vezes se gasta mal o dinheiro, que já é pouco, para o Sistema Único de Saúde, e contou um caso específico da padronização de um medicamento para tratamento da hepatite B chamado Entecavir, que já foi objeto de ação civil pública porque a apresentação de 0,5 miligrama e a de 1,0 miligrama tinham o mesmo preço, acrescentando que como o Ministério da Saúde padronizou apenas a apresentação de 0,5 miligrama, os pacientes que utilizam uma dosagem de 1,0 miligrama diariamente pagam o dobro. Continuando, deu exemplos de problemas de gestão de administração e mostrou como trabalham a sensibilização da comunidade, a oferta do serviço, a disponibilização, a adequação da rede e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Finalizando a sua manifestação, disse que não gostaria de se estender porque estavam ali mais para ouvir a situação da comunidade do Vale do Rio Tijucas e para o Ministério Público Federal e o Estadual cooperarem com a Assembleia Legislativa na tentativa de enxergar os problemas e buscar a construção de soluções. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** informou que, por proposição do Ministério Público Federal, no dia 10 de outubro iriam realizar outra audiência pública para debater o diabetes tipo 1 e os análogos de insulina, uma das maiores demandas de judicialização de saúde que existe, esclarecendo que a audiência foi adiada porque queriam contar com a participação de um representante do Ministério da Saúde, já que é um tipo de debate que não dá para fazer sem a participação direta daquele Ministério, que já confirmou presença. O **Procurador da República**, enriquecendo a manifestação do doutor Maurício, informou que 63% dos casos que ocupam a Emergência no Hospital Celso Ramos são casos de posto de saúde. O **senhor Sálvio Osmar Tonini, Secretário Municipal de Saúde de São João Batista** enfatizou a importância do que foi decidido na reunião do dia 26 e afirmou que essa será a luta deles no Vale do Rio Tijucas. Avaliou que se referenciam o Hospital São José para trauma, serão resolvidos 80% dos chamados "pepinos hospitalares", principalmente na parte ortopédica, em função dos acidentes, considerada a parte mais difícil de ser resolvida no SUS, acrescentando que isso também irá ajudar todo o Vale do Rio Tijucas. Sobre a importância de se levar para o setor educação propriamente dito a questão de educar em cima do SUS, informou que esse tema foi encaminhado para ser debatido na Conferência Estadual da Saúde, que acontecerá em outubro. Prosseguindo, disse que em São João Batista pessoas de fora são atendidas nas dependências do Hospital e que, com relação a isso, já iniciaram um trabalho de conscientização, através da orientação do Prefeito, acrescentando que o Ministério da Saúde adotou a Rede de Apoio à Saúde (RAS), a qual estabelece que a saúde não terá uma fronteira delimitada. Enfatizou que somente encaminham para os hospitais de Florianópolis o paciente que já estiver devidamente agendado através do SISREG, o Sistema Nacional de Regulação do SUS, isto é, o paciente não sai da sua unidade e vai para o Hospital Celso Ramos ou para o Hospital Regional consultar, porque ele é atendido no Vale do Rio Tijucas, o que, a seu ver, é uma vitória. Informou que a única região que implantou plenamente esse sistema foi a Grande Florianópolis, de onde o paciente já sai com esse agendamento, e aproveitou para explicar que no caso de emergência referenciada o paciente é transferido de médico para médico, de hospital para hospital, reiterando que já avançaram muito nesse sentido. Contou que a exemplo de outros Municípios e através da orientação do Prefeito, São João Batista fez um miradão de atendimento em endoscopia, colonoscopia, ultrassom, ecocardiograma, teste ergométrico, oftalmologia e outros, para que as coisas andassem. Sobre a interligação entre saúde e hospital, conforme mencionado anteriormente, declarou que eles têm um circuito bem articulado entre eles, explicando que o paciente faz a triagem e, não sendo caso de urgência ou emergência, é encaminhado para o posto de saúde, onde tem um médico esperando por ele. *[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.]* Afirmou que por uma decisão da administração municipal, com

o intuito de acabar com as filas das cirurgias, estão sendo realizadas de 20 a 25 cirurgias eletivas por mês, cujo custo está sendo bancado pela Secretaria, tornando-se extremamente oneroso para a Prefeitura, que disponibiliza ao hospital mensalmente mais de R\$ 100 mil, além de profissionais, material e equipamentos necessários. Disse existir uma integração de gestão municipal e que acredita que todos assim devem estar agindo no Vale do Rio Tijucas, razão pela qual muito se avançou. Registrou que com as atuais gestões municipais, os hospitais conseguem manter um bom relacionamento entre si, evoluindo num processo de ajuda mútua, dando como exemplo o apoio que outros hospitais da região dão ao médico que tem que se ausentar para acompanhar a transferência de um caso grave. Referindo-se ao Samu, afirmou que o único serviço que funcionava rapidamente era o Samu aéreo, por isso estavam reivindicando uma UTI móvel, porque ao referenciar Tijucas em trauma, precisavam estar cobertos, lembrando que atualmente o paciente chega a esperar horas no hospital pela chegada de uma UTI móvel para transportá-lo, e como muitas vezes os médicos é que acompanham os pacientes na ambulância, o hospital acabava ficando com falta deles. Acreditando poder falar em nome de todos os Secretários em função do estreito relacionamento existente, afirmou que não desistiriam da briga e que iriam acompanhar os pleitos, porque a angústia da comunidade era grande, e lamentou que a campanha do mutirão tivesse começado de maneira inversa, primeiro a publicidade, depois o planejamento, avaliando que isso acabaria retardando o desenrolar dela. Dirigindo-se aos Deputados, perguntou quem pagaria o antes e o depois da cirurgia, afirmando que não adiantaria alterar a cota na FPO (Ficha de Programação Físico-Orçamentária) porque, dentro do normal, as atuais cotas já estavam represadas, complementando que dava para imaginar o que irá acontecer quando forem acrescentadas as cirurgias. Disse também que essa preocupação se refere ao fato de as cirurgias serem realizadas ali no Município, porque nenhum cirurgião iria atender um paciente sem conhecê-lo e sem os exames, mesmo que viesse com recomendação de um *expert* no assunto, o que importava em custo. Ressaltou que o Vale do Rio Tijucas estava se articulando e que o documento entregue à mesa estava afiançado por todos os Prefeitos, por isso esperam ter a resolutividade há anos sonhada pela comunidade. O **Deputado Estadual Dado Cherem** perguntou se referenciar o São José em trauma significava referenciar todo trauma, como ortopedia, neurocirurgia, trauma de tecidos moles, obtendo como resposta do senhor Sálvio Osmar Tonini que, a princípio, seria a parte ortopédica e neurológica. A **irmã Enedina Sacheti, presidente da Sociedade Divina Providência, representando os hospitais da região**, disse que a implantação de um hospital de referência vai exigir um atendimento completo ao paciente e investimentos em tomografia, ressonância, UTI, centro cirúrgico, centro de diagnóstico e internação, nos quais serão atendidas todas as urgências e emergências, observando que se for vocacionado o São João Batista para obstetria, tem que ser pensada também numa UTI neonatal. Afirmou que as urgências de Tijucas sempre foram um problema, principalmente na psiquiatria, e deu graças a Deus por não haverem procedido à construção de um projeto existente, argumentando que se já existe um hospital pronto, o investimento é bem menor para viabilizá-lo. Dirigindo-se ao Prefeito Gervásio, disse que apesar de não terem muitos recursos, não poderiam desanimar, lembrando que o primeiro passo havia sido dado, que era vocacionar os hospitais da região do Vale e aperfeiçoá-los. Enfatizou que o mais importante no momento é elaborar um plano para se começar a trabalhar, opinando que não podem ficar esperando chegar os recursos para somente depois começarem a labutar. Reforçou que unindo forças venceriam e que não poderiam desanimar por não terem recursos no momento, e, fazendo à toa a sua experiência nessa área, avaliou que se cada um fizer a sua parte, em todos os níveis (municipal, estadual, federal, gestores, comunidade), conseguiriam mudar a realidade atual. Finalizou a sua manifestação apelando a todos que não desanimem, que unam forças, e reiterando que se cada um fizer a sua parte conseguirão os resultados almejados. O **senhor Sálvio Osmar Tonini, Secretário Municipal de Saúde de São João Batista** disse que na sua região chamam de “efeito bumerangue” esse vaivém do paciente, concluindo que o problema é falta de gestão e salientando que, como disse a irmã Enedina, o fluxo tem que ser permanente e contínuo. O **senhor Sérgio Murilo Cordeiro, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas**, afirmou que a reunião realizada em São João Batista na semana anterior tinha sido importantíssima e lembrou que no dia 28 de junho de 2011 foi editado o Decreto 7.508, que regulamenta a Lei 8.080, de 1990, abrindo aqui um parêntese para dizer que a Comissão Intergestora Bipartite (CIB) passava por um momento importantíssimo, tendo em vista a última reunião da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), de Brasília. Continuando, informou que essa Lei 8.080 estipulava as regiões de saúde, o mapa da saúde e a rede de atenção à saúde, advertindo que se não se ativerem a essas questões e não forem brigar na instância necessária, colocando no mapa da saúde Tijucas, São

João Batista e Nova Trento como referência, não adiantava começar nenhum movimento nesse sentido depois de isso ser aprovado na CIB e ser referenciado na CIT. Dirigindo-se à Federação dos Hospitais, que tem assento no Conselho Estadual de Saúde, que, por sua vez, tem assento na CIB, afirmou que ela também deve ter essa preocupação para que, na próxima reunião da CIB em Treze Tílias, possa levar o seu pleito de forma muito clara e acompanhar o seu desenrolar com o representante da CIT de Santa Catarina, no caso deles o coordenador do Colegiado, senhor Trevisan, observando que se isso não for feito, não adianta ficarem sonhando. Parabenizou o doutor Maurício pela Recomendação nº 40, que desde o início do ano faz com que médicos do Sistema Único de Saúde prescrevam somente medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), ou seja, medicamentos genéricos ou das classes terapêuticas, e determina que, na impossibilidade disso, eles apresentem justificativa. Salientou que os gestores tinham que cumprir essa norma, tendo em vista que a dispensa de medicamentos era outro problema grave no País, e lembrou que o governo federal não se envolve com essas questões, sendo por isso importantíssimo seguir essa recomendação. Disse que embora estivessem juntos nessa luta, não podiam esquecer a hierarquização existente, tendo em vista que a Saúde trabalha de forma gestada em nível municipal, estadual e federal, e registrou que 80% da pessoas atendidas nos hospitais não precisavam estar lá, que isso acontecia por falta de condições da Atenção Básica para atender toda a população. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Marco Antônio Schutz de Medeiros, Promotor de Justiça da Comarca de Tijucas, representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina**, que disse que há muito tempo o Ministério Público Estadual e o Federal vêm tendo conhecimento dos problemas e das deficiências do sistema de saúde em geral, porque quando o cidadão comum busca o serviço público de saúde e não consegue receber o atendimento de que necessita, acaba buscando o Ministério Público na tentativa de ver o órgão atuar em defesa da sua necessidade, por isso o Ministério Público atua muitas vezes judicializando ações civis públicas em busca da melhoria dos serviços e principalmente para garantir que os serviços sejam devidamente prestados ao cidadão. Afirmou que, como instituição, não se alegram com esse tipo de atuação específica, que gostariam que o sistema de saúde funcionasse melhor e que o cidadão os procurasse para outras necessidades, concluindo que esse ciclo de audiências públicas servia justamente para que o cidadão trouxesse às autoridades constituídas os problemas vividos por ele, a fim de que todos os órgãos públicos gestores, em conjunto, pudessem encontrar as soluções adequadas para os problemas. Salientando que o Ministério Público estava atento aos problemas e de portas abertas ao cidadão, disse que buscavam atuar de forma a trazer as soluções necessárias, sempre dentro das possibilidades das suas atribuições. O **senhor Valmir Coelho, agricultor familiar de Nova Trento**, observou que se nas áreas mais urbanas eram identificados problemas, o que dizer então dos Municípios pequenos que não tinham estrutura. Parabenizou o organizador do evento e os participantes daquela discussão e lamentou que o debate dos problemas sempre acontecesse em nível de gestores, de profissionais, das autoridades constituídas, quando deveria estar também no meio da sociedade para, juntos, buscarem as soluções, tendo em vista que grande parte dos problemas ali levantados partia de uma conduta cultural equivocada. Afirmou ser um defensor da participação da sociedade no encaminhamento de todos os problemas e disse que se perdeu a grande oportunidade de levar o entendimento do funcionamento do SUS à população quando da realização das Conferências Municipais de Saúde, salientando que vem reivindicando que aconteçam pré-conferências com uma agenda de discussão para que consigam levar a problemática para o meio da população. Avaliou que a Conferência que aconteceu em Tijucas, com algumas pessoas, deveria ser em Nova Trento, com os seus municípios, ocupando um espaço dentro do Município, que é legal e legítimo, de onde se tiraria a proposta de um plano municipal defendido pela base, salientando que quando a discussão fica restrita, o problema continua, porque a discussão dele não é levada para o meio da sociedade. Considerou a audiência um evento extraordinário com a ressalva de focar-se especificamente no modelo “hospitalocêntrico”, em que o debate é realizado em cima do problema e não das causas. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] Prosseguindo, observou que durante a reunião não se falou, por exemplo, dos efeitos causados pelo uso de agrotóxicos nem da obesidade, que virou uma pandemia, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos. Opinou ser válida a proposta de se tratar o tema nas escolas e salientou que a tarefa não cabe só a elas, sugerindo, para tanto, que sejam criados fóruns. Mais uma vez, lamentou a perda de espaço das bases nas conferências e pré-conferências, lembrando que ao terminar a etapa nacional poderão mostrar a demanda levantada para ver se há concordância com aquilo que se está querendo buscar, qual seja, o atendimento à base.

Finalizou a sua manifestação reiterando que as pessoas têm que aprender a olhar onde estão as causas do problema e trabalhar para a resolução deles. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, informou que grande parte do tempo na audiência pública é destinada para discutir a situação dos hospitais, mas também há espaço para debater prevenção, educação e promoção da saúde, bem como a criação de programas nesse sentido. Declarou que a questão dos agrotóxicos foi levantada em várias audiências públicas, sobretudo no oeste do Estado, onde há grande preocupação em relação aos agricultores familiares e aos que trabalham na agroindústria, e que o uso de agrotóxicos na alimentação é um assunto a ser debatido com o governo do Estado e a Secretaria da Saúde, para ver que linha de pesquisa ou que tipo de preocupação existe nesse sentido. Informou que em setembro a ONU fará uma reunião para discutir as doenças crônicas não transmissíveis, que representam no Brasil 72% das mortes e no mundo em torno de 63% a 70%, e contou que tem participado de várias reuniões sobre o assunto, acrescentando que o Ministério da Saúde lançou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022, que prevê um conjunto de medidas para reduzir a taxa de mortalidade prematura por enfermidades como câncer, diabetes, e doenças cardiovasculares, como infarto e acidente vascular cerebral. Ainda sobre a reunião da ONU, disse que na ocasião será assinado pelos Chefes de Estados um pacto sobre o enfrentamento dessa situação, que já virou epidemia. Voltando à questão da prevenção e da educação em saúde, disse que virão para a ordem do dia debates sobre alimentação saudável, obesidade e enfrentamento ao tabagismo e ao álcool. Em seguida, afirmou que nenhum sistema na administração pública é tão democrático quanto o SUS, visto que são colocadas todas as ferramentas para os gestores, para os trabalhadores e para os usuários, lembrando que são feitas conferências municipais, estaduais e nacional sobre o paciente que chega a ficar até um ano e meio na fila de espera. Ato contínuo, passou a palavra à **Vereadora Marilu Duarte Carvalho, de Tijucas**, que inicialmente disse que cederia um minuto do seu tempo ao senhor Juliano Petter. Contou que na Secretaria de Saúde trabalha na base, com atendimento a consulta especializada, e manifestou a sua frustração por ter de dizer a um paciente encaminhado a um especialista de coluna que não sabe quando será a sua consulta, visto que só tem uma vaga por semana para atender os 293 Municípios. Registrou que o mesmo acontece em outras especialidades, como na cardiologia, lamentando que o paciente tenha que ficar até um ano e meio na fila de espera se usar a regulação de Florianópolis. Sobre o uso da regulação do Estado, declarou que muitas vezes o pedido é devolvido porque o diagnóstico é considerado incompleto, momento em que questionou se uma dor torácica ou hipertensão, por exemplo, não são suficientes para se solicitar uma consulta. Apelou que se olhe com carinho a questão da ortopedia, assim como da cardiologia, reiterando que a solicitação para a regulação de Florianópolis implica uma demora de mais de um ano. Avaliou que a base não está sendo bem feita, que os médicos preenchem o encaminhamento de forma irregular e que há necessidade de mais profissionais para atendimento em Florianópolis. Finalizou a sua participação dizendo que tem vinte anos de casa e que no início era muito mais simples conseguir uma consulta, complementando que o paciente está desacreditado de um sistema que se diz tão perfeito. O **senhor Juliano Petter, diretor do Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas**, agradeceu o tempo cedido pela Vereadora Marilu e manifestou o seu compromisso de fazer uma administração séria, de usar o dinheiro público de maneira correta, salientando a seriedade com que são administrados o Hospital Santa Isabel, o Hospital Nossa Senhora da Conceição e o hospital de Jaraguá do Sul. O **Vereador Carlos Francisco da Silva, de São João Batista**, manifestou a sua tristeza pela situação lamentável por que passa a Saúde, assunto estampado diariamente nos jornais. Informou que de São João Batista são transportadas em média sessenta pessoas por dia para Florianópolis, avaliando que para isso só há uma saída, qual seja, a união de forças dos Prefeitos e Vereadores dos Municípios do Vale do Rio Tijucas com as autoridades estaduais e federais. Opinou que o ponto de referência deveria ser o Hospital São José, de Tijucas, o que evitaria que muitos cidadãos tenham de se deslocar às quatro horas da manhã de Municípios como Major Gercino e Nova Trento para Florianópolis e lá não serem atendidos porque a consulta não foi devidamente marcada. Prosseguindo, comentou que leu nos jornais o pedido do Ministro para não votarem a Emenda 29 e perguntou que esperança se tem de receber recursos federais para a saúde, lembrando que referida emenda completa onze anos em 28 de setembro. Prosseguindo, articulou que o brasileiro trabalha um terço do ano para pagar impostos e que essa emenda só será aprovada quando derem um jeito de criar mais impostos, momento em que lembrou que a CPMF foi criada para gerar recursos para a saúde mas não investiram nada nessa área.

Perguntou que pai gostaria que seu filho cursasse Medicina para receber R\$ 10,00 por uma consulta no SUS se num consultório particular em Florianópolis a consulta custa em torno de R\$ 300,00. Considerou o SUS um sistema falido, pois o atendimento por esse sistema está cada dia pior, e disse que Santa Catarina é privilegiada, haja vista que em outros Estados da Federação o povo está morrendo nas portas dos hospitais. Concordando com a Vereadora Marilu, disse que a situação da saúde hoje é caótica, diferentemente do que era há vinte anos, declarando que cansou de ver o Prefeito do seu Município tirar dinheiro do bolso para pagar exames de cidadãos, visto que uma ressonância magnética custa R\$ 365,00 pelo convênio e em Florianópolis custa de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00. Mais uma vez, apelou para a união entre Vereadores e Prefeitos da região do Vale de Tijucas e Deputados Estaduais, alegando que se ficarem dependendo de recurso federal, acontecerá em Santa Catarina o que acontece em Maceió, onde as pessoas estão morrendo na fila de espera. Finalizou dizendo que a única saída é o Hospital de Tijucas ser referência, através da união dos Municípios que formam o Vale do Rio Tijucas e a Costa Esmeralda, caso contrário a situação só tende a piorar, sem contar que a Emenda 29 tende a ficar engavetada. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, agradeceu a manifestação do Vereador, dizendo que se somava à manifestação dos demais participantes nessa grande maratona cujo objetivo é conquistar a vitória para a saúde. Em seguida, comentou sobre a necessidade de a Emenda 29 ser regulamentada e pediu aos Secretários Municipais de Saúde e aos dirigentes hospitalares que preenchessem o questionário do Fórum dos Pequenos Hospitais, que estava sendo distribuído naquele momento e que o devolvessem no prazo máximo de duas semanas. Informou aos participantes que a presente audiência pública estava sendo registrada por funcionários da Alesc, para a elaboração de uma ata, e que o documento elaborado pelos Municípios será integrado a ela. Disse que, em nome da Comissão de Saúde, ele e o Deputado Dado Cherem irão se reunir com o Secretário e o Governador para fazerem os encaminhamentos pertinentes, destacando que serão agendadas reuniões específicas para tratar de casos como o do Vale do Rio Tijucas. Deixou claro aos presentes que poderiam contar com a Comissão de Saúde, cujo trabalho estava sendo feito em cooperação com o governo do Estado, e registrou que essa era a primeira de uma série de reuniões sem a presença de um representante da Secretaria da Saúde. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.]*

**DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI MORASTONI
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE**

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À MULHER E À FAMÍLIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DE JOVENS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 8H30MIN, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT DA ALESC

Aos 18 dias do mês de outubro de 2011, às 8h30min, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), realizou-se audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc com o objetivo de debater a violência e o extermínio de jovens no Estado de Santa Catarina. Dando início à audiência, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, cumprimentou os presentes; destacou que a realização daquela audiência atendia solicitação do Comitê Estadual da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens; e pediu uma salva de palmas para todos os jovens e todas as lideranças de Florianópolis e também de todo o Estado de Santa Catarina, no que foi atendida pela plenária. A seguir, chamou para compor a mesa as seguintes pessoas: senhora Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude; senhora Mônica Manganelli Coimbra Forcellini, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça, representando a Secretária de Estado Ada Faraco De Luca; Major Edenice Fraga, representando o Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; Delegado Ênio de Oliveira Matos, da Delegacia de Homicídios da Capital, representando o Delegado-Geral da Polícia Civil; jovem Rodrigo da Silva, do Comitê Estadual da Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens; e senhor José Roberto de Souza Dias, do Instituto Chamberlain de Estudos Avançados. Ato contínuo, registrou a presença dos Deputados Estaduais Ismael dos Santos e Dirceu Dresch, líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, agradecendo-lhes por participarem da audiência; explicou a metodologia da reunião dizendo que concederia a palavra de cinco a dez minutos, no máximo, aos membros da mesa e posteriormente para a manifestação do plenário; e observou que era necessário garantir encaminhamentos pertinentes à questão para que

aquele debate tivesse continuidade e resultado concreto. Na sequência, passou a palavra à **senhora Mônica Manganelli Coimbra Forcellini, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça, representando a Secretária de Estado Ada Faraco De Luca**, que cumprimentou os presentes e disse que era de extrema relevância discutir com todos a questão da violência contra a juventude, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito de Santa Catarina. Posto isso, afirmou que atualmente se tem três principais causas de violência contra os jovens, quais sejam, a questão dos homicídios, a questão dos acidentes de trânsito e a questão do suicídio. Em seguida, observou que um dos pontos que mais preocupava, até porque era Delegada de Polícia, assim como o doutor Ênio, seu ex-chefe, era a questão do tráfico de drogas, informando que na atualidade se tinha ciência de que 90% dos homicídios praticados contra o jovem em Florianópolis, e porque não dizer em Santa Catarina, era amplamente ligado à questão do tráfico de drogas. Ato contínuo, ressaltou que outro ponto importante era que a Secretaria de Justiça e Cidadania, na pessoa da Secretária Ada Faraco De Luca, a qual representava naquele momento, estava reformulando os Centros de Internamento dos Jovens Infratores, de adolescentes em conflito com a lei que precisavam ser ressocializados, e registrou que somente o encarceramento não resolveria nada se não fosse trabalhada a questão de o adolescente voltar a conviver em sociedade. Também ressaltou que um dos grandes ditames da Secretaria de Justiça e Cidadania atualmente era seguir as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça para que de forma efetiva se ressocializasse os jovens infratores. Dito isso, lembrou que outro ponto importante era a questão da violência doméstica e historiou que quando atuava na 6ª Delegacia de Polícia da Capital se sensibilizava com a questão de o jovem infrator muitas vezes reproduzir a violência sofrida, que sem uma política pública séria isso iria continuar sendo reproduzido por ele e que o jovem, infelizmente, entrava para o mundo das drogas. A seguir, abordou que a educação era outro ponto importante e que, embora se questionasse sobre a redução da menoridade penal, na singela opinião dela, como profissional da área de segurança pública há 15 anos e coadunada com a opinião da Secretária Ada, o problema só seria sublimado porque era preciso mostrar a esse jovem que existia outro caminho e que atualmente o Diase buscava mostra isso. Posto isso, reafirmou a necessidade de políticas sérias e efetivas; reiterou que a Secretaria de Justiça e Cidadania estava se moldando ao Conselho Nacional de Justiça e revolucionando os Centros de Internação Provisória, os Centros de Internação Permanente, com o objetivo de que o jovem, ao sair de lá, tenha perspectiva social, educacional, psicológica; e afirmou que isso era possível por meio de políticas públicas sérias e através de grupos preocupados com a questão da juventude, como o que estava reunido na audiência. Encerrando, parabenizou a senhora Presidenta pela audiência pública e reiterou que a Secretaria de Justiça e Cidadania estava de forma efetiva mudando os conceitos do adolescente em conflito com a lei e que queria, em curto, médio e longo prazos, o retorno desse adolescente para a sociedade exercendo a sua cidadania plena. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, registrou a presença das seguintes pessoas: senhora Eunice Berri, do Comitê Estadual da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens; irmã Elisângela Sales de Alencar, da Diocese do Município de Tubarão; Major Zelindo Ismael Farias, da Corregedoria-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; senhor Paulo Sesar Batista, assessor parlamentar, representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima; Deputado Estadual Neodi Saretta, do Partido dos Trabalhadores; jovem Fabiana Gonçalves, da Cáritas do Brasil, regional Santa Catarina; jovem Adriano de Martini, do Coletivo da Juventude da CUT/SC e da Pastoral da Juventude; Vereador Erni Adelar de Camargo, do Município de Pinhalzinho; senhora Salette Rodrigues Plácido, da Conferência dos Religiosos do Brasil, seção Regional de Santa Catarina; senhor Gelson Nezi, do Centro Social Marista Mont'Serrat; senhora Juci Mara Tomas, representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; senhora Maria de Oliveira, do Conselho Indigenista Regional Missionário; e senhor Rafaeli Saipro, representando a Deputada Federal Luci Choinacki. Dando continuidade à audiência, a senhora Presidenta passou a palavra ao jovem Rodrigo da Silva, do Comitê Estadual da Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens, para que fizesse a exposição dos motivos e do diagnóstico da situação em pauta, a fim de que se pudesse conduzir aos encaminhamentos. Fazendo uso da palavra, o **jovem Rodrigo da Silva, do Comitê Estadual da Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens**, cumprimentou os presentes e saudou as jovens e os jovens de todas as partes do Estado que eram protagonistas naquela luta contra a violência e o extermínio de jovens e na defesa da vida da juventude. Em seguida, saudou a Deputada Luciane Carminatti dizendo que desde que a Parlamentar assumiu a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais tem sido parceira na

campanha contra o extermínio dos jovens e tem apoiado sempre essa luta. Ato contínuo, observou que a pluralidade das entidades presentes na audiência era prova da importância e da relevância do tema e também revelava o grande potencial de mobilização que tinham, com muita chance de transformar aquela realidade. Prosseguindo, informou que utilizando recurso de PowerPoint ilustraria com estatísticas a realidade tão difícil da atualidade. Isso posto, explicou que quando se falava em juventude se estava discorrendo sobre uma parcela que era talvez a mais suscetível, a mais fragilizada da sociedade em termos de políticas públicas e a mais atingida pelos problemas. Na sequência, mostrou imagem onde aparecia estatística em que a juventude representava metade dos desempregados, metade dos imigrantes, metade da população carcerária, comentando que isso acabava tendo muitas consequências; e que em Santa Catarina se tinha mais de 1.200 jovens mortos todos os anos por causas violentas, por homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Continuando, informou que os dados do Datasus eram de 2009; que 687 jovens morrerão no trânsito, que talvez isso não seja tão acidental assim, e que depois o professor explanaria melhor que tantos jovens morrendo ao mesmo tempo não era uma simples circunstância; que 423 jovens foram assassinados; e 114 jovens se suicidaram, comentando que muitas vezes o suicídio era esquecido, mas que representava cerca de 10% das mortes. A seguir, comentou com grande tristeza o crescimento de 203% no número de homicídios nos últimos 15 anos, o que era muito maior do que o número de homicídios do restante da população; que a população de não jovens quase dobrou nos últimos 15 anos, sendo que praticamente triplicou de 1994 até a atualidade; que às vezes teve uma leve queda quando se realizou uma política mais forte como a do desarmamento; e que a tendência era cada vez mais ampliar o número de homicídios. Posto isso, deu como exemplo o Estado de Santa Catarina, onde cerca de 800 pessoas eram assassinadas todos os anos e 53% desse total de homicídios eram de jovens, a parcela da população nitidamente mais vitimizada pela violência. Em seguida, exibiu a todos os dados referentes aos dez Municípios onde mais jovens eram assassinados, especialmente nos grandes centros como Joinville e Florianópolis, e mostrou-lhes o perfil no litoral acompanhando o aumento das grandes cidades; expôs a migração das pessoas e dos jovens das pequenas cidades do interior para as cidades do litoral; e reforçou que 65% das mortes ocorrem nesses dez Municípios, adicionando que nenhum Município com até 50 mil habitantes teve mais de seis assassinatos de jovens no ano passado. Ato contínuo, observou que do jeito que as cidades eram construídas acabavam criando zonas de empobrecimento devido à falta de oportunidade nas grandes cidades e que os jovens ficavam suscetíveis a qualquer forma de violência. Referindo-se à questão do trânsito, disse que o problema era igualmente grave e que Santa Catarina carregava tristemente a liderança do Estado em que mais jovens morriam no trânsito em todo o Brasil, proporcionalmente aos quilômetros de rodovias e à população dos Estados, e registrou que com certeza os presentes tinham alguém próximo que morreu no trânsito. Prosseguindo, disse que era importante olhar o recorte racial de tudo isso; que proporcionalmente ao aumento da população os negros eram os mais vitimados; que a cada 100 mil jovens brancos 17 jovens eram assassinados e que a cada 100 mil jovens negros 33 jovens eram assassinados em Santa Catarina, sendo uma diferença considerável; e que, em contrapartida, na questão do trânsito a situação se invertia, morrendo proporcionalmente muito mais jovens brancos. Dito isso, acrescentou que não era somente um recorte social, mas também um recorte racial, tendo em vista que os negros eram a população mais empobrecida nesse processo histórico de exclusão, [Taquígrafa-revisora: Almerinda Lemos Thomé.] que acabavam sofrendo mais e tendo, no final, como consequência a morte. A seguir, olhando o índice de vitimização apresentado pelo mapa, falou que morrem 25% mais negros do que brancos, concluindo que quando se é negro tem-se, hoje, mais chance de ser assassinado. Segundo ele, todo o processo de escravidão conduziu a essa exclusão e a ausência de um processo que mude a situação leva a esse resultado cruel. Indo adiante, mencionou o recorte de gênero afirmando que a maioria dos assassinatos, dos acidentes de trânsito e dos suicídios vítima especialmente os homens. Falando que os números eram uma forma de mostrar a realidade e que não se pode somente se ater a eles porque por trás deles há um projeto de vida que deixou de ser concretizado; uma família que perdeu alguém e apontou que foram 1.200 vidas perdidas no ano passado fruto dessa realidade. Nesse sentido, disse que uma das iniciativas construídas nas Pastorais da Juventude em todo o País foi a campanha contra a violência e o extermínio dos jovens, buscando articular forças com outras entidades e organizações da sociedade para tentar transformar essa realidade. Segundo o orador, essa campanha objetivava construir uma cultura de paz, não uma paz superficial e sim uma paz que passasse pela transformação das estruturas que geram a morte. Dito isso, explicou que os três eixos trabalhados são formação política, mobilização e

monitoramento da mídia para denúncias, e não apenas para ganho de audiência, citando um seminário realizado ano passado no Monte Serrat que teria desencadeado a campanha e especialmente três ações que resultaram em uma cartilha orientadora. Também citou uma marcha estadual realizada em julho em Navegantes, a audiência em curso para que se mobilizem forças e uma pesquisa que está sendo desenvolvida em parceria com a Furb para que se conheça mais profundamente essa realidade. Finalizou dizendo que existe no Estado o comitê da campanha, composto por integrantes da Conferência dos Religiosos do Brasil, da Juventude Franciscana, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas, do Conselho Regional do Serviço Social, e que aquele comitê está aberto a outras organizações para a luta pela juventude. Prosseguindo a audiência pública, fez uso da palavra a **Major Edence Fraga, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar**, que agradeceu pelo convite em nome do Comandante-Geral Nazareno e elogiou a iniciativa da Comissão de Direitos e Garantias da Alesc por quebrar o silêncio diante da tamanha atrocidade que ocorre contra a juventude. Ato contínuo, disse que quando se vê jovens falando de forma legítima, com polidez, com projetos, com campanha, percebe-se o quanto se deve e se pode confiar nos jovens; considerou como nobre a presença de todos, especialmente a dos jovens, mencionando que muitos podem ser vítimas e não saber qual atitude tomar nem qual caminho político podem seguir; afirmou que quando se fala em garantia de direitos não era apenas a garantia de direitos dos jovens, era também de toda a sociedade; e fez referência aos direitos fundamentais da Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente afirmando que muitas vezes esses direitos eram desrespeitados. Posto isso, disse que se alegrava muito por estar presente em um momento nobre como o em curso, afirmando que somente quem passa por determinadas situações pode falar com a autenticidade e a sensibilidade que tem que ser dita. Em seguida, registrou que ela, enquanto instituição da Polícia Militar, seguindo a Constituição Federal e o plano de comando do Comando-Geral que tem como meta a proteção das pessoas, não deixaria que maculasse a profissão do policial militar com atitudes atroz em relação a qualquer jovem ou a qualquer cidadão. Continuando, enfatizou o quanto considera importante ter estado presente na audiência e afirmou que a Polícia Militar estava sempre aberta para fazer o seu melhor em prol do cidadão, da criança, do adolescente, do idoso. A seguir, mencionou a função da Corregedoria dizendo ser um órgão que poucos conhecem e falou que Polícia Militar era uma instituição transparente que trabalhava ao lado da sociedade para evitar qualquer tipo de ato que pudesse contribuir com o extermínio de jovens. Sobre as análises das causas e os índices de mortes apresentados pelo orador anterior, observou o recorte social, racial e a influência do uso e do tráfico de entorpecentes. Na sequência, afirmou que a prevenção do uso de entorpecentes era base de uma vida saudável e de qualidade que ia ao encontro de paz social. Segundo ela, o conceito de segurança pública estava atrelado ao de cidadania porque preconiza que a sociedade vivesse bem, feliz, acrescentando que este último conceito virou utopia na sociedade, e que tinha que estar mais presente na mentalidade dos jovens. Prosseguindo, explicou que a terminologia segurança pública associada à da cidadania dispõe sobre qualidade de vida por meio da educação, da cultura, do esporte, do lazer, da saúde e de várias opções que muitas vezes não estavam acessíveis em função do custo financeiro, observando que além de desigualdades sociais havia a exclusão social. Dito isso, falou que os jovens tinham que ter visão mais positiva, tinham que procurar ser mais felizes e tinham que ir em busca dos seus direitos. Ao final, destacou que a Polícia Militar estava sempre afeta a proteger as pessoas e que acreditava nos jovens e falou sobre a importância de todos praticarem mais a resiliência e de enxergarem o mundo muito mais colorido. Retomando a palavra, **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, justificou a saída da senhora Mônica e, em seguida, passou a palavra ao **Delegado Ênio de Oliveira Matos, da Delegacia de Homicídios da Capital, representando a Delegacia da Polícia Civil**. Após os cumprimentos de praxe, o orador enalteceu o número de presentes à audiência exigindo o empenho das autoridades na tentativa de reduzir especificamente a violência contra os jovens no Estado. Sobre o tema violência e extermínio de jovens em Santa Catarina, disse que isso poderia ser dividido, observando que o extermínio era consequência da violência. Em seguida, afirmou ter a impressão de a sociedade estar presenciando o sinal do fim dos tempos e que todos eram violentos e não querem mais saber de paz, registrando que todos falavam muito nisso e pouco faziam sobre o tema. Também disse que os policiais militares “davam o couro” para tentar manter a paz, a tranquilidade, e para fazer com que as pessoas de bem, que eram a infinita maioria, conseguissem viver bem; e que a Polícia Civil, depois que as coisas acontecem, [Taquígrafa-revisora: Sibelli D'Agostini.] procurava apurar a situação, chegar à autoria e tentava entender a motivação daquilo tudo. Dito isso, contou que desde 2009 era responsável pela apuração dos

homicídios na Capital e que desde aquele ano 87% dos crimes foram elucidados. A seguir, registrou que o que lhe chamava atenção e lhe preocupava era o fato de as Polícias Militar e Civil estarem enxugando gelo, esclarecendo que as polícias estavam na ponta trabalhando diuturnamente para trazer tranquilidade à sociedade e que a violência contra os jovens era decorrente da falta de oportunidades na base, principalmente de educação e ocupação. Posto isso, adicionou que o Poder Público não estava fazendo nada para ocupar a juventude que ficava solta nas ruas e era adotada pelo tráfico; comentou sobre a normalidade de se ver uma criança de 10 anos na “boca do tráfico”, armada, com rádio de comunicação, comandando a entrada da rua e recebendo R\$ 100 por semana, realçando que aquele menino estava ocupado mas não com coisas boas; e citou como bom encaminhamento para aquele jovem a quadra de esportes, a escola de música, o reforço escolar, a permanência na escola. Reforçando que as polícias estavam enxugando gelo e que o Estado fazia muito pouco, sublinhou que não estava criticando mas fazendo uma constatação. Ato contínuo, afirmou que os extermínios de jovens estavam ligados ao tráfico de drogas e que precisariam fazer muitas outras coisas na comunidade onde residia aquela juventude. Dito isso, destacou a importância de a juventude estar imbuída naquele assunto porque será ela a futura governante do Estado, quicá do País. Em seguida, considerou imensamente louvável a iniciativa de trazer à tona aquela discussão e deixou claro que não tinha vindo à audiência para se eximir de responsabilidade ou de culpa alguma porque sabia da responsabilidade e da culpa que cabia à instituição, que estava apenas colhendo os frutos do que havia sido plantado. Prosseguindo, colocou a instituição à disposição de todos no sentido de prevenção e investigação e mais uma vez reforçou que estavam enxugando gelo e continuarão assim para o bem da sociedade. Concluindo a sua manifestação, ainda reforçou que as polícias não tinham culpa da situação imposta pelas Prefeituras, pelo Estado e pela União, que com certeza poderiam fazer muitas coisas pelos jovens e não faziam. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** agradeceu pela presença aos servidores da Alesc, como os da Taquígrafia das Comissões e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que estavam dando cobertura à audiência. Em seguida, passou a palavra à **senhora Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude**, que saudou os presentes e explicou que a ação prioritária da Secretaria era a redução da mortalidade dos jovens, especialmente da juventude negra, e que como fruto dessa prioridade foi constituída a Sala de Situação dentro do Fórum de Direitos e Cidadania. Em seguida, esclareceu que a Sala de Situação era um espaço que reunia um conjunto de Ministérios do governo federal, medida que fazia parte da gestão da Presidenta Dilma. Adicionou que havia uma Sala de Situação trabalhando somente o tema homicídios e outra que discutia a vida no trânsito, pontuando que as mortes no trânsito em Santa Catarina eram maiores do que as mortes por homicídios. Também explicou que a expectativa da Sala de Situação era fazer o debate público para posterior diálogo com a Presidenta a fim de apresentar oficialmente um plano nacional de redução da mortalidade entre os jovens. Ato contínuo, parabenizou a Pastoral da Juventude por ter assumido aquela campanha com prioridade. Prosseguindo na sua fala, disse que o Brasil tinha duas visões quando o assunto era juventude; de um lado, a visão ufanista, superestimada, que fortalecia o estereótipo de jovem padrão, público, prioritário, e, de outro lado, a percepção do jovem problema, que não queria nada com nada. Posto isso, acrescentou que os conceitos expostos em tais concepções eram conservadores e faziam com que não se percebesse o verdadeiro significado do que era ser jovem, sinalizando que juventude era uma fase da vida, um momento de construção, de caracterização do jovem. Na sequência, comentou sobre uma pesquisa realizada no Brasil que perguntava aos adultos em que aspectos os jovens eram mais que os adultos e que a resposta foi que os jovens eram mais consumistas, mais violentos, mais perigosos e mais individualistas. Continuando, registrou que não queria criar contraponto entre gerações e, sim, que todos entendessem que haviam percepções diferenciadas e que a partir delas origina-se a violência contra os jovens. A seguir, afirmou que a pobreza e a desigualdade social eram os principais fatores do alto nível de violência que atingia a juventude e que, por isso, os jovens negros morriam mais que os brancos. Dito isso, salientou que o Brasil só perdia no número de mortes violentas para a Rússia e, em razão disso, expôs que o governo federal estava se debruçando para propor um plano nacional a fim de reverter essa situação. Continuando, ressaltou que havia relação muito forte para a definição dos homicídios entre as condições de vida da população negra, jovem e pobre, e que duzentas cidades do País lideravam os índices de violência. A seguir, adicionou que as cidades mencionadas eram marcadas pelo alto índice de violência, pela dificuldade de inserção produtiva da juventude e pela ausência de políticas que poderiam ajudar a promover a inclusão social e produtiva desses jovens, o que seriam fatores para a falta de perspectiva, e qualquer outra coisa acabaria sendo mais interessante.

[*Taquígrafa-revisora: Sabrina R. Schmitz.*] Na sequência, manifestou que era importante falar sobre isso quando se discute trabalho decente para a juventude, já que os piores índices de trabalho precarizado são de jovens negros. Prosseguindo, disse que um fator importante, que não dava para banalizar, era a relação entre a questão da inclusão social e a produtiva, que ajudava a fortalecer a violência quando um jovem acabava achando mais interessante para ele a boca do tráfico, porque tinha salário melhor do que em um emprego decente. Em seguida, mencionou a exposição dos jovens ao mundo das drogas, das armas de fogo, o problema do narcotráfico e o dos entorpecentes. Lembrou a fala de Rodrigo quando citou que a violência no Brasil tem gênero, informou que 90% da violência atingia homens; que 54% dos que morriam tinham idade entre 19 anos e 29 anos; que na faixa etária de 15 anos a 29 anos esse índice aumentava para quase 70%; que a violência também tinha raça e etnia e pois 65% da violência era com negros; e que 75% da violência era por arma de fogo. Isso posto, avaliou que não dava para dizer que um único fator fazia com que houvesse tanta violência e que não dava para ter uma única política salvacionista que resolvesse o problema dessa violência. Prosseguindo, analisou que, além da segregação das áreas urbanas, da pobreza, da pouca inserção laboral e educacional, da exposição às armas de fogo e ao mundo das drogas, havia despreparo do sistema, do aparato estatal e policial em relação ao tema proposto, opinando que este assunto tinha que envolver todos os poderes. Também lembrou que o delegado afirmou que não era somente a polícia que iria resolver o problema da violência, não iria ser só o governo, nas suas três esferas, não iria ser o Legislativo nem a PJ, mas todos juntos constituindo um pacto em torno da defesa da vida da juventude, através de ações concretas capazes de reverterem esse problema a partir de uma política forte de segurança e, como bem falado pela Major, com perspectiva cidadã. A seguir, comentou que era necessário, sim, um protocolo de abordagem, como trabalhar com as polícias no sentido de ajudá-las na sua formação, ajudá-las na reversão dos estereótipos que atingem toda a sociedade, o que não era um problema que atinge somente a ou b, era problema do racismo, do estereótipo contra a juventude, enfim, era um problema em toda a sociedade e que se manifesta em todas as instituições. Dito isso, analisou que de alguma maneira acabava-se extravasando algum tipo de preconceito e que era preciso reconhecer e trabalhar para mudar isso. Resumindo, reiterou que era fundamental que se tivesse política de segurança; trabalhar a questão da abordagem e da formação nas polícias; que se tivesse políticas que promovessem a melhoria dos territórios mais violentos; que se tivesse infraestrutura, energia elétrica, estrada, asfalto, urbanização, direito à cidade, à mobilidade, ao acesso à cultura, ao lazer nesses territórios mais vulneráveis, para que o jovem não tivesse que sair do seu espaço e ir ao centro, uma vez que muitos jovens não tinham como pagar a passagem de ônibus. Prosseguindo, deixou claro que estava falando sobre política de geração de emprego e renda para os jovens, de fortalecimento da visão que se deve ter sobre eles como sujeitos de direitos, que os jovens precisam ter no seu tempo um conjunto de políticas, e também sobre a necessidade de que se tivesse a percepção de que eles eram estratégicos para o desenvolvimento do País. Continuando, declarou que atualmente se vivia um período da história do Brasil em que havia 53 milhões de pessoas entre 15 anos a 29 anos, que não haveria outra população juvenil tão grande porque a curva demográfica começava a cair, que o País começava a envelhecer com mais força e que o índice de natalidade era menor se comparado há tempos passados. Dito isso, afirmou que a população juvenil estava liderando a população economicamente ativa e avaliou que a juvenil tem peso no desenvolvimento para ajudar na promoção de outro desenvolvimento sustentável pelo qual passava o País. No seu entendimento, manifestou a necessidade de uma grande pactuação de todos os Poderes, da sociedade civil, e que se tivesse uma ação organizada dentro desses territórios, comunicando que era sobre essa perspectiva que estavam trabalhando dentro da atual situação. Como o seu tempo havia terminado, o orador concluiu informando que durante o debate com a plenária apresentaria outras ações que a Secretaria Nacional da Juventude estava propondo no sentido de incluir os jovens na sociedade, especialmente aqueles com as características citadas, e, mais uma vez, saudou a iniciativa da Deputada e da PJ em pautar aquele espaço para a discussão do tema em questão. Retomando a palavra, **a senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, registrou a presença da senhora Eri Aparecida Camargo, representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos em Santa Catarina (MNDH/SC), e presidenta do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infantojuvenil. Feito o registro, comunicou que estavam abertas as inscrições para as manifestações da plenária e explicou a metodologia dos trabalhos. Em seguida, concedeu a palavra ao **senhor José Roberto de Souza Dias, do Instituto Chamberlain de Estudos Avançados**, que ao saudar a Presidenta cumprimentou todas as autoridades e instituições em geral,

todos os presentes e principalmente os jovens, que representavam a parcela mais sofrida e ativa do País, e agradeceu pelo convite para estar presente na audiência pública. Na sequência, disse que iria focar o tema proposto e que apesar de ser professor da Universidade Federal há longos anos a sua especialidade era na área de trânsito e de transporte. De forma bem específica, declarou que a tragédia de mortes era erroneamente chamada de acidente de trânsito, sendo na verdade uma doença, e citou o doutor Dário Biorolini, professor de cirurgia do trauma na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, quando este dizia que toda a doença poderia ser perfeitamente diagnosticada, tratada e controlada. Posto isso, afirmou que essa doença atinge mais os jovens brasileiros, superando os números de homicídios, já que atinge o cotidiano deles em seu trabalho, na sua escola e na diversão. Em seguida, informou que, segundo o mapa da violência de jovens no Brasil, de Júlio Jacob Waiselfisz, 72,1% dos jovens brasileiros morrem devido à causa externa, como homicídio, suicídio e acidente de trânsito; e, ainda segundo o mapa, citou os três Estados em que mais se morre de doença de trânsito, quais sejam, Tocantins, Mato Grosso e Santa Catarina. Ato contínuo, lembrou a fala do colega que o antecedeu quando este mencionou a dualidade sofrida pelos jovens, já que eram vítimas, alvos e provocadores dessa imensa criminalidade que ocorre todos os dias nas ruas e nas estradas brasileiras. Contando que ligou o rádio naquela manhã e a emissora falava de três coisas que se escutava todos os dias, quais sejam, acidente de trânsito, congestionamento e corrupção, salientou que a corrupção estava diretamente ligada ao extermínio de jovens brasileiros em todos os níveis. Prosseguindo, comunicou que Santa Catarina possui uma das menores taxas veiculares do Brasil e um terço do número de veículos que tem a cidade de São Paulo, que conta com sete milhões de veículos; e que, apesar de a frota catarinense não ser a maior do País a gravidade do Estado de Santa Catarina residia no grande número de mortes que ocorriam com brasileiros que nasceram ou vieram morar ou passear no Estado e com estrangeiros de outras partes. A seguir, comentou sobre a animação de todos, um pouco mais do governo do Estado, pelo grande fluxo de turistas que ocorrerá no verão que se aproxima, informando que o governo veiculou, através de publicidade, para outros Estados a beleza das nossas praias, da nossa serra e da magnífica bondade do nosso povo, mas que se esqueceu de comunicar que as nossas estradas são as mais perigosas do Brasil. Isso posto, advertiu a todos que faltarão caixões neste verão, assim como hospitais, já que eles serão insuficientes para as vítimas do trânsito, lembrando que isso também ocorre no inverno. Na sequência, leu um dado da revista Injry Prevention Review, que é a principal revista de prevenção de acidentes no mundo, a qual diz que de 1994 a 2003 houve 33 atos terroristas no mundo, quando morreram 3.064 pessoas. Ato contínuo, comparou essa informação com um dado do jornal Folha de S.Paulo, publicado no dia 9 do corrente mês, de que no ano de 2009 morreram 37.594 pessoas diretamente nas ruas e nas estradas brasileiras. Para piorar o quadro, acrescentou que o colonista José Gomes da Silva, da Folha de S.Paulo, disse que a esse número não estavam somados os mortos hospitalares e que o sistema de informação de mortalidade do Ministério da Saúde publicou que 50.000 pessoas morriam no trânsito, sendo que destas 70% eram jovens, ou seja, 35 mil jovens, a um custo total, segundo o Inpea, de R\$ 5 bilhões e 300 milhões. Isso posto, perguntou a todos o que se poderia fazer com esse dinheiro, respondendo que se poderia fazer quatro pontes ligando a Ilha ao continente e que com um valor de R\$ 1 bilhão e 300 milhões poderia se construir um monotrilho, que era um transporte público de qualidade, ligando o continente à Universidade Federal, e depois se poderia expandir isso. Continuando, avaliou que a política que privilegia o transporte individual em detrimento do transporte público de qualidade também era responsável pelos acidentes de trânsito e pela mortalidade de jovens no Brasil. [*Taquígrafa-revisora: Ana Rita M. de Souza.*] Em seguida, pediu à senhora Presidenta que lhe concedesse mais alguns minutos porque faria sugestões aos Deputados e, depois, aos jovens. Dito isso, sugeriu aos Parlamentares que a partir desta audiência se criasse uma comissão permanente de combate ao extermínio de jovens com uma sessão específica sobre o trânsito. Questionando o Governador sobre o destino do dinheiro das multas, disse que o governo tem que cumprir o Código de Trânsito para que o jovem também o cumpra e citou que o artigo 320 do referido Código diz que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Ato contínuo, propôs a elaboração de um projeto de lei para a criação de bolsa para condutor de veículo, lembrando que a maior parte dos jovens que dirigem motos em Santa Catarina e em todo o Brasil não é habilitada porque uma moto custa R\$ 50,00 por mês e a habilitação custa R\$ 1.300,00, isso se o aluno passar em tudo e não tiver que refazer provas e exames. Prosseguindo, disse que os pobres e carentes não têm acesso à autoescola mas têm o direito garantido pela

Constituição de ter o seu carro e a sua moto; que matam e morrem por ignorância, que matam e morrem por falta de escola. Na sequência, afirmou que os recursos existem em grande monta e que é preciso cobrar isso do governo federal, do Ministro das Cidades, onde está o dinheiro do Fundo Nacional de Segurança e Educação para o Trânsito (Funset), reclamando que esse dinheiro é enviado para ONGs enquanto deveria ser destinado para a formação de escolas de trânsito. Continuando, propôs que naquele projeto de lei sugerido o dinheiro das multas de trânsito fosse destinado também para reciclagem dos professores dos Centros de Formação de Condutores e registrou que esse nome é novo, mas apenas mudou o nome porque as estruturas são velhas, empobrecidas e algumas vezes corruptas. Sugerindo que o projeto de lei seja elaborado com urgência, propôs que o Estado doe um terreno para a construção de um hospital direcionado ao tratamento das vítimas de trânsito, pois o hospital mais próximo é o Sara Kubitschek, em Brasília, e afirmou que, segundo dados do Ministério da Saúde, quinhentas mil pessoas ficam anualmente com algum tipo de consequência física e psicológica devido aos acidentes de trânsito. Reportando-se aos jovens, disse que eles são os verdadeiros construtores e sugeriu-lhes que partam da indignação passiva para a indignação ativa, que usem e abusem das redes sociais a fim de se mobilizarem para fora, o que significa não ficarem sentados na frente do computador e do *notebook*, mas que ganhem as ruas, ocupem as praças, participem do movimento mundial de indignação ativa. Dito isso, incentivou aos jovens que pacífica e energicamente ocupem as ruas, que denunciem todo tipo de corrupção, não importando quem seja, de que lado esteja, a qual partido pertença; afirmou que partido é porção importante dos temas democráticos mas é parte, adicionando a isso que política não é jogo de futebol e que a sociedade brasileira é um todo; e encorajou os jovens a não aceitarem a corrupção imoral, a não se corromperem porque talvez um dia não poderão combater alguma coisa que praticaram. A seguir, aconselhou-os a praticarem a democracia direta e lembrou que o voto não é carta branca, dizendo que quando se vota em um governador não significa que ele possa fazer o que bem quiser. Posto isso, argumentou que se quer transporte público de qualidade. Observando que praticar democracia direta é partir para todo tipo de plebiscito, que pode começar imediatamente teclando nos computadores, e que exigir educação pública e gratuita de qualidade é construir uma sociedade séria para homens e instituições decentes, destacou que os jovens devem lutar pela decência. Lembrando que Steve Jobs, homem da modernidade, recomendou aos jovens, nas universidades, que se deveria viver cada dia como se fosse o último, porque um dia será o último, o orador aconselhou aos jovens que conectassem presente e passado sendo intuitivos, que amassem o que faziam sem seguir dogmas, que sempre dessem lugar ao novo, que continuassem procurando a inovação e que nunca fossem uma pessoa redonda num espaço quadrado, não imitassem os velhos que gostam de ser redondos em espaços quadrados. Ao finalizar, elevou o pensamento ao Grande Arquiteto do Universo pedindo uma forma justa e perfeita para todos e que Ele ilumine a todos e os guarde para sempre, sendo aplaudido com entusiasmo pela platéia. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, agradeceu ao senhor José Roberto pela exposição e registrou a presença do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares e do Vereador Eduardo Merêncio, do Município de Araranguá. Em seguida, explicou novamente a metodologia da audiência pública e encerrou as inscrições. Ato contínuo, leu a manifestação da senhora Angelita, do Bairro Monte Verde, dizendo que percebeu que se destacou muito a ocupação do resgate do jovem mas que se esqueceu da mulher, pois sem ela isso não acontece; que são experiências vividas na Pastoral da Criança e em outros movimentos; que os jovens não frequentam os cursos que o Senai e o Senac oferecem, entre outros; e que falta acompanhamento e incentivo dos pais. Prosseguindo na audiência, concedeu a palavra ao **Major Zelindo Ismael Farias, representando a Corregedoria-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina**, que cumprimentou os presentes e disse que ficou observando a manifestação de todos da mesa e que não ouviu ninguém falar da família. Lembrando que se fala de problemas ligados à corrupção, à violência na sociedade, afirmou que existem dois pontos a destacar, quais sejam, os planejamentos territorial urbano e socioambiental, e argumentou que, se é no território que se exercem os conflitos pela questão do poder, se é no território que existem os grandes conflitos, tem-se que melhorar as condições de vida em sociedade. Posto isso, realçou que o grande problema da questão da violência está na família; que não se precisa reinventar a sociedade, mas fazer a grande cruzada nacional para valorizá-la. Ainda disse que se tem que resgatar valores morais, culturais e éticos da sociedade e que qualquer outra coisa que se esteja fazendo é inútil porque, se não se aprender o respeito, o amor, a dignidade pelo próximo, nada se tem a oferecer a essa sociedade e muito menos a si próprio; e aconselhou que se tem que rever a questão da família fortalecendo os valores morais e éticos. A seguir, registrou que a

Constituição brasileira fala muito dos direitos e das garantias individuais e coletivas, mas não dos deveres do cidadão, e disse que quando se percebe os deveres as pessoas não se corrompem, não praticam determinados atos porque estão comprometidas com a sociedade. Dito isso, reforçou que a grande cruzada que se tem que fazer é reforçar os laços na família, resgatar alguns valores que se perderam ao longo do tempo e buscar os deveres do cidadão. Encerrando, disse que a dignidade está diretamente ligada ao conceito dos valores moral e ético e dos deveres enquanto cidadão. Prosseguindo na audiência, a palavra foi concedida à **senhora Marilu Lima de Oliveira, coordenadora de Estágios Especiais do Programa Antonieta de Barros, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, que cumprimentou a todos e solicitou que os estagiários presentes se levantassem para a visualização da platéia. Ato contínuo, disse que a AleSC assumiu desde 2004 o Programa Antonieta de Barros, que é a única política de ação afirmativa que se tem no País porque dá oportunidade aos jovens, preferencialmente àqueles que têm renda familiar de até dois salários mínimos e meio e que residem em comunidades carentes. [Taquígrafa-revisora: Iwana L. Lentz.] Também disse ser possível que na Assembleia Legislativa se conseguisse desconstruir alguns preconceitos por ser um local onde a pluralidade estava colocada e onde havia o comprometimento dos Parlamentares, especialmente daqueles presentes à audiência, os Deputados Sargento Amauri Soares, Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti. Observando que o Programa Antonieta de Barros surgiu após uma discussão dos Parlamentares, sugeriu que se pudesse pensar um programa de inclusão dos jovens, dando a eles oportunidades na sociedade. A seguir, avaliou que seria muito bom poder ter a oportunidade de demonstrar que existia crescimento na diversidade e no convívio com os diferentes para a construção de um mundo melhor, com justiça e paz sociais. Finalizou seu pronunciamento mencionando que Santa Catarina era o Estado com menor população negra do País e que qualquer política pública que se fizesse seria muito bem-vinda para aqueles que eram atingidos diretamente pela injustiça, corrupção e falência do Estado. Prosseguindo na audiência, fez uso da palavra o **senhor Jean Marcus Salvador, da Pastoral da Juventude da Diocese de Chapecó**, que saudou os presentes e ressaltou que as pessoas viviam em um sistema hegemônico que privilegiava poucos e invisibilizava a grande maioria, principalmente o jovem quando o assunto envolvia questões sociais e raciais. Em seguida, repudiou veementemente a redução da maioridade penal e foi aplaudido por todos. Ato contínuo, falou que preferia a expressão “dar oportunidades” aos jovens a “ocupar” os jovens, explicando que o que faltavam eram oportunidades e acrescentando haver inúmeras leis, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria Constituição Federal, que eram interessantes no papel mas que na prática não funcionavam. Dito isso, analisou haver poucos Deputados na audiência, acrescentando ser importante ao menos encaminhar o que estava sendo feito naquela reunião para que o resto das pessoas tivesse consciência da indignação dos que se faziam presentes. Mencionando a aprovação do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados, registrou esperar que tal legislação fosse encaminhada ao Senado e não sofresse muitos cortes. Continuando, tornou a manifestar o seu repúdio com relação à redução da maioridade penal; pediu que se fizesse valer as medidas socioeducativas; e falou que em Chapecó existia um espaço que mais se parecia a um zoológico para jovens. Despedindo-se, solicitou que isso fosse mudado, tendo sido aplaudido por todos. Prosseguindo na audiência, a **senhora Liège Santin, da Pastoral da Juventude de Chapecó**, cumprimentou a todos e disse acreditar na criação de um fórum permanente de discussão, debate e encaminhamentos para combater a violência e o extermínio de jovens, em nível estadual, envolvendo entidades governamentais e não governamentais. Ato contínuo, falou que, infelizmente, a experiência do seminário acabou se restringindo à Pastoral da Juventude e a algumas outras entidades afins e propôs novamente que a atividade fosse ampliada a outras entidades, com a participação do jovem na construção da própria história. Dito isso, citou Galeano quando dizia que ao olhar a utopia no horizonte tentava dela se aproximar um passo e, ao fazer isso, ela se afastava dois passos. Finalizou seu pronunciamento afirmando que a utopia servia justamente para que os jovens continuassem caminhando e a história continuasse sendo construída, e foi aplaudida. Continuando a audiência, a palavra foi passada ao **senhor Jean Fábio, do Movimento Negro Unificado**, que cumprimentou os presentes e disse que aquela não era a primeira audiência de que participava para discutir a morte de jovens. A seguir, afirmou ser sobrevivente por vários motivos, quais sejam, por ser filho de mãe negra, explicando que a mulher negra era a que mais fazia abortos por falta de oportunidades; por não ter passado por um orfanato, pois crianças negras eram dificilmente adotadas; por nenhum policial tê-lo assassinado até hoje devido ao uso de calças largas, sob a alegação de que em calças

largas podem-se esconder armas; por não dever pensão alimentícia, pois os jovens negros são os que mais fazem filhos devido à falta de educação. Ato contínuo, analisou que os jovens estavam naquela situação devido a problemas na base familiar e passou a enumerar alguns deles, quais sejam, que a maioria das mães negras tinha que sair às 6h para trabalhar porque a maioria dos jovens negros não tinha pai; e que havia falta de comida em casa e, ainda que ela existisse, a mãe não estava presente para prepará-la porque tinha que trabalhar desde cedo até a noite e precisava deixar os filhos ainda pequenos sozinhos em casa. Dito isso, frisou que tudo isso eram problemas que aconteciam por falta de base familiar e não por culpa da mãe negra. Citando estatísticas, disse que uma máquina de lavar significava três horas a mais de educação na vida de um jovem porque uma mãe negra que não tinha máquina de lavar e precisava usar o tanque perderia três horas fazendo isso; que uma estrada com boa mobilidade significava mais quatro horas que uma mãe teria para dar educação ao filho, porque com o trânsito de Florianópolis a mãe que trabalhasse como faxineira até as 20h chegaria meia-noite a sua casa. Em seguida, questionou como poderiam falar em base familiar se estavam tratando de uma maioria de mães negras cujos filhos não tinham pais presentes, e foi aplaudido por todos. Continuando, observou que atualmente o programa de televisão mais assistido em Santa Catarina era o do Hélio Costa, pois o jovem negro queria saber qual amigo seu havia matado ou sido morto. Na sequência, disse que, se quisessem fazer algo, deveriam começar lembrando a história dos negros em suas diversas épocas, ou seja, aqueles que morreram durante a escravidão, os inúmeros assassinados durante a ditadura militar, os que morreram nas guerras do Contestado e dos Farrapos, explicando que enquanto isso não fosse lembrado à juventude negra a sua autoestima não existiria por acreditar que não havia feito nada e complementando ser ideia da maioria a de que o jovem negro vivia somente no alcoolismo, na droga e no tráfico. Também disse que o jovem negro tinha exatamente as mesmas necessidades do jovem rico branco, mas que, por falta de estrutura e para conseguir o que queria, acabava bebendo, virando alcoólatra, batendo na mulher, abandonando os filhos e tornando-se traficante. Despediu-se ironizando que a sorte do jovem negro ainda era a de não estar nas estatísticas dos que mais morriam em acidentes, explicando que isso se devia ao fato de não terem dinheiro para comprar carros, e foi aplaudido. Prosseguindo na audiência, a **irmã Salete Rodrigues Plácido, representando a Conferência dos Religiosos do Brasil, Seção Regional de Santa Catarina**, deu bom-dia a todos e disse que, infelizmente, a juventude estava sendo assassinada e também assassinando. Em seguida, afirmou que chegou a pensar em ceder seus três minutos de fala ao jovem que a antecedeu e que outro jovem lhe havia dito que estava tremendo por ter de se manifestar, analisando que isso tudo era fruto de uma educação pouco consistente e mal dada nos colégios públicos e particulares. Ato contínuo, registrou ter formação como jornalista e que uma das técnicas que havia aprendido era a da persuasão e de como se dirigir ao público expondo uma ideia, acrescentando que a educação atual não fazia isso e mantinha os alunos na decoreba. Posto isso, ressaltou a necessidade de se investir na educação e na estruturação familiar e lembrou que a violência já começava no útero materno. Continuando, sugeriu que todos realmente vivessem a proposta e os valores do Evangelho, independentemente da religião que seguissem. Encerrando, afirmou que a grande potência atual era o povo unido, incitando todos a gritarem com ela que o povo unido jamais seria vencido, e foi aplaudida. Fazendo uso da palavra, o **senhor Rafael Antônio de Saibro, representando a Deputada Federal Luci Choinacki**, cumprimentou a Presidenta da audiência, o representante do Comitê Estadual da Campanha contra a Violência e o Extermínio de Jovens e a Secretária Nacional da Juventude Severina Macedo, pelo legado que representava. [Taquígrafa-revisora: Carla Greco Granato.] Na sequência, disse que, além das condições estruturais que colocavam os jovens naquelas situações de exclusão, num País que não construía nenhuma universidade pública há oito anos, havia uma dívida histórica muito grande para com a juventude, tendo muitos desafios no sentido de incluir e gerar oportunidades às novas gerações, aproveitando o potencial criativo da juventude que não é utilizado pelos sistemas capitalistas. Também disse que outro problema sério da sociedade era a questão de valores, afirmando que o que mais engessava a juventude era o conservadorismo existente sobre o conceito de juventude. Exemplificando, registrou que logo após a aprovação do Estatuto da Juventude na Câmara federal leu matéria no jornal Diário Catarinense que tentava colocar a juventude no patamar de criminalização, pois afirmava que os crimes na menor idade haviam aumentado em Santa Catarina nos últimos anos. Posto isso, disse que todos viviam em um Estado altamente conservador; registrou que o Secretário de Estado João Rodrigues havia feito um debate sobre o tema da redução da maioridade penal como se a criminalidade fosse um problema do jovem; e afirmou que já existia uma lei, o Estatuto da Criança e do

Adolescente, que estipulava a punição aos menores que cometiam algum crime, mas que o problema era o não cumprimento dessa lei. Sobre as instituições de recuperação dos jovens, como a Febem e a Fase, contou que estas não socializavam os jovens infratores, pois eram na verdade uma escola do crime para os jovens. Ato contínuo, registrou que não bastava haver política de juventude se não fosse construído um sistema nacional de gestão e disse que em Santa Catarina somente em 2010 o governo havia aderido ao Pronasci, programa do Governo Federal que havia reduzido em 70% a criminalidade nas regiões periféricas de cidades como Fortaleza. Como proposta de encaminhamento, citou que no primeiro final de semana de novembro aconteceria a Conferência Estadual de Juventude, afirmando que seria muito importante o Comitê discutir o referido tema no sentido de dar visibilidade à campanha naquela etapa estadual da Conferência Nacional de Juventude. Também disse que a Conferência Estadual era a etapa prioritária, quando é elaborado o relatório final, o qual poderia conter uma visão realista da situação do Estado. Finalizando, sugeriu como outro encaminhamento a criação de nota de repúdio ao projeto que visava criminalizar a juventude com a redução da maioridade penal, lembrando que a Secretária Nacional de Juventude era proveniente de Santa Catarina e deveria dar o exemplo, e pedindo que se repudiasse políticas que visavam criminalizar os jovens e os excluídos sociais. Prosseguindo a audiência pública, o **senhor Rodrigo Piovezan, da Pastoral da Juventude de Xanxerê**, disse que todos falavam que, do número total de homicídios, 53% das vítimas eram jovens, mas que a violência não era somente a morte. Afirmou que todos os jovens eram violentados diariamente, pois tinham seus direitos básicos ignorados, como à educação e à saúde. Dizendo que, em contrapartida, o Estado exigia que os jovens cumprissem os seus deveres, pediu que o Estado cumprisse com as suas obrigações, pois assim os jovens cumpririam os seus deveres com todas as forças. Posto isso, registrou que o Brasil era o país que mais cobrava impostos no mundo, sendo mais de cinqüenta impostos, e perguntou para onde iria todo aquele dinheiro. Finalizando, pediu ajuda aos políticos e às autoridades no sentido da elaboração de políticas públicas de qualidade. Ato contínuo, o **senhor Jaques de Toledo, da Pastoral da Juventude de Chapecó**, afirmou que algumas coisas necessitavam ser rompidas, que se precisava mexer nas estruturas da sociedade, citando três espaços fundamentais a essas mudanças, quais sejam, a família, pois sem estrutura familiar o jovem não consegue oportunidades; a polícia, dizendo que a polícia precisava ser preparada para lidar com a juventude e com a criminalidade, pois não se combatia violência com violência; e a educação, registrando que deveria ser pensado um novo projeto para a educação brasileira, e não continuar com a metodologia tecnicista que apenas preparava o estudante para o mercado de trabalho, criando operários oprimidos e sem autonomia para enfrentar o sistema. Por fim, também afirmou que a luta pela transformação dos indivíduos passava por uma educação libertadora e acolhedora, em oposição a modelos que oprimiam a juventude. Fazendo uso da palavra, o **senhor Adriano de Martini, da Pastoral da Juventude de Xanxerê, representando o Coletivo da Juventude da CUT/SC**, disse que a maioria da sociedade era formada por jovens de 15 anos a 29 anos, cerca de 59 milhões no Brasil, afirmando estar indignado com a situação porque o governo fazia corpo mole ao não organizar nem bancar financeiramente a estruturação de debates sobre a juventude. A seguir, registrou que participava da Conferência Estadual da Juventude e que o Estado estava jogando a responsabilidade para cima da juventude, mas que este não cumpria com o seu papel de investir na garantia dos direitos da juventude; e também disse que se a juventude não tivesse o direito de discutir as próprias políticas públicas em breve perderia mais espaços de discussão. Finalizou afirmando, ainda, que as políticas públicas direcionadas à juventude deveriam ser idealizadas pela juventude, conjuntamente com os três Poderes. Continuando a audiência, usou a palavra a **jovem Juliana Hübner, da Pastoral da Juventude do Município de Saudades**, que lembrou que no mês de março de 2010 havia sido realizado um seminário sobre a Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, dizendo que aquele seminário havia envolvido somente a Pastoral da Juventude. Dito isso, propôs que ocorresse um seminário que envolvesse todas as faixas etárias e organizações da sociedade, para que os governos se reunissem com a juventude no momento da elaboração de políticas públicas, pois os jovens eram os mais sensíveis aos problemas que acometiam a juventude. Comentando sobre a violência rural, disse que na sua diocese ocorria muito êxodo rural, pois não havia oportunidade de trabalho aos jovens, afirmando que em breve todos estariam comendo somente algodão e soja, o que ninguém iria gostar. Na sequência, pediu que o governo desse condições para que os jovens agricultores pudessem continuar no campo, além de garantir a eles o acesso à universidade pública de qualidade, pois muitos rumavam às grandes cidades em busca de graduação de nível superior, pagando o

elevado preço das faculdades particulares. Também disse que o jovem agricultor tinha direito de graduar-se e, depois, de voltar à propriedade dos pais e colocar os seus estudos em prática. Encerrou registrando que o resultado do êxodo rural era a conseqüente falta de alimentos na cidade grande, o que gerava mais violência. Prosseguindo a audiência, fez uso da palavra o **senhor Paulo Sesar Batista, assessor parlamentar da Deputada Estadual Ana Paula**, que deu os parabéns à Polícia Civil por ter enviado um representante à audiência pública, assim como a Universidade e a Polícia Militar, porém, lamentou a ausência do Secretário de Estado da Segurança dizendo que o governo deveria estar presente naquela reunião. Posto isso, contou que vivia em Florianópolis há 42 anos e que também era lavrador, dizendo que era muito gostoso trabalhar na roça. Em seguida, revelou que há 40 anos acompanha a trabalho das Polícias Civil e Militar e registrou que elas trabalhavam com responsabilidade, porém o engessamento no desempenho das funções policiais causava declínio na qualidade dos serviços prestados pelas polícias. A seguir, disse que o policial Ênio era exemplo de policial, anunciando que faria uma pergunta a ele a respeito do uso do menor no crime, que assumia crimes e depois desaparecia. Dito isso, registrou que o criminoso usava o jovem para matar ou para dizer que matou, mesmo não tendo feito isso, e alertou aos jovens presentes na audiência que eles também estavam sendo usados e tinham que ser inteligentes para não serem usados. [*Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.*] Continuando, adicionou que na Grande Florianópolis e na Grande Chapecó adultos contavam com a participação de menores em atos criminosos, principalmente em relação ao tráfico de drogas, para assumirem a responsabilidade no seu lugar, mesmo porque não havia no Estado instituição suficiente para colocá-los, sendo soltos em seguida e sem despesas para o Estado. Em relação à educação, mostrou sua indignação com o fechamento de algumas escolas em Florianópolis, como o Colégio Estadual Celso Ramos, a Escola Básica Antonieta de Barros e a Escola Básica Otilia Cruz, complementando que não estavam faltando alunos e sim escolas. No que tange à parte da saúde, disse que fazia trinta anos que não se construía um hospital, chamando atenção para a falta de leitos e de atendimento nas emergências, motivo pelo qual muitas pessoas aprendiam a ser violentas. Voltando-se ao doutor Ênio, perguntou como ficaria a situação do menor envolvido com o crime. Terminou sua fala dizendo-se indignado pelo governo nunca aparecer nas reuniões cujo tema o complicava. Prosseguindo na audiência, a palavra foi concedida ao **jovem Marcelo Willian Costa, da Pastoral da Juventude da Diocese de Chapecó**, que declarou que a violência atingia não somente o jovem, mas a família, que era a base de tudo. A seguir, acrescentou que o jovem tinha de mostrar a sua indignação, principalmente através de audiências, seminários e fóruns, bem como que deveria lutar pela vida, plantar e cultivar uma cultura de paz, e buscar o seu espaço. Ao final, citou um provérbio chinês do qual gostava muito, qual seja, “colhemos o que plantamos”, sendo seguido pela plenária na frase de ordem “a juventude quer a paz, a juventude quer viver, a juventude quer lutar”. Ato contínuo, fez uso da palavra a **senhora Eri Aparecida Camargo, representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos em Santa Catarina (MNDH/SC) e Presidenta do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil**, que disse que desde a sua criação o Movimento trabalhava pela cultura da paz, por isso mesmo o seu lema é “Pela Vida Contra a Violência”. Na seqüência, contou que caminhando de escola em escola, de grupo em grupo, de pastoral em pastoral, entre os conselheiros de diferentes conselhos paritários municipais e estaduais, percebia o quão longe se estava em termos de educação, de se construir uma cultura de paz, a julgar pelo que o Governador havia feito recentemente com os professores. Também contou que na Pastoral da Juventude Estudantil de Santa Catarina e na Comissão Nacional sempre falava que se aprendia muito mais fora da escola do que dentro dela quando se praticava verdadeiramente a democracia. Ato contínuo, relatou que acompanhando uma das Conferências da Juventude havia percebido o número reduzido de jovens. Disse, ainda, que era impossível construir uma cultura de paz com a maioria dos profissionais da educação percebendo baixos salários e tendo de cumprir sessenta horas de trabalho, faltando tempo para se aperfeiçoarem, entenderem a realidade do local em que trabalhavam e orientarem seus educandos a reivindicarem os seus direitos para não entrarem em searas profundamente complicadas, como a homofobia, o racismo, a xenofobia, entre outros “ismos”. Continuando, afirmou que não estava querendo dizer com isso que a culpa era somente do capitalismo, também outro “ismo” que acorrentava e educava o ser humano a ser individualista. Posto isso, chamou atenção para o fato de os direitos colocados no artigo 5º da Constituição Federal, os chamados Direitos e Garantias Fundamentais, serem basicamente de cunho político-individual. Acrescentou que havia muita reação e pouca ação; que muitas vezes se ficava isolado do contexto porque se trabalhava isolado no específico. Avaliando que a sociedade civil não estava tão

bem organizada assim, com todo o respeito a quem estava atuando, posto que muitas vezes não entendia nem o seu papel nem o papel do Estado, comentou que se falava muito em maioridade penal de forma errada, negando a história, colocando no lixo todo o processo de construção do ECA. Em relação à diminuição da idade para o trabalho, admitiu que considerava aberração jurídica dizer que o jovem deveria começar a trabalhar mais cedo, aproveitando para perguntar onde estavam as políticas de inclusão social e econômica para os jovens. Em seguida, registrou que diante de todas as coisas que se estava vendo, das maldades a que o ser humano estava submetido, não concordava com tal posição, mesmo tendo começado a trabalhar cedo. Também disse que a estruturação da família passava pela questão econômica de inclusão, citando que uma mãe de muitos filhos que tinha um trabalho informal, muitas vezes sendo vítima de violência doméstica e até de violência da patroa que lhe negava o vínculo empregatício, não tinha condições de cortar o ciclo de pobreza e de exclusão a que estava submetida, pois estava acorrentada a um sistema perverso que muitas vezes a fazia de escrava. Ainda afirmou que o ser humano tinha caído na armadilha do individualismo, da maldade com o outro, inclusive incriminando seus próprios colegas, que muitas vezes tinham que cumprir medidas socioeducativas determinadas por um juiz que dava uma sentença de seis meses de internamento e de tratamento sem definir o término, momento em que lamentou por Santa Catarina não ter um defensor como deveria. Finalizando, avaliou que o jovem estava alijado do processo educativo, da inclusão sociocultural e econômica na forma preconizada pelas leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma das mais bonitas leis do universo, que inclusive estava sendo copiada por outros países. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, registrou que a Comissão havia protocolado um pedido perguntando que providências estavam sendo tomadas em relação ao Centro de Internamento Provisório Casep, de Chapecó, observando que estava aguardando resposta oficial para tomar as devidas providências. Em seguida, concedeu a palavra à **jovem Ana Cláudia Maba, da Assessoria de Juventude Executiva Municipal de Gaspar e Presidenta do Conselho Municipal de Juventude de Gaspar**, que saudou a Pastoral da Juventude, movimento que merecia todo o prestígio, pois que contemplava os jovens no Estado. Ato contínuo, perguntou onde estavam os gestores municipais da Juventude e o coordenador Estadual da Juventude, declarando que a Pastoral da Juventude tinha condições de cobrar que as coisas acontecessem, mas essa ação deveria ser ampliada para outros movimentos. Na seqüência, teceu comentários sobre o Conselho Municipal de Juventude de Gaspar e perguntou que cidades de Santa Catarina contavam com um gestor de juventude. Dirigindo-se à plenária, disse que a Pastoral da Juventude tinha uma organização exemplar, por isso mesmo havia condições de se implantar conselhos municipais em muitas cidades. Dito isso, avaliou que a maior defasagem escolar era no ensino médio, por isso a necessidade de se organizarem para cobrar mais do Estado. Como pessoa ligada à Pastoral da Juventude, também avaliou que teria que haver preocupação não só em garantir o movimento, mas em fazer política pública, em exigir do Estado a responsabilidade da garantia de direitos, lembrando que deveria haver orçamento para isso. [*Taquígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*] Registrando que se referia ao Estado enquanto governo, afirmou que isso é obrigação do Estado e precisa ser exigido dele. A seguir, ponderou ser preciso buscar recursos, acrescentando que há verba, pois tem os Fundos da criança e do adolescente, do esporte, do turismo e tem o Fundo municipal, e que é só fazer a coisa acontecer. Encerrando, disse que a Pastoral da Juventude tem força e que conseguirá isso, basta lutar. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, comunicando que a manifestação da plenária estava encerrada, registrou que a Coordenadoria Estadual da Juventude havia confirmado à Comissão a sua presença na audiência. Em seguida, disse que havia uma pergunta ao doutor Ênio, revelou que identificou todas as proposições e informou que antes de passar a palavra aos membros da mesa iria fazer a leitura dessas propostas de encaminhamento. Ato contínuo, a senhora Presidente explanou as proposições de encaminhamento, quais sejam, criação de comissão permanente de combate ao extermínio de jovens, com foco no trânsito; aplicação dos recursos das multas em ações na área de trânsito, sinalização; bolsa voltada aos jovens condutores de veículo que não têm condições financeiras de custear a Carteira de Habilitação; direcionar recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito à criação de escolas de trânsito; elaborar projeto de lei, urgentemente, para doação de áreas de terra para construção de hospital que atenda vítimas de trânsito; moção de repúdio contra a redução da maioridade penal e, ao contrário, fazer valer as medidas socioeducativas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente; apoio à aprovação do Estatuto da Juventude; criação de fórum estadual permanente para debater o assunto, com ampla partici-

pação da sociedade; participação do Comitê de Enfretamento à Violência na 2ª Conferência Estadual da Juventude, que está em andamento, para fazer o debate sobre a temática da violência e do extermínio de jovens em Santa Catarina; cobrar do governo do Estado construção de políticas para a juventude baseadas nas políticas nacionais, com destaque para as políticas intersetoriais e para a formação dos servidores, especialmente da área da segurança pública, para que em suas ações protejam os jovens brancos e negros; e cobrar a estruturação de setores, coordenadorias da Juventude, para serem viabilizadas as políticas de juventude nos municípios, com a destinação de recursos e estrutura de pessoal. Na sequência, a senhora Presidenta passou a palavra ao **Delegado Ênio de Oliveira Matos, da Delegacia de Homicídios da Capital, representando a Delegacia da Polícia Civil**, que, devido à indagação da senhora Paula, de Gaspar, que perguntou onde estariam os Conselhos Municipais, expôs que realmente é preciso que os Conselhos façam a parte que lhes compete, porque assim terão força para cobrar. A seguir, disse que numa briga ou num homicídio sempre tem um adolescente para assumir a briga de uma pessoa de maior idade e comentou que o que está por detrás disso não sabe identificar ao certo, acrescentando que talvez um dos motivos seja o Estatuto da Criança e do Adolescente. Posto isso, afirmou que hoje, em Florianópolis, a maior violência está nos assaltos, que os assaltantes se anunciam como adolescentes e que sempre dizem a mesma coisa, ou seja, “podem resmungar e me prender que não vai dar em nada.” Ainda disse que os assaltantes são contidos e alguns encaminhados para casas de contenção no interior do Estado. Continuando, informou que em tese 87% dos homicídios de Florianópolis estão resolvidos porque se sabe com certeza quem foi, mas, se tiver que provar, o percentual baixa para 50%, pois quando se chega ao pé do morro as pessoas até falam para os policiais, existem denúncias anônimas, mas o medo, o temor é maior porque sabem que os autores do crime não ficam presos, tanto o maior de idade como o menor de idade, e não os denunciam. Observando que a nova legislação do Código de Processo Penal piorou a situação, analisou que a tendência é de que os autores do crime fiquem cada vez mais soltos e a sociedade cada vez mais à mercê dos criminosos. Dito isso, lembrou que há dois anos estava participando de uma palestra em uma unidade policial e um dos participantes comentou que teria que soltar uma bomba num local, ao que ele respondeu ao participante que numa comunidade carente da periferia de Florianópolis menos de 0,1% não presta e que para a comunidade ficar boa bastaria tirar de lá umas dez pessoas, aquelas que fazem confusão, e se resolveria o problema. A seguir, disse que os jovens ficam em casa porque os pais estão trabalhando, ou porque a mãe ou o pai já os abandonou, ou porque não têm interesse de frequentar a escola, e vão para as ruas praticar crime e traficar drogas a fim de conseguirem as coisas que desejam e para terem poder. Finalizando, reafirmou que se as políticas social e educacional conseguissem tirar os jovens do mundo das drogas e do crime o futuro seria bem melhor. Fazendo uso da palavra, o **professor José Roberto de Souza Dias** disse que admirava cada vez mais as PJs porque faziam um brilhante trabalho, mas que cometiam alguns riscos, clarificando que ao retornarem à década de 1970 ideologizaram a discussão e dividiram o mundo em esquerda e direita, afirmando que isso seria perda de tempo porque deixariam de transformar a realidade. Ainda disse para amanhã se usar a PJ a fim de que ocupe cargos públicos ou eleitorais, acrescentando que os caras pintadas da década de 1990 transformaram-se em caras de pau, que atualmente se transformaram em Deputado Estadual, em Deputado Federal, em Prefeito, e deveriam ter vergonha do que fazem. Na sequência, destacou a que se fizesse da PJ o que realmente ela é, ou seja, uma instância de luta pelos direitos dos jovens, que acompanhe o novo, não esquecendo que os movimentos que estão brotando, como o Movimento Contra a Corrupção (IMCC) e os Movimentos de Ocupações das Praças, no mundo inteiro estão acima das questões ideológicas e podem enfrentar de cara os banqueiros internacionais, as autoridades locais, podem ser contra o Obama e podem ser contra qualquer outro titular de poder árabe. Encerrando, frisou que ao ideologizar se transforma a discussão em debate partidário para poucos e não para todos. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, expondo que também foi cara pintada, afirmou ter orgulho de ser Parlamentar e que acredita que alguns políticos podem fazer diferença na política sem trair os seus princípios, mas que respeitava a posição do professor. Ato contínuo, informou que poderia ser realizado outro debate, encaminhado a partir desse fórum, em que a Pastoral da Juventude e a juventude participassem dos debates nas instâncias da sociedade, porque se a juventude não participar dos debates não haverá quem fará o diferente e construirá o novo. Dito isso, reafirmou que não é da tese de que todos os políticos não prestam e de que está tudo perdido, pois o importante é acreditar na transformação e na mudança. Feitas essas considerações, a senhora Presidenta passou a palavra à **Major Edenice Fraga, representando o**

Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, que, referindo-se à cultura *hip-hop*, afirmou que a manifestação cultural era interessante e que os jovens poderiam levar pessoalmente um ofício ao comandante explicando [*Taquígrafa-revisora: Jacqueline de O. V. Bittencourt.*] que estavam realizando determinado evento, sem precisarem sair correndo com a chegada da polícia, e esclareceu que a Polícia Militar tinha que estar dando segurança ao ambiente, sendo importante a aproximação com ela. Ao final, bastante emocionada, disse que como negra não poderia deixar de falar que era possível, recebendo calorosos aplausos da plenária. Ato contínuo, a **senhora Presidenta**, aguardando que a Major Edenice se refizesse da emoção, afirmou que lutava para que as possibilidades fossem para todos e todas e que esse era o sentido da vida, salientando que não se podia acreditar que somente alguns podiam, sendo preciso construir as oportunidades. Retomando a palavra, a **Major Edenice Fraga** completou dizendo que havia se referido daquela maneira por ter nascido no Mocotó, por ter sido moradora da Agrônômica e de comunidades, por ter sido a primeira mulher negra oficial da Polícia Militar, e contou que costumava dizer que era possível sem se emocionar, mas que naquele momento, diante de tantos jovens, ficava difícil não se emocionar. Na sequência, para as suas considerações finais, fez uso da palavra a **senhora Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude**, que concordou que era preciso discutir valores morais e culturais e que não se poderia fazer um debate separando a discussão da luta por valores da realidade vivida, da necessidade de política pública concreta. Em seguida, afirmou que dentro do debate do resgate de valores era importante levar em conta que o conceito de família diferia do que se trabalhava no passado, que atualmente as famílias eram cada vez mais monoparentais, que não se podia continuar defendendo que aquela era a linha ideal se atualmente a realidade era outra, e que havia necessidade de se trabalhar no sentido de cada vez mais incluir mulheres que criam os seus filhos sozinhas, avós que ficam com os netos, filhos que vão parar em outros espaços por não terem uma família nuclear, não podendo esse fato ser justificativa para não existir política pública ou para excluir essas pessoas. Continuando, salientou que o Estado não poderia deixar de fazer o debate e de propor políticas para a área, e afirmou que discutir valores era também lutar contra o racismo que ainda imperava na sociedade, muitas vezes de forma travestida, que se justificava quando jovens negros apanhavam nas ruas, era lutar contra a homofobia, quando jovens homossexuais apanhavam nas ruas todos os dias, era lutar contra o machismo, quando mulheres apanhavam dos maridos todos os dias dentro de casa. Posto isso, reafirmou a necessidade de discutir as violências que se manifestavam no cotidiano e que acometiam os jovens, os adultos e os segmentos mais vulneráveis na sociedade, que acabavam sofrendo não somente com a violência física mas com a simbólica em função da ausência de um conjunto de políticas. Prosseguindo, reputou como muito importante o combate à banalização da violência, afirmando que existem questões concretas que motivam um número maior de mortes por homicídio, como o problema da violência no trânsito e outros tipos de violência, mas que também existe uma banalização da violência que acomete jovens e adultos, em especial os da sua faixa etária, que passam por um período de experimentação, de tentar outras trajetórias, e que era preciso trabalhar sem criminalizar o jovem e sem retroceder nos seus direitos. Na sequência, citou que era preciso colocar que a SNJ era contra o debate da redução da maioria penal e registrou que não se poderia usar exemplos para generalizar um problema que atingia os jovens adolescentes do País. Manifestando a sua posição favorável à proposta da Deputada Luciane Carminatti de disponibilizar um espaço para debater participação, disse que o governo federal estava à disposição para discutir, bem como para participar da comissão ou do fórum, a fim de tratar das ações propostas pela Sala de Situação sobre violência no trânsito, tendo em vista que junto com o grupo de trabalho que estava elaborando propostas para um plano nacional de redução do número de homicídios com os jovens negros existia um grupo pensando a violência no trânsito. Quanto ao tema corrupção, concordou com o professor de que tinha impacto direto na vida das pessoas quando faltavam recursos para investir em áreas prioritárias, e lançou um desafio aos jovens para que, além de discutirem um País sem corrupção, discutissem a reforma política, começando pelo financiamento do sistema político do País. Nesse sentido, citou a decisão da Presidenta Dilma de lutar diuturnamente contra a corrupção, fortalecendo a Polícia Federal, o TCU, a AGU, os aparatos do Estado que promovem a fiscalização. A seguir, citou a importância de incentivar a criação de conselhos de juventude e de órgãos gestores de juventude e afirmou que com as Conferências Estadual e Nacional que aconteceriam nos próximos meses poderia se constituir um plano nacional de juventude que apontaria as metas e as ações das políticas a serem implementadas para a área, já que o termo “jovem” foi inserido na Constituição e o Estatuto da Juventude define os direitos e os deveres dos jovens e a criação de um sistema de juventude,

determinando o papel dos órgãos gestores dos Municípios, dos Estados e do governo federal. Prosseguindo, afirmou que essa era a tarefa subsequente da Secretaria Nacional de Juventude e que era fundamental que no processo da Conferência Estadual e da Conferência Nacional fossem pautadas a constituição de planos, a inserção de jovens no desenvolvimento, a criação de conselhos e órgãos gestores de juventude nos Estados e nos Municípios, tendo em vista que falavam de política sistêmica que envolvia o papel dos governos federal, estadual e municipal e o papel da sociedade civil. Ato contínuo, disse que no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) havia a participação de quarenta entidades da sociedade civil e de vinte entidades governamentais, tendo um peso maior da sociedade civil nessa participação, o que exigia um comprometimento de todos para que a política acontecesse. Também disse que Santa Catarina precisava discutir com mais profundidade o papel dos territórios na política de juventude; perguntou como avançariam nos pequenos e médios Municípios, que nem sempre têm financiamento suficiente para investir em áreas estratégicas, como na melhora da qualidade da educação; e registrou que havia necessidade de que todas as instâncias de poder assumissem com mais força as suas ações. Como sugestão, falou que era preciso fazer um debate direcionado à questão do trânsito, para o qual traria o governo federal, e se comprometeu a abrir uma discussão com a sociedade tão logo esteja finalizado o trabalho da Sala de Situação, chamando a Pastoral da Juventude e os outros movimentos envolvidos na temática para ver de que maneira poderiam envolver no debate os Estados e os Municípios. Ainda sugeriu que era necessário propor um pacto entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a sociedade civil em torno da defesa da vida da juventude, o que poderia ocorrer por meio do fórum, no sentido de se apresentar uma política ampla que abranja desde a questão da segurança até a inclusão social da juventude. Na sequência, afirmou não ser esse um tema fácil e que não era uma única política ou um único segmento que resolveria a questão, mas, sim, um pacto em defesa desse tema e da vida. Ao final, colocou o governo federal à disposição de todos, disse que poderiam contar com o empenho e o apoio da Secretaria Nacional de Juventude, e agradeceu pelo convite recebido. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** registrou que em 2011 estavam acontecendo as estaduais da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), chamada pelo governo federal, sendo importante a participação da juventude tendo em vista que em maio de 2012 ocorreria a nacional, oportunidade em que se poderia aperfeiçoar os mecanismos de participação e controle social. Dando seguimento à audiência pública, a **senhora Presidenta** passou a palavra ao **jovem Rodrigo da Silva, representando o Comitê Estadual da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens**, que registrou ser importante refletir que a juventude tinha direitos e obrigações, mas que era preciso cuidar para não individualizar o problema, tendo em vista que apesar de a juventude também ser agente da violência existia uma violência estrutural e uma injustiça social que eram sofridas por ela. Sobre as proposições colocadas anteriormente, destacou a importância da realização de um seminário de aprofundamento descentralizado, que contaria com a parceria da Assembleia Legislativa, através da sua Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, para que outras organizações também pudessem se fazer presentes ao debate; e sugeriu que o tema fosse inserido nas escolas como um tema transversal, através da Secretaria da Educação, a exemplo de outros Estados, a fim de que as escolas, especialmente as do ensino médio, pudessem debater a questão da violência contra a juventude em todas as localidades do Estado. Também fez questão de registrar que na tarde daquele dia, às 16h, durante a sessão plenária da Alesc, teriam um espaço de dez minutos para colocar a temática da violência sofrida pelos jovens. Reportando-se aos presentes, disse que apesar do adiantado da hora se sentia feliz em ver que aquele Plenarinho ainda estava cheio, o que refletia a relevância do tema e o comprometimento de todos com a transformação da realidade vivida. Em seguida, afirmou que aquela audiência era um sonho coletivo realizado, que tinha começado a ser gestada em março de 2010, no seminário estadual, e que esperava que servisse para aprofundar a luta com outras organizações, cuja articulação era sempre um grande desafio tendo em vista que cada entidade tinha a sua bandeira de luta. Posto isso, registrou que a Pastoral da Juventude era apenas mais uma força no processo e que esperava que à diversidade de organizações outras pudessem estar se somando, cada uma trazendo a sua experiência e o seu debate, sempre tendo em vista a vida da juventude. Também registrou uma frase de uma campanha em Goiânia, que dizia “A Juventude quer Viver”, lamentando que às vezes as pessoas criticavam dizendo que era uma campanha muito negativa, já que a bandeira era vermelha e a camiseta preta, que teria que ser uma campanha mais positiva, mas explicou que o preto significava que a realidade estava negra e que a cor vermelha demonstrava que as mãos estavam sujas de sangue, não

tendo condições de fazer uma campanha positiva quando a realidade estava tão negativa. Finalizou convidando todos a ficarem de pé e levantarem a mão, para que juntos pudessem dizer “Chega de violência e extermínio de jovens!”, o que foi repetido por toda a plenária. Dando prosseguimento aos trabalhos, a **senhora Presidenta** disse que antes de encerrar a audiência precisavam aprovar as proposições de encaminhamento, iniciando com a proposta de que a redação seja no sentido de juntar tanto a comissão quanto o fórum, ou seja, realização de um seminário amplo para aprofundar as temáticas levantadas; e inclusão do tema transversalidade no currículo escolar, o que considerava um debate difícil, apesar de achar pertinente, sendo talvez preciso tratar a questão da violência como uma das diretrizes do debate na escola, já que como disciplina ou tema cruzado ficaria difícil. Não havendo mais encaminhamentos, perguntou à plenária se havia mais alguma proposta. [*Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.*] Por sua vez, da plenária, a **senhora Ana Maba** sugeriu fortalecer a organização nas escolas, incluindo nessa organização a estruturação dos grêmios estudantis. Já a **senhora Jucimara Araldi, da Fetraf-Sul**, levantou a questão dos seminários de discussão e de articulação das políticas da juventude e o fortalecimento do Fórum. A **senhora Marilu Lima de Oliveira**, por sua vez, requereu visibilidade, fortalecimento e ampliação do Programa Antonieta de Barros. Ato contínuo, o **senhor Zulmar Faustino, jornalista da Arquidiocese de Florianópolis**, trouxe à tona a afirmação do senhor Paulo sobre haver três colégios estaduais no centro de Florianópolis desativados e um na região continental. Também comentou a afirmação de uma participante de Gaspar sobre haver dificuldade muito grande na questão do ensino, principalmente no do 2º grau, afirmando que a competência disso era do governo estadual. Baseando-se nessas informações, perguntou por que aqueles colégios estavam desativados se Florianópolis era um dos Municípios que mais cresciam no Estado, observando que geralmente as pessoas que não tinham oportunidade na agricultura vinham para o litoral e acabavam ocupando algumas áreas empobrecidas, como o Frei Damião, uma das áreas mais violentas de Florianópolis. Por fim, reiterou que o fechamento dos referidos colégios era uma questão a ser levada para o governo do Estado e manifestou a sua certeza de que uma das oportunidades para os jovens seria reestruturar o colégio ao lado da Assembleia Legislativa e o disponibilizarem para o padre Wilson Groh fazer lá um trabalho social com eles. Já a **jovem Fabiana, da Cáritas Brasileira**, apresentou como questão propositiva instituir o Conselho Estadual da Juventude para poderem discutir políticas públicas para e com a juventude. Por sua vez, a **senhora Isabel Bampi de Souza, assessora do Deputado Dirceu Dresch**, expôs a sua preocupação como mãe e professora em relação à educação dos jovens. Afirmou que os alunos queriam computador em vez de professores escrevendo com giz e alertou que nessa era da informatização era preciso fazer um debate com os educadores sobre como estimular os jovens a gostar de ir para a escola. Ao final, salientou que a educação era responsabilidade dos governos municipal, estadual e federal e lamentou haver três colégios desativados no Estado num momento em que os educadores não tinham espaços para ocupar as crianças e os adolescentes num segundo período de aula. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** reportou-se à fala do Jacques e da Isabel para reforçar a importância de se debater tanto as novas tecnologias de informação e conhecimento como um novo projeto para a educação, avaliando que de nada adiantava colocar computador nas escolas se não fosse mudado o modo de educar. A seguir, afirmou ser complexo o tema e ilustrou a sua afirmação anterior contando que o filho da sua assessora havia aprendido na escola que reforma agrária era roubar terras de quem as tinha. Ato contínuo, o **jovem Jhean Fábio**, referindo-se à proposta da Marilu, disse serem necessárias também a continuidade e a garantia do projeto Antonieta de Barros, observando que isso estava garantido se fosse lei o projeto. Também disse ser necessário haver diálogo anual entre o Comando da Polícia Militar e os movimentos sociais na questão racial, mais especificamente na parte da abordagem, e apontou as diferenças entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, salientando que a Polícia Civil é investigativa e que a Polícia Militar reprime e julga, contando que muitas vezes os policiais militares entram nas casas quebrando tudo sem nem antes terem feito alguma investigação. Ao final, afirmou que como filho de policial militar já havia feito denúncia na Ouvidoria contra a ação desses policiais mas que ninguém havia sido expulso, reiterando o seu pedido de diálogo entre a Polícia Militar e os movimentos sociais dos negros para que a Polícia Militar faça o seu trabalho de prevenção como tem que ser feito. Por sua vez, a **Major Edenice Fraga, representando o Comando-Geral da Polícia Militar**, convidou o jovem Jhean para ir ao Centro de Comunicação Social da Polícia Militar e conversar sobre isso, manifestando a sua certeza de que o Comandante-Geral iria estar aberto para esse tipo de conversa, porque era um defensor da Polícia Comunitária, e contando que havia um projeto para aproximar a

comunidade da Polícia Militar. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, considerando que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher era muito ampla e não iria ter condições de dar conta de tudo sozinha, propôs que todas as propostas levantadas na audiência pública fossem levadas ao fórum a ser criado e que a partir dele fosse feito um plano estratégico de encaminhamento daquelas propostas, acrescentando que aquele fórum iria contar com a participação de várias entidades e que o Poder Legislativo seria o interlocutor no sentido de ajudar a viabilizar essas propostas. Na sequência, pediu que nas próximas audiências públicas as pessoas que respondessem pelo governo dissessem o que efetivamente estava sendo feito para se construir políticas para a juventude e quanto tinham de orçamento, de estrutura, de programas, observando ser muito comum nas audiências o governo sair antes e não se comprometer com nada, e eles terem que depois correr atrás para fazer com que os Poderes de fato executassem as políticas. Feito o registro, parabenizou todos os componentes da mesa que ficaram até o fim da reunião e fez um cumprimento especial ao Rodrigo, representando a Pastoral da Juventude, por ser o grande responsável por essa mobilização, afirmando que de todas as audiências aquela havia sido a que mais produzira resultados e debates de alto nível. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. [Taquígrafas-revisoras: Dulce Maria da Costa e Margareth Balsini Genovez.]

DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
VICE-PRESIDENTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO
 *** X X X ***

ATA DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO

Ata nº 34

Termo de Eliminação da Documentação da Assembleia Legislativa

O prazo final de guarda documental respeita o que determina a TTD - Tabela de Temporalidade Documental, em vigor, integrante da Resolução 05/2007. Os documentos aqui registrados foram avaliados pela Coordenadoria de Documentação/ Gerência do Centro de Memória, respeitando-se as determinações legais: - Folha de Frequência, 1967 a 2005; - Ofícios recebidos pela Mesa Lido no Expediente, 2001 a 2003; - Ofícios Capeados (relatórios de atividades das Entidades), 2003 a 2009; Ofícios expedidos (setores), 2005 e 2006; Pedido de Informação, 2003; - Processo de Compra (tomada de preço / carta convite / concorrência), 1993 a 2004; - Projeto de Lei, 2001; - Recursos, 1994 a 2001; - Relatório de Atividades da ALESC (setores, viagens e Assessoria Relações Públicas), 1996, 2004 a 2006; - Requerimentos capeado, 2000 a 2002; Telegramas recebido, 2006. A contagem dos papéis (folhas) totalizou, aproximadamente, em 116.600 (cento e dezesseis mil e seiscentos) folhas, que serão encaminhadas a entidades filantrópicas para a efetiva.

Florianópolis, 21 de novembro de 2011.

Túlia de Freitas Ribeiro
 Coordenadora
 *** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia oito de novembro do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Décima Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Marcos Vieira, Manoel Mota, Silvio Dreveck e Jorge Teixeira. O Presidente colocou em discussão e os PLs nº 0287.8/11; 0298.0/11; 0304.3/11; 0323.6/11; 0353.1/11; 0374.8/11; 0382.6/11; 0385.9/11; 0387.0/11; 0389.2/11; 0400.2/11; 0401.3/11; 0402.4/11; 0411.5/11; 0416.0/11; 0444.3/11; 0447.6/11; 0456.7/11; 0458.9/11; 0459.0/11; 0486.2/11 e os Ofícios nºs 0521.6/11; 0533.0/11; 0596.3/11; 0614.0/11 - com pareceres pela Aprovação, e aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0368.4/2008 e 0534.0/2011 - com pareceres pelo Diligenciamento e aprovados por unanimidade. O Deputado Manoel Mota pediu a palavra para informar que não irá participar das votações do Orçamento porque irá viajar à Itália e à China, em visita à Multinacional que se instalará

em Tubarão e que proporcionará ao Estado aproximadamente seis mil vagas de emprego. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei e - após ser lida e aprovada por todos os membros - será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Elizeu Mattos
 Presidente
 *** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica o resultado de julgamento de Proposta Técnica da licitação abaixo:

REF.: Concorrência n.º 001/2011

OBJETO: A Presente licitação tem por objeto a contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de publicidade e propaganda da ALESC.

Proponentes classificadas:

ITEM ÚNICO

1ª Classificada: NEOVOX COMUNICAÇÃO LTDA.

(total de 69,55 pontos);

2ª Classificada: MARCCA COMUNICAÇÃO LTDA.

(total de 58,95 pontos);

3ª Classificada: ONEWG MULTICOMUNICAÇÃO LTDA.

(total de 53,73 pontos);

4ª Classificada: TEMPO BRASIL COMUNICAÇÃO & DESING LTDA. (total de 47,00 pontos)

5ª Classificada: 9 MM PROPAGANDA & MARKETING LTDA

(total de 43,09 pontos)

6ª Classificada: T12 MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.

(total de 42,71 pontos)

Florianópolis, 21 de novembro de 2011.

Antônio Henrique C. Bulcão Vianna
 Presidente da C.P.L.

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2981/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 036/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE DE 11 A 15 LUGARES PARA PASSAGEIROS SENTADOS.

ITEM ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: SILVEIRA DE SÁ TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

Valor total último lance: R\$ 186,00

Florianópolis, 21 de novembro de 2011.

JUÇARA HELENA REBELATTO
 PREGOEIRA
 *** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2982/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 037/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PROGRAMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ENTORNO DA ALESC".

Restou fracassada.

Florianópolis, 22 de novembro de 2011

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO
 PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações da ALESC comunica aos interessados que na Concorrência nº 002/2011, Contratação de empresa especializada em prestação de serviços, compreendendo: assistente em tecnologia da informação (digitador especial), recepção executiva, auxiliar técnico, ascensorista, assistente em saúde, técnico de enfermagem e Office Boy para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, conforme especificações contidas no Edital próprio. Foram declaradas habilitadas as empresas: Ondrepsb - Limpeza e Serviços Especiais Ltda. e Proserv - Assessoria e Consultoria de Pessoal Ltda.

Transcorrido o prazo legal, as empresas habilitadas serão convocadas, para a abertura das propostas.

Florianópolis, 22 de novembro de 2011

Antônio Henrique C. Bulcão Vianna
Presidente
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 630/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES**, referente ao exercício de 2010.

SONIA FELDMANN MOMO

Presidente da Federação Nacional das Apaes

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 631/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS PESCADORES DE OTACÍLIO COSTA**, referente ao exercício de 2010.

ENY CAROLINE FREIRE

Presidente da Associação

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

*** X X X ***

PORTARIA

PORTARIA Nº 3039, de 22 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2383, de 13 de julho de 2011, que nomeou LEONARDO BRAUM.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 504/2011

Institui o Programa de Incentivo à Indústria de Produção e de Exploração de Petróleo e de Gás Natural no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Indústria de Produção e de Exploração de Petróleo e de Gás Natural - PRÓ PETRO/GAS, que será regido pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O PRÓ PETRO/GAS, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, tem como objetivo manter as atuais e atrair novas empresas a se instalem em território catarinense cuja atividade seja a pesquisa, prospecção, exploração, armazenamento e transporte de petróleo e gás natural no Estado de Santa Catarina, por intermédio da concessão de incentivos econômico-fiscais.

Parágrafo único: O programa compreende também às empresas e atividades relacionadas à implantação de infra-estrutura de construção naval e à montagem, fabricação, construção, modernização, conversão e de reparo de embarcações e plataformas, módulos e sistemas destinados à exploração, produção, armazenamento e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados, bem como a indústria de peças e serviços deste segmento.

Art. 3º A concessão de incentivos dar-se-á a empreendimentos que atendam, no todo ou em parte, os seguintes requisitos:

I - gerem emprego e renda à sociedade catarinense;

II - incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual;

III - contribuam para o desenvolvimento sustentável local e regional.

Art. 4º Fica assegurado os seguintes tratamentos tributários especiais no âmbito do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS:

I - dilação em até 120 (cento e vinte) meses do prazo de pagamento da parcela correspondente a 98% (noventa e oito por cento)

do saldo devedor mensal do imposto decorrente das operações próprias resultante do investimento previsto no projeto beneficiado pelo PRÓ PETRO/GAS, conforme previsto em regulamento;

II - diferimento do ICMS relativo:

a) à aquisição de mercadorias e serviços, inclusive energia elétrica, de estabelecimento localizado neste Estado, destinadas à utilização em processo de industrialização;

b) à aquisição de mercadorias e serviços, de estabelecimento localizado neste Estado destinada à construção e instalação do empreendimento, inclusive àquelas destinadas ao ativo imobilizado, hipótese em que somente será exigido o Imposto se o Ativo Imobilizado e ou as instalações físicas forem alienadas antes de 60 meses das respectivas aquisições; e

c) às importações realizada por intermédio de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados, situados neste Estado, e do Mercosul de bens, partes e peças destinados à integração ao ativo permanente do importador, inclusive para edificação do empreendimento, adquiridos diretamente do exterior, por si ou por conta e ordem, sem similar produzido no Estado, hipótese em que se aplica o tratamento previsto na alínea "b";

d) às importações realizada por intermédio de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados, situados neste Estado e do Mercosul de mercadorias, partes e peças destinados a industrialização no próprio estabelecimento, adquiridos diretamente do exterior, por si ou por conta e ordem, sem similar produzido no Estado.

§ 1º Sobre o valor da parcela do ICMS com dilação do prazo de pagamento, constante no inciso I, incidirá encargos financeiros equivalentes a 50% da taxa Selic;

§ 2º O prazo de carência para o início da amortização da parcela do ICMS com dilação do prazo de pagamento, constante no inciso I, poderá ser de até 36 meses, incluído-se na contagem para atingir o prazo máximo previsto no inciso I.

§ 3º A liquidação antecipada de cada parcela, constante no inciso I, com os encargos previstos no parágrafo 1º, ensejará desconto de 98% (noventa e oito por cento), *pro rata die* do respectivo montante.

Art. 4º O pedido de enquadramento junto ao Programa será endereçado ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, com os documentos e procedimentos previstos em regulamento elaborado em conjunto pela Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 5º O pedido de enquadramento no Programa poderá ser deferido em ato conjunto do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável e do Secretário de Estado da Fazenda que, em sua análise, deverá observar a conveniência, oportunidade e conformidade legal do projeto com vistas ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Estado, bem como o cumprimento de suas exigências conforme definido em regulamento.

Art. 6º Para dar efetividade ao enquadramento aprovado a Secretaria de Estado da Fazenda procederá a implantação de Tratamento Tributário Diferenciado, ocasião em que fará constar o benefício concedido bem como as obrigações acessórias necessárias a assegurar o fiel cumprimento das obrigações das partes, notadamente os de proteção ao crédito tributário.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias após sua publicação.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

Apresentamos o presente Projeto de Lei visando criar oportunidades de criação de emprego, renda e transferência de tecnologia ao Estado dando incentivos econômicos e fiscais para a indústria do petróleo e gás.

O motivo de tal projeto esta relacionada a indústria do petróleo do pré-sal.

Hoje as reservas de petróleo encontradas na camada pré-sal do estão dentro da área marítima considerada do Brasil.

O **conjunto de campos petrolíferos do pré-sal se estende** entre o litoral dos estados de **até Santa Catarina**.



Estudos indicam que a camada de sal ocupa uma área de 149.000 km² (equivalente à do estado do Ceará) e atingem 90 bilhões

de barris, ou seja, cerca de sete vezes o volume de petróleo conhecido acima da mesma camada. Isso nos torna o quarto país em reservas de petróleo, em condições de passar a ser exportador do produto.

Segundo especialistas mais de 200 bilhões de dólares serão investidos na indústria do petróleo até 2015. Este investimento gerará oportunidades de negócios na produção de máquinas, equipamentos e prestação de serviços.

O Governo Federal desde o ano de 1997 já possui lei de incentivo fiscal a indústria do petróleo através da Lei n 9.478/97 (REPETRO).

Os principais incentivos do REPETRO são:

I - exportação com saída ficta do território aduaneiro e posterior concessão do regime especial de admissão temporária aos bens importados, no caso de bens descritos em lista específica, vendidos a pessoa jurídica sediada no exterior.

II - exportação, com saída ficta do território aduaneiro, de partes e peças de reposição destinadas aos bens descritos acima, já admitidos no regime especial de admissão temporária.

III - importação sob o regime de drawback, na modalidade de suspensão de matérias - primas, produtos semi - elaborados ou acabados e de partes ou peças, utilizados na fabricação dos bens da referida tabela.

Nossa proposta no art. 4º inc. II tem a mesma linha de incentivos que a lei nacional.

E mais.

O Rio de Janeiro através do Governo Sérgio Cabral em 2010 criou uma nova lei de incentivos fiscais a indústria, que levará grande parte da indústria do petróleo ao maior estado produtor, vide Lei n 5636/2010

(<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/0/ec48158e588073a183257a400a969f?OpenDocument>).

Os Estados de São Paulo, de Pernambuco e da Bahia também possuem leis ou decretos que dão benefícios específicos à indústria do petróleo e gás, tornando necessário que nosso Estado também propicie incentivos para atrair este segmento da indústria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 505/2011

Cria o Serviço Social Escolar nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica Criado o Serviço Social Escolar nas escolas públicas do Estado, com o objetivo de prestar assistência social aos alunos e seus familiares.

Art. 2º Poderão beneficiar-se da assistência prevista no artigo anterior as famílias de alunos com renda familiar de até três salários mínimos.

Art. 3º Caberá ao Serviço Social Escolar desenvolver atividades técnicas profissionais, através de assistentes sociais habilitados ao exercício da profissão.

Art. 4º As atividades previstas no art. 3º incluirão os seguintes itens:

I - pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;

II - orientação sócio - familiar visando à prevenção da evasão escolar e a melhora no desempenho do aluno;

III - elaboração de programas que visem a prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo;

IV - elaboração de programas que visem à prestação de esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

V - articulação com instituições públicas, privadas, assistências e organizações comunitárias, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;

VI - elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; e

VII - executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei Federal nº 8662/93.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação .

Sala das Sessões,
Deputada ODETE DE JESUS
Líder do PRB

Lido no Expediente
Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

Nada mais justo que o Estado de Santa Catarina em conformidade com a Leis Federais crie o Programa de Assistência Social nas Escolas Públicas, com objetivo de prestar assistência social aos alunos e seus familiares.

O objetivo de tal serviço social seria de diagnosticar as causas dos problemas sociais em relação aos alunos e seus familiares, nas escolas freqüentadas pôr estes e na comunidade onde residem.

Muitos problemas se forem diagnosticados com certa antecedência podem evitar em muito a chamada evasão escolar, com problemas disciplinares, insubordinação a qualquer regra escolar, vulnerabilidade a drogas, atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Assim o Legislador Catarinense estará dando um passo importante para combater a evasão escolar.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 506/2011

Institui o programa de reuso racional de águas e adota outras providências.

Art. 1º Fica instituído o programa de reuso racional de águas, com o objetivo de promover a conscientização dos usuários da água sobre a importância do uso racional de água e reuso nas edificações públicas estaduais, privadas de uso coletivo e com programa específico em áreas rurais.

Art. 2º O programa observará ainda a difusão de ações para a promoção de reuso racional da água e também o incentivo para utilização de fontes alternativas, visando um conjunto de ações que possibilitem o uso de outras fontes, diversas do sistema de abastecimento público, para captação de água, armazenamento e utilização de águas servidas.

Art. 3º A execução do programa de reuso racional de água deverá obedecer as políticas definidas pelo Poder Executivo, cuja elaboração contará com a participação de órgãos públicos e entidades públicas de direito privado, e da comunidade científica.

Art. 4º Para o cumprimento das diretrizes dispostas nesta Lei, o Poder Executivo poderá, além de outras estratégias de execução, observado o disposto no artigo anterior, promover o desenvolvimento e o incentivo ao desenvolvimento por parte dos Municípios, de projetos de construção de cisternas de captação de água de chuva com baixo custo, e a formação de agentes públicos nessa tecnologia.

§ 1º - Na elaboração dos projetos de construção de novas edificações do Estado de Santa Catarina e de construção de novas edificações de interesse social será observada a utilização de fontes alternativas para captação de água.

§ 2º - A adaptação nas edificações públicas estaduais construídas anteriormente à vigência desta Lei, será realizada no prazo máximo de cinco anos, contados a partir da publicação da Lei.

§ 3º - A adaptação nas edificações privadas de uso coletivo e nas edificações em áreas rurais construídas anteriormente a vigência desta Lei serão estimuladas pelo Poder Executivo Estadual, por meio de assistência técnica e linhas de crédito subsidiados, num período de dez anos após a publicação da Lei.

§ 4º - Serão desenvolvidas ações destinadas à conscientização da população sobre a importância do programa através de campanhas publicitárias, abordagem do tema nas escolas públicas e palestras, entre outros materiais e outras formas de divulgação, visando educar sobre a necessidade de contenção do uso abusivo, métodos de conservação e uso racional da água, bem como a importância da utilização de fontes alternativas para a captação de água.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Estadual, no prazo máximo de 90 dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 6º As despesas correrão por conta das disposições orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de novembro de 2011.

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente
Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei visa instituir o programa de reuso racional de águas em Santa Catarina.

O projeto chegou as mãos desta Deputada, por ocasião do Parlamento Jovem, edição 2011, realizado recentemente nesta Casa Legislativa. É uma proposta, de bastante mérito, elaborada pelos da Escola de Educação Básica Pedro Maciel, localizada na cidade de Chapecó.

A matéria, em nosso entender, tem destacada importância para o presente e, principalmente, o futuro. Ocorre que, constantemente se observa a existência do desperdício de água, condição não mais suportável pela natureza.

As mudanças climáticas que estão cada vez mais sendo notadas, as quais têm direta relação com a má utilização do meio ambiente, que incluiu o desperdício dos recursos que são subtraídos deste.

A água é assunto de enorme relevância mundial na atualidade, pois é essencial e indispensável para vida. É impossível o ser humano viver num mundo sem água. Por isso, os mecanismos que permitam a captação e a utilização da água, devem ser cada vez mais utilizados e difundidos.

A criação desse programa estará contribuindo para a educação socioambiental, e também de relevante importância econômica. O reuso fará também com que recursos financeiros sejam poupados.

Pelos motivos aqui expostos e em homenagem aos estudantes que se empenharam para elaborar essa proposição, solicitamos a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 507/2011

Institui o dia 13 de maio como dia do Antigomobilista.

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Santa Catarina, o dia 13 de maio como o dia do Antigomobilista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2011

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

Os carros foram um importante avanço na indústria possibilitando gerações a percorrer distancias inimagináveis até sua criação, auxiliando em diversos nichos da sociedade, interligando as pessoas ou transportando as mais diversas necessidades.

O Antigomobilismo é um importante movimento da sociedade Civil que mantém a cultura, restauração e preservação dos carros antigos (com mais de trinta anos de fabricação) como parte da historia da indústria, devem ser considerados mais que um "Hobby", pois os carros antigos são parte da nossa cultura e devem ser preservados.

Os Antigomobilista é um representante detalhista e apaixonado por carros antigos, buscando na perfeição e originalidade o espírito que o carro foi criado passando de um simples admirador a um aficionado pela perfeição e raridade presentes na história e fabricação dos carros antigos

A criação do dia do Antigomobilista divulgará para a sociedade, o importante trabalho que os antigomobilistas vem prestando, recuperando e mantendo esta importante veia da industria automobilística.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 508/2011

Declara de utilidade pública a ONG Entre Amigos e Crianças, com sede no município de São Lourenço d'Oeste.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ONG Entre Amigos e Crianças, com sede no município de São Lourenço d'Oeste.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei n.º 15.125/10;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo declarar de Utilidade Pública Estadual a ONG Entre Amigos e Crianças, com sede no município de São Lourenço d'Oeste, instituição de interesse público e sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade, conforme se pode aferir através da documentação acostada ao presente.

Destaca-se que a entidade possui como finalidades promover o senso de responsabilidade social, promover assistência social (alimentação, saúde, higiene, educação ambiental e sexual, ética, cidadania), estimular a solidariedade, combater a marginalidade, promover a inclusão social, organizar atividades que contemplem educação, cultura e lazer entre outras.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 509/2011

Altera a Lei nº 2.751, de 19 de novembro de 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade do Corpo de Bombeiros Voluntários de Porto União.

Art. 1º A Lei nº 2.751, de 19 de novembro de 2003, passa a ter a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, com sede no município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2ºA A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa alterar a Lei nº 2.751, de 19 de novembro de 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade do Corpo de Bombeiros Voluntários de Porto União, vez que sua denominação foi modificada para **Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União**, com sede no município de Porto União.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 510/2011

Altera a Lei nº 12.789, de 16 de dezembro de 2003, que reconhece o município de Nova Veneza como Capital Catarinense da Gastronomia Italiana.

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 12.789, de 16 de dezembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica reconhecido o município de Nova Veneza como a Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Valmir Comin

Deputado José Milton Scheffer

Deputado José Nei Ascari

Deputado Altair Guidi

Deputado Dóia Guglielmi

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.789, de 16 de dezembro de 2003, reconhece o município de Nova Veneza com Capital Catarinense da Gastronomia Italiana. Entretanto, durante sua participação na 12ª Edição do Parlamento Jovem, promovido pela Escola do Legislativo desta Casa, os alunos representantes da E. E. B. Abílio César Borges, daquele município, propuseram a alteração do artigo 1º da referente Lei para: Reconhece o município de Nova Veneza como Capital Catarinense da Gastronomia “Típica” Italiana, considerando que a comida típica dos colonos italianos é o carro chefe quando se fala de motivações para o turista visitar Nova Veneza, sendo que os restaurantes servem o que há de melhor nesta cultura gastronômica conservada através de gerações pelos descendentes dos italianos que vieram da Itália desde o século XIX, pelo que solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 511/2011

Torna obrigatória a instalação de detectores de metais nas escolas públicas da rede de ensino estadual.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a instalação de detectores de metais nas escolas públicas da rede de ensino estadual.

Art. 2º É obrigatória a instalação de detectores de metais nas escolas públicas da rede de ensino estadual.

§ 1º O ingresso de toda e qualquer pessoa em estabelecimentos de ensino, sem exceções, está condicionado à passagem por um detector de metais e da inspeção de seus pertences em aparelho de Raios X.

§ 2º A pessoa que se negar a passar pelos equipamentos não poderá ter acesso às dependências do estabelecimento de ensino.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dóia Guglielmi

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

A tragédia ocorrida no mês de abril na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, onde adolescentes morreram e outras pessoas ficaram feridas, chamou a atenção sobre a questão da segurança nos estabelecimentos de ensino.

De fato, os estabelecimentos de ensino vêm passando por uma onda de violência nunca antes vista. Temos visto inúmeros noticiários em que professores, funcionários e os próprios alunos são agredidos com facas e até armas de fogo, entre tantos outros objetos.

Nossa proposta tem por objetivo oferecer aos alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas do nosso Estado, maior segurança nas instituições de ensino.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 512/2011

Dispõe sobre os benefícios aos professores e especialistas da educação básica, da rede pública federal, estadual e municipal de ensino, bem como para professores da rede privada, para o acesso a eventos culturais e desportivos.

Art. 1º Fica assegurado a todos os professores e especialistas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) da rede pública federal, estadual e municipal de ensino e aos professores da rede privada de Educação Básica, cinquenta por cento de abatimento sobre o preço efetivamente cobrado nas entradas, pelas casas exibidoras cinematográficas, de teatro, de espetáculos musicais, circenses e de eventos esportivos, em todo o Estado de Santa Catarina.

§ 1º Em caso de preços promocionais, também fica assegurado o abatimento de cinquenta por cento.

§ 2º Em caso de eventos organizados em território catarinense por pessoa física ou jurídica não domiciliada no Estado de Santa Catarina, a mesma estará sujeita aos efeitos da presente Lei.

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta Lei afixarão em suas dependências internas, em local visível em suas bilheterias, o conteúdo integral desta Lei, em tamanho não inferior ao de uma folha ofício (21X29,7 cm).

Art. 2º A prova da condição prevista no "caput" do artigo anterior, para o gozo do benefício instituído nesta Lei, será feita através de carteira funcional emitida:

I - pelo órgão ou entidade pública federal para os professores e especialistas a eles vinculados;

II - pela Secretaria de Estado da Educação para os professores e especialistas da rede estadual de ensino;

III - pelas Secretarias Municipais de Educação para os professores e especialistas das redes municipais de ensino;

IV - pelos estabelecimentos de ensino privado para os professores da rede privada.

§ 1º Nas carteiras funcionais mencionadas no "caput", deverão constar o nome, a foto e o número da matrícula funcional do beneficiário, além da data de validade, a assinatura dos respectivos responsáveis em âmbito federal e Secretários de Educação quando se tratar de professor da rede pública e a assinatura do Diretor da Escola quando se tratar de professor da rede privada.

§ 2º A carteira funcional terá validade de um ano, podendo ser renovada.

Art. 3º O descumprimento do artigo 1º desta Lei ensejará a aplicação de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. Em caso de reincidência será cobrado o dobro do valor da multa estabelecida no "caput" deste artigo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Dóia Guglielmi

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

O Professor, mais que qualquer outro profissional, deve ter facilitado e estimulado o seu acesso as casas exibidoras cinematográficas, de teatro, de espetáculos musicais, circenses e de eventos esportivos, em todo o Estado de Santa Catarina.

O Professor necessita estar sempre atualizado com o seu tempo, em contato com as mudanças que se verificam no mundo e, deste modo, sintonizado com as interpretações artísticas e culturais que se referem a estes fenômenos e a estas necessidades .

O Presente Projeto de Lei tem o objetivo de estabelecer condição que favoreça o enriquecimento cultural do Professor, reconhecendo que os valores cobrados à guisa de ingresso nos espetáculos artísticos e culturais, em nosso meio, são quase sempre elevados.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 513/2011

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Semeando Vida, de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Semeando Vida, com sede no município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Nei Ascarí

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade a Associação Beneficente Semeando Vida, com sede no município de Criciúma.

A Associação Beneficente Semeando Vida é uma entidade sem fins lucrativos, de fins assistenciais, sociais, esportivos, culturais, educacionais e filantrópicos e de caráter geral e indiscriminado, que tem por objetivo prestar assistência social independente da raça, classe econômica ou credo religioso, a todo e qualquer indivíduo que apresentar carência de atendimento na área da saúde, do trabalho, familiar, psicológico e moral, promovendo programas assistenciais buscando a valorização do ser humano em sua dignidade e existência, investindo também na prevenção ao uso indevido de drogas, para o bem-estar da população.

Pelo exposto, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 514/2011

Institui o Programa Mãe Legal no Estado de Santa Catarina

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Programa Mãe Legal, para evitar o abandono de seus filhos.

Art. 2º O Programa Mãe Legal possui os seguintes objetivos:

I - Oferecer atendimento social e psicológico as mulheres que, por alguma razão, optarem por não ficar com seus filhos. Com o intuito de que haja por parte das mães uma melhor reflexão para a decisão que considerar a mais correta para a sua realidade.
II - Proporcionar a orientação necessária para as mães ou gestantes encaminharem os filhos de forma correta para os pretendentes registrados no Cadastro nacional de Adoção (CNA).

III - Promover de forma adequada e nos moldes da lei, a reinserção da criança na mesma família ou, em último caso, em família substitutiva. Afim de que a criança encontre segurança e apoio psicológico de um lar.

IV - Desvincular a visão preconceituosa do ato de entrega para efeito de adoção com a idéia de abandono.

Art. 3º O Programa Mãe Legal atentarà aos ditames dos artigos 8º e 13º, da Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Mesmo encaminhadas à Justiça da Infância e Juventude, as mães e gestantes, após manifestarem o desejo de entregar o filho para adoção, em conformidade com a Lei 8069, de 13 de julho de 1990, o Programa Mãe Legal garantirá seus preceitos.

Art. 5º O Programa para os fins a que se destinam, poderá contar com parceria e integração de órgãos do Poder Judiciário, ação de profissionais das maternidades

e outras unidades de saúde, Programa Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Conselhos Tutelares e Ministério Público.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

O Programa Mãe Legal foi criado em 2009, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com objetivo de atendimento de mulheres, que por alguma razão, optam por não ficar com seus filhos, dando-lhes amparo legal, além de fazer com que cada criança encontre segurança e apoio psicológico de um lar.

O programa visa também, através de assistência psicológica e social, proporcionar a permanência da criança no seio da família ou, em último caso, em família substituída, trazendo às mães as devidas reflexões para que resolva qual melhor decisão a ser tomada.

Os resultados obtidos em Pernambuco são altamente positivos. Até o dia 25 de agosto de 2011, das 30 mulheres atendidas desde a criação do Programa, apenas (6) seis realmente entregaram seus filhos para adoção, respaldadas na legalidade do ato. E, em alguns casos, o pai ou familiares diretos acabaram assumindo a guarda.

Neste sentido, a criação do Programa Mãe Legal no Estado de Santa Catarina, possui as mesmas finalidades, cuja principal é fazer com que a criança permaneça com sua mãe, em um lar seguro e feliz.

Portanto, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação deste projeto que tanto benefício trará não somente as mães como as crianças do nosso Estado.

Legislação Citada

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - DOU DE 16/07/1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

(...)

Art. 8º É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

§ 1º A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.

§ 2º A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.

§ 3º Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as conseqüências do estado puerperal.

§ 5º A assistência referida no § 4o deste artigo deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.(...)

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Parágrafo único. As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 515/2011

Declara de Utilidade Pública O Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito - ICETTRAN.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito - ICETTRAN, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública o **Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito - ICETTRAN**, do município de Florianópolis, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 516/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Piscicultores de Rodeio.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação dos piscicultores de Rodeio, sede no Município de Rodeio e foro na cidade de Acurra.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 22/11/11

JUSTIFICATIVA

A Associação dos piscicultores de Rodeio, também designada com a sigla A.P.R.O., é uma associação civil, de caráter técnico, científico e social, com personalidade jurídica de direito privado, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no município de Rodeio e foro na Comarca de Acurra, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, fundada em 26 de janeiro de 2010, que visa à integração dos piscicultores para o atendimento de objetivos comuns dos seus associados.

A Associação dos Piscicultores de Rodeio tem como objetivos:

A) A realização de ações conjugadas de apoio aos associados, objetivando o desenvolvimento e a ampliação da produção de peixes e outros animais aquáticos;

B) Servir como órgão de representação junto às organizações existentes e perante toda sociedade;

C) Apoiar e estimular o ensino, a extensão, a pesquisa, e os trabalhos técnicos e científicos de interesse da piscicultura;

D) Diculgar os resultados obtidos em trabalhos técnicos e científicos de interesse da piscicultura;

E) Incentivar o cooperativismo nas atividades da piscicultura, visando estímulo da produção e a orientação da comercialização conjunta de seus produtos;

F) Estimular o consumo de peixe e derivados, através de cursos e palestras;

G) Participar de eventos festivos, sociais e culturais de iniciativa do poder público e/ou privado de interesse dos associados e da piscicultura.

Diante do exposto e seguindo à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Associação dos Piscicultores de Rodeio, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de utilidade pública estadual.

*** X X X ***